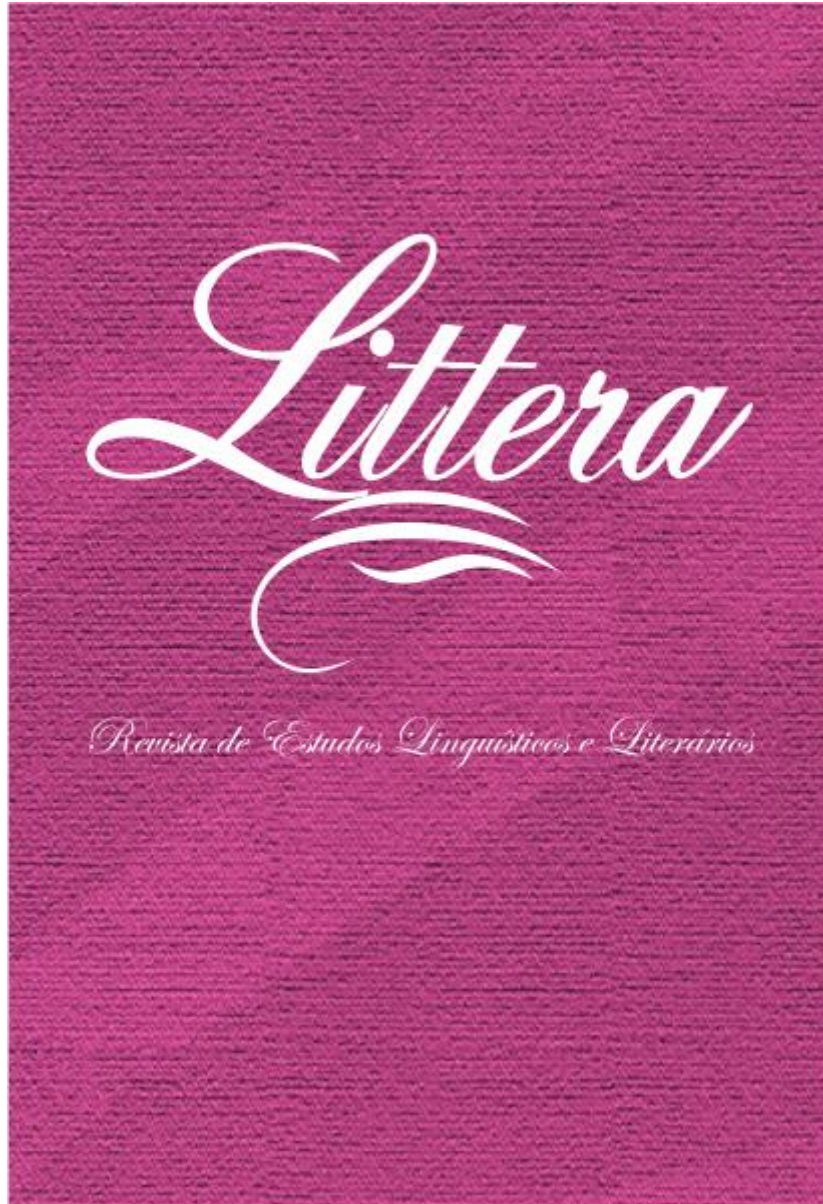


Littera Online

n.12, 2016

Programa de Pós-Graduação em Letras | Universidade Federal do Maranhão



Littera Online

n.12, 2016

Programa de Pós-Graduação em Letras | Universidade Federal do Maranhão

Editor

Prof. Dr. Rafael Campos Quevedo

Coordenadora do PPG-Letras

Prof.^a Dr.^a Veraluce da Silva Lima

Comissão editorial

Prof.^a Dr.^a Ilza Galvão Cutrim

Prof.^a Dr.^a Mônica Cruz

Pareceristas desta edição

Prof.^a Dr.^a Gloria da Ressurreição Abreu França (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Ilza do Socorro Galvão Cutrim (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Luciane Cristina Eneas Lira (IFB)

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Maria Aracy Bonfim Serra Pinto (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Maria da Graça dos Santos Faria (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Marize Barros Rocha Aranha (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Monica da Silva Cruz (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Roselene de Fatima Coito (UEM)

Prof.^a Dr.^a Teresinha de Jesus Baldez e Silva (UFMA)

Ficha técnica

ISSN: 2177-8868

Periodicidade: semestral

Endereço para correspondência
Revista Littera a/c Mônica Cruz
Universidade Federal do Maranhão - Centro de Ciências Humanas
Avenida dos Portugueses, S/N Campus do Bacanga
CEP: 65085-580 São Luís MA
Email: revistalittera@ufma.br

LITTERA ONLINE é uma publicação acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, e está sob licença Creative Commons Atribuição-Uso não-comercial-NoDerivative Works 3.0 Brasil.

SUMÁRIO

Seção temática: Das materialidades da Memória: linguagens e sujeitos

1. **Memória e ficção histórica em *Transplante de menina*, de Tatiana Belinky.**
Simone Luciano Vargas 04
 2. **Marcha do início ao fim: ideologia e memória da/na língua.**
Luiza Boécio Greff
Bruna Cielo Cabrera 22
 3. **Discurso e memória na composição de videogames da série *Residente evil*.**
George Lima
Nilton Milanez 42
 4. **Discurso, memória e acontecimento: a disseminação medo na mídia.**
Claudemir Sousa
Francisco Vieira da Silva 60
 5. **Análise do discurso, memória e identidades: reconfigurações da identidade da mulher na propaganda da justiça eleitoral.**
Ilza Galvão Cutrim
Maxhemyliano Silva Marques
Walquíria Pereira da Silva Dias 76
- Seção livre: Estudos da Linguagem**
6. **Análise contrastiva dos movimentos retóricos do gênero prefácio em livros de Química e Linguística**
Ana Claudia Menezes Araujo 89
 7. **Forma e função: uma análise da configuração do gênero editorial nas revistas Mundo Estranho e Super Interessante**
Felipe de Sousa Jacob 109
 8. **Mapeamento dos fatores linguísticos e sociais relevantes para a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3ª pessoa do plural no falar brasileiro**
Maria Lidiane de Sousa Pereira
Aluiza Alves de Araújo 125

MEMÓRIA E FICÇÃO HISTÓRICA EM *TRANSPLANTE DE MENINA*, DE TATIANA BELINKY

Simone Luciano Vargas*

Resumo: Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a narrativa de memória e a ficção histórica na obra autobiográfica *Transplante de Menina* (2003), de Tatiana Belinky. Coloca-se em discussão se esta autobiografia pode ser considerada ficção histórica, já que traz questões sociohistóricas, particularmente no que diz respeito aos imigrantes da década de 1930 na cidade de São Paulo. A partir da subjetividade da narradora-personagem, é possível perceber a visão que o imigrante faz do espaço social no qual necessita inserir-se e os traumas advindos desse “transplante” ao qual é submetido. Outra questão a ser analisada é o caráter ficcional do discurso de verdade que a autora-narradora pressupõe à narrativa ao representar os eventos passados, pois as autobiografias têm muito de ficcional devido à impulsão criadora e imaginativa de seus autores.

Palavras-chave: Autobiografia. Ficção histórica. Memória. Tatiana Belinky.

ABSTRACT: This article presents a reflection about the narrative of memory and the historical fiction in the autobiography *Transplante de Menina* (2003), by Tatiana Belinky. This autobiography can be considered like historical fiction. It brings some historical-social questions, particularly about the immigrants of the decade of 1930 in São Paulo city. In the subjectivity of the narrator-personage is possible to note the social space in the vision of immigrant, that need insert himself, and note the traumas of this “transplant” too. Another question to analyze is the fictional character of the speech of true that the author-narrator makes to the narrative when representing the past events. The autobiographies are speech fictional in the creativity and imagination of the authors.

Keywords: Autobiography. Historical fiction. Memory. Tatiana Belinky.

1. Introdução

Neste artigo propõe-se uma reflexão sobre a narrativa de memória e a ficção histórica na obra *Transplante de Menina* (2003), de Tatiana Belinky (Rússia, 1919 – São Paulo (SP), 2013). Essa autora muito contribuiu para a promoção da literatura, seja pela tradução de obras da literatura universal, seja por sua produção na literatura infantojuvenil, no Brasil. Em sua autobiografia, que abrange os anos de 1919 a 1933, ela rememora a sua inserção na cultura do leste europeu até os 10 anos de idade e a sua adaptação à cultura brasileira. A obra está estruturada em duas partes: a primeira narra a

* Mestranda pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); bolsista CAPES/DS. SimoneLvargas@gmail.com. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Isabel Jasinski.

infância e a viagem para o Brasil; a segunda, a chegada em São Paulo e o processo de adaptação. Se, por um lado, o Brasil se apresenta à Tatiana Belinky como um país exótico, de clima quente, com a possibilidade de “fazer a América” (BELINKY, 2003, p. 8); por outro, revela-se hostil no que diz respeito às relações interpessoais. Visando à reflexão sobre os conflitos identitários durante o processo de adaptação da menina “transplantada”, principalmente no convívio com as crianças da Rua Jaguaribe e da escola na cidade de São Paulo, esse estudo abrange o período de traslado para o Brasil até a adaptação na cidade de São Paulo. Em relação aos elementos históricos presentes nas narrativas ficcionais, o presente artigo pretende apresentar, de forma geral, as definições dadas pelos seguintes pesquisadores: Bastos (2007), Menton (1993) e Weinhardt (2011), justamente porque não há um consenso a respeito das características que definam o termo ficção histórica ou romance histórico. Adianto que para o presente artigo, *Transplante de Menina* (2003) se enquadra como ficção histórica, termo proposto pela pesquisadora brasileira Marilene Weinhardt (2011). A discussão sobre a relação entre veracidade e ficcionalidade será embasada pelo crítico e escritor Juan José Saer (2012).

2. A vida da escritora Tatiana Belinky

Tatiana Belinky iniciou sua carreira na década de 1940, fazendo traduções, adaptações e criações de peças infantis para a prefeitura de São Paulo. Pioneira na dramaturgia infantojuvenil e divulgadora da obra de Monteiro Lobato – adaptou para a TV Tupi, em 1952, “A Pílula Falante” e o “Casamento de Emília”, do livro *Reinações de Narizinho* (1931), em parceria com Júlio Gouveia, seu esposo, que as dirigiu ao vivo (na época não havia *vídeo tape*). A partir da década de 1980, como crítica de teatro e literatura infantil, Tatiana Belinky manteve uma coluna sobre crítica de teatro infantojuvenil na Folha de São Paulo, de 1971 a 1986; assim como era presença constante nos júris de concursos e prêmios sobre dramaturgia infantil. Sua produção escrita na literatura infantil iniciou no final da década de 1980 a convite da Editora Ática. Atualmente sua bibliografia conta com mais de 200 títulos entre traduções e produção própria. Tatiana Belinky ocupou a cadeira de n.º. 25 na Academia Paulista de Letras em 2010.

3. Autobiografia, memória e ficção histórica

Transplante de Menina (2003) se enquadra no gênero autobiográfico porque segue parâmetros tradicionais de composição, segundo a definição proposta por Lejeune (2014), “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular sobre a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2014, p. 14), bem como estabelece o *pacto autobiográfico* por meio da tríade identitária – autor, narrador e personagem.

Nesse caso, nas autobiografias, a pessoa gramatical que unifica a tríade no enunciado é a primeira pessoa: um “eu” não nomeado (na escritura, não há indícios do nome Tatiana Belinky). Esse “eu” do enunciado “exerce simplesmente uma função, que consiste em remeter a um nome, ou a uma entidade suscetível de ser designada por um nome.” (LEJEUNE, 2014, p. 25), que não se encontra na escritura, mas está presente nos paratextos. Estes elementos da obra permitem a identificação da autoria do texto: o nome Tatiana Belinky consta na capa do livro, em cima do título, na folha de rosto, na contracapa, e, principalmente, no posfácio assinado pela autora. Dessa forma, seguindo a lógica de Lejeune, o *pacto autobiográfico* está firmado: “O personagem não tem nome na narrativa, mas o autor declarou-se explicitamente idêntico ao narrador (logo ao personagem, já que a narrativa é autodiegética), em um pacto inicial.” (LEJEUNE, 2014, p. 35).

A obra *Transplante de Menina* (2003) possibilita o acesso à memória coletiva de imigrantes judeus, recém-chegados ao Brasil, por meio da visão de mundo de uma criança, mesmo que com deturpações do tempo presente: “por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e valor” (BOSI, 1994, p. 55). Nesse sentido, apesar de ter como base experiências pessoais que realmente ocorreram, faz-se uso da imaginação para reconstruí-las, pois é nesse ínterim que ocorre a mescla entre o real e o ficcional. Os fatos históricos acabam por corroborar o efeito de real à narrativa.

Entretanto, segundo alguns teóricos, a simples menção de fatos históricos não caracteriza a narrativa como sendo ficção histórica. Segundo Alcmeno Bastos (2007, p. 86), “o acontecimento só é verdadeiramente histórico quando reverbera para além da

trajetória individual e/ou familiar da personagem”, bem como as circunstâncias históricas devem influir de algum modo no seu destino. Nesses termos a trajetória da personagem Tatiana está intimamente relacionada com os acontecimentos históricos das primeiras décadas do século XX e compartilha da mesma sorte de muitos imigrantes que se instalaram no Brasil. Após a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), em busca de condições melhores de vida, imigrantes do Leste Europeu – vindos de países como Rússia, Polônia, Letônia e Lituânia, muitos de origem judaica – chegaram ao Brasil para engrossar as levas de imigrantes, como a família Belinky:

[...] As razões dessa aventura eram para nós, crianças, muito nebulosas, a gente só percebia vagamente que havia no ar certa tristeza, apesar da “fachada” otimista ostentada por papai e mamãe. Só anos mais tarde eu iria compreender que os motivos da nossa emigração eram tanto políticos como econômicos, e que papai perdera tudo o que tinha – o que explica por que chegamos ao Brasil sem nada, praticamente com a roupa do corpo. (BELINKY, 2003, p. 52).

A política brasileira incentivou a vinda de imigrantes com o intuito de substituir a mão de obra escrava. Assim os imigrantes que chegavam ao Brasil eram direcionados às fazendas de café. No entanto, o advento das indústrias e os conflitos entre cafeicultores e imigrantes possibilitaram o desenvolvimento da cidade de São Paulo, já que as indústrias ofereciam novos postos de trabalho. De acordo com Jeffrey Lesser (1995), apesar da política de imigração incentivar a vinda de imigrantes para a ocupação de terras no interior do Brasil, muitos dos imigrantes judeus preferiram se instalar nas cidades, pois não tinham habilidades com a agricultura. A cidade de São Paulo se apresentava como o lugar ideal para os judeus, em sua maioria carpinteiros, ferreiros e sapateiros acostumados com a vida urbana.

Outro teórico que trata sobre a questão histórica nos romances latino-americanos é Seymour Menton (1993). O referido teórico considera que a representação do ambiente social das personagens com seus problemas sociohistóricos pode caracterizar um romance como sendo histórico. Entretanto, segundo ele, somente as obras cujas ações se deem total ou predominantemente no passado sem a participação do autor. Seguindo a lógica de Menton (1993), *Transplante de Menina* (2003) se enquadraria como romance histórico porque representa o ambiente social dos imigrantes na década de 1930 com a

problemática sociohistórica vivenciada por eles; mas estaria fora porque se trata de uma narrativa autobiográfica.

A partir das pesquisas de teóricos da História, como Hayden White, e da Literatura, como Costa Lima e outros já citados, a pesquisadora Marilene Weinhardt (2011, p. 22), propõe o termo *ficção histórica* em vez de romance histórico. Como característica do gênero, considera que “a tematização do tempo é o traço essencial na narrativa histórica”, por isso, em relação às pesquisas de Menton (1993), Weinhardt (2011) se contrapõe ao critério de que o autor não possa ter vivenciado o passado representado. Segundo ela, “o que determina a condição de histórica, também para a ficção, não é a proximidade ou o distanciamento do tempo da narração com o da escrita, mas o modo de realizar a figuração do tempo e de concebê-lo” (WEINHARDT, 2011, p. 47), ou seja, não basta ter uma marcação temporal definida, mas como o tempo se apresenta na construção do texto.

Pela definição proposta por Weinhardt (2011), a autobiografia de Belinky se enquadra no rol da ficção histórica. Em relação à figuração do tempo, a narrativa abrange o período da infância, na Letônia (Rua dos Navios), à pré-adolescência, no Brasil (Rua Jaguaribe – São Paulo), período cronológico de 1919 a 1933. Há alusão a fatos históricos, como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a Revolução Constitucionalista de 1932, embora nenhum desses eventos tenha um papel de destaque na narrativa, pois o enfoque é a percepção de Tatiana Belinky no seu processo de adaptação à cultura brasileira. Há sim vários capítulos em que ela faz observações sobre os costumes da sociedade da época, apresentando-a a partir de seu olhar estrangeiro. Além disso há uma oscilação temporal entre as percepções da infância e da velhice, além de apresentar a São Paulo antiga em contraste com a moderna.

A 1ª edição do livro *Transplante de Menina* foi em 1989, quando a autora tinha 70 anos: “Costumo dizer que sou, quiçá, mais brasileira que boa parte dos brasileiros natos. Neste país de jovens, a maioria da população aqui nascida ‘não está no Brasil’ há mais de setenta anos, como eu...” (BELINKY, 2003, p. 10). Nesse excerto, além de informar o tempo transcorrido, a autora-narradora faz referência a sua idade como um argumento de autoridade para narrar suas memórias. Embora se trate de memórias individuais, segundo Bosi (1994), as lembranças estão vinculadas às memórias da

coletividade, porque a memória do indivíduo depende de seu relacionamento “com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54). Nesse sentido, a memória individual de Belinky agrega-se à memória coletiva dos imigrantes europeus e de outros que vivenciaram o mesmo período histórico. É um fato que permite relacionar seu discurso com a ficção histórica já que aborda questões enfrentadas no cotidiano dos imigrantes de São Paulo, como o desenraizamento e suas consequências.

No caso das pessoas idosas, suas memórias se diferenciam das pessoas jovens porque têm mais tempo para refletir e ponderar sobre suas lembranças: “nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas” (BOSI, 1994, p. 60). Nesse sentido se apresenta uma temporalidade, e aspectos sociohistóricos se fazem presentes, configurando um caráter histórico à narrativa.

O caráter ficcional de *Transplante de Menina* (2003) está relacionado a questões de memória, de imaginário e de gênero autobiográfico. No que se refere à autobiografia, no momento em que o leitor percebe que se trata da história de vida da autora, ele pressupõe que os eventos narrados ocorreram e as pessoas mencionadas realmente existiram. Além disso a autora-narradora é enfática no capítulo introdutório, a título de prefácio: “Mas, por enquanto, gosto de recordar a minha longínqua infância, repartida entre a Europa e o Brasil. [...], que sinto vontade de contar algumas delas aos jovens de hoje. E o que vou contar é tudo **verdade verdadeira**” (BELINKY, 2003, p. 11, grifo nosso). A partir de suas experiências, a autora promete ao leitor uma abordagem do tipo “dizer a verdade, nada mais que a verdade”, que será o fio condutor de sua narrativa. Na obra, referências a locais habitados e menção a registros fotográficos são utilizados para reforçar o caráter verossímil da narrativa: “E disso eu tenho até fotografia, tirada por um de nossos inquilinos, que não me deixa mentir...” (BELINKY, 2003, p. 124). Saer (2012) refuta esse expediente, como estratégia narrativa, de incluir na narrativa referências extratextuais para garantir a veracidade do relato, porque “continua vigente o obstáculo da autenticidade das fontes, dos critérios interpretativos e das turbulências de sentido características de toda construção verbal” (SAER, 2012, p. 2). Para ele, “tudo o que pode ser verificado nesse tipo de relato é, em geral, corriqueiro e secundário, e a

credibilidade do relato e sua razão de ser correm perigo quando o autor abandona o plano do verificável” (SAER, 2012, p. 2), o que não é difícil de ocorrer, considerando que o que é narrado faz parte da subjetividade da autora, tendo como fonte principal sua memória. A subjetividade presente relativiza qualquer sentido de verdade, pois nada é absoluto.

A memória é um fator importante a se considerar no que se refere à veracidade e à ficcionalidade. Recordar não significa necessariamente lembrar dos acontecimentos tal como ocorreram. Ao reconstruir seu passado, seu discurso autobiográfico apresenta algumas questões, tais como não ter fronteiras demarcadas entre a ficção e a não ficção. Para James Olney (1991), a autobiografia é ficcional, pois o autobiógrafo ao reviver sua história pessoal “recriará o passado na imagem do presente, ainda que a causa seja a sua ingênua fé na memória como laço infalível com o passado Real, e nem se dará conta de que é isso que está fazendo.”¹ (OLNEY, 1991, p. 41-42, tradução nossa). Nesse sentido a intenção é verificar a construção de uma narrativa ficcional na configuração de uma temporalidade construída pelo imaginário:

[...] a compreensão de si é uma interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros símbolos e signos uma mediação privilegiada; esse último empréstimo à história tanto quanto à ficção faz da história de uma vida uma história fictícia ou, se preferirmos, uma ficção histórica, entrecruzando o estilo historiográfico das biografias com o estilo romanesco das autobiografias imaginárias (RICOEUR, 1991, p. 138).

A autora-narradora traz à presença aquilo que está ausente. Sendo o aqui e o agora acontecimento não repetível, o que vem à tona é a representação com o intuito de efeito de real. Assim nas lacunas da memória e na percepção face aos acontecimentos que se oportuniza a criação de uma narrativa ficcional – portanto, uma ficção de si – com vários acontecimentos selecionados e organizados em sequências ordenadas por meio de relações inteligíveis.

O espaço, tanto físico quanto social, viabiliza a formação dessas relações. Assim como o tempo, o espaço é um marco referencial para qualquer indivíduo, ficcional ou não. Além disso “a presença de espaços urbanos existentes extraliterariamente é um

¹ Al igual que todo autobiógrafo que intenta revivir su historia personal, tal escritor recreará el pasado en la imagen del presente, aunque a causa de su ingenua fe en la memoria como lazo infalible con el pasado real no se dará cuenta de que eso es lo que está haciendo.

importante dinamismo ao estudo das relações entre literatura e realidade social” (BRANDÃO, 2013, p. 157). Dessa forma é possível por meio do espaço em consonância com a temporalidade situar a narrativa historicamente, o que atribui efeito de real à autobiografia, aproximando-a da ficção histórica.

4. O transplante

As memórias de Belinky trazem fatos importantes sobre a trajetória e dia a dia dos imigrantes europeus que se instalaram em São Paulo na década de 1930², visando a sua integração. No entanto, percebe-se a ênfase no choque cultural vivenciado por ela em terras brasileiras, principalmente no convívio com as crianças da Rua Jaguaribe e da escola: “E os meus primeiros anos no Brasil, em São Paulo, Rua Jaguaribe, foram uma verdadeira ‘pororoca’, um choque cultural, um terremoto psicológico” (BELINKY, 2003, posfácio).

Não se pode esquecer, contudo, que as fases do desenvolvimento humano referidas na narrativa são a infância e a pré-adolescência, o que pode ter influenciado para que a adaptação inicial tenha sido traumática. Conforme Janet Belsky (2010), a pré-adolescência é o momento em que o indivíduo começa a preocupar-se com a popularidade e eventos negativos podem afetar a sua autoestima, propiciando tormentas emocionais. Os acontecimentos da infância na Letônia são em sua maioria narrados em tom nostálgico, pois é a fase idílica de Belinky. Já a pré-adolescência, período de transição entre a infância e a adolescência, é a fase em ebulição. É nessa fase do desenvolvimento que a narradora-personagem é “transplantada” para o Brasil.

Quanto aos motivos do exílio voluntário, na narrativa, é feita alusão de que a mãe foi comunista e que inclusive participou da *Intelligentsia* antes da Revolução Russa. Isso induz ao leitor interpretar que os motivos para saírem da Letônia estão mais relacionados à perseguição política do que econômicos. A intenção inicial era de um dia retornarem à Letônia, mas, como ocorreu com muitos imigrantes, eles nunca mais

² Havia um grande incentivo político e econômico à instalação de estrangeiros no Brasil, visando à criação de núcleos coloniais para a ocupação de terras, a consolidação do território e dinamização da economia com o desenvolvimento de novas culturas agrícolas; bem como a “melhoria da raça”, pelo “branqueamento” da população brasileira. (PAIVA, 2013, p. 33).

retornaram à terra natal: “o que não podíamos imaginar é que acabaríamos ficando no Brasil para sempre – para nossa grande sorte e salvação” (BELINKY, 2003, p. 52). Nesse trecho, a narradora faz uma alusão à Segunda Guerra Mundial devido aos eventos históricos de fundo antissemita que atingiram os familiares que permaneceram na Letônia. Essa situação é semelhante à de muitos imigrantes que vieram para o Brasil devido à perseguição stalinista, portanto, trata-se de fatos históricos vivenciados pelos imigrantes que, de certa forma, decidiram seus destinos.

Num primeiro momento, a mudança para o Brasil se apresenta sob um aspecto positivo. A oportunidade de viajar, de conhecer um país diferente do qual nunca tinha ouvido falar, sob o ponto de vista da personagem era uma aventura:

Viajar para o Brasil! [...]. Um país que ficava na América, muito longe, do outro lado do oceano. E que nós íamos navegar até lá num navio transatlântico – que coisa romântica e empolgante! [...]. De qualquer maneira fiquei muito excitada com a perspectiva dessa viagem [...]. (BELINKY, 2003, p. 51).

A viagem no transatlântico “General Mitre” atendeu às expectativas da personagem e de seus irmãos. Foram 22 dias de viagem sobre o Oceano Atlântico em que tiveram de conviver com pessoas de outra classe social. De acordo com Sandra Pesavento (2008, p. 58), a sensibilidade “incide justo sobre as formas de valorizar, classificar o mundo ou de reagir diante de determinadas situações e personagens sociais”. Nesse ponto também se apresenta a subjetividade que relativiza o discurso de verdade.

Ao longo da narrativa, a sensibilidade se apresenta de diferentes formas, por exemplo, quando Tatiana classifica os passageiros por sua condição social. Com o intuito de distinguir sua família dos demais, ela faz referência a um conjunto de códigos culturais de distinção social, como a roupa, a linguagem, o comportamento, o grau de escolaridade. Vale ressaltar que o contraste entre sua família e os demais passageiros é segundo o ponto de vista de Tatiana. Sua família, por não estar em boas condições financeiras, viajava na terceira classe assim como os demais. As marcas de distinção das quais a autora-narradora faz referência demonstram o desejo de distinção e valorização social, tanto que se baseia sobre os traços de oposição existentes para caracterizar gente do povo e gente de classe média:

A maioria das pessoas da terceira classe era gente do povo, camponeses, trabalhadores braçais, operários, gente pobre, fugindo da miséria e da falta de perspectivas da própria pátria, [...]. Ninguém era como nós, gente de classe média, de nível universitário, como a mamãe, [...] (BELINKY, 2003, p. 57).

Para ela, a diferença é flagrante, pois pressupõe que o capitão do navio percebeu logo, porque destoavam dos demais: “O capitão olhou para nós e logo percebeu que aquela não era uma família de operários ou camponeses.” (BELINKY, 2003, p. 59). No entanto, o período da viagem se apresentava como uma aventura, pois lhe era uma situação inusitada conviver com pessoas de outra classe social: “Vimo-nos de repente no meio de pessoas bem diferentes de nós, no aspecto, na roupa, nos modos de falar e se conduzir, e só isso já era o começo de uma aventura” (BELINKY, 2003, p. 57). Esse relato trata-se de um testemunho histórico importante sobre a sociabilidade vivenciada por esses emigrantes na travessia do Atlântico. O convívio por 21 dias com europeus de várias nacionalidades forçou uma intimidade e promoveu uma comunidade transitória que se desfez assim que aportaram no Brasil.

A chegada ao Brasil também foi emocionante. A visão do Rio de Janeiro ao entrar na Baía da Guanabara, em 1929, apresentava-se como um cartão de boas-vindas aos imigrantes:

Todo mundo correu para as amuradas, e ficamos olhando de longe aquela vista incomparável: a linha harmoniosamente curva da praia de Copacabana, toda faiscante no seu “colar de pérolas”, como era chamada, carinhosamente, a iluminação da Avenida Atlântica. Era uma feira de luminárias, postes de ferro estilosos, de três braços, como elegantes castiçais, sustentando grandes esferas luminosas e formando realmente um verdadeiro colar de três voltas, acompanhando a curva perfeita da praia. E atrás do “colar de pérolas” erguiam-se as silhuetas dos morros cariocas – Copacabana ainda não tinha prédios altos para esconder as montanhas, só havia casas, palacetes e jardins, e aquele bonito calçamento de mosaico português, imitando as ondas do mar que, esse sim, existe ainda hoje. (BELINKY, 2003, p. 63).

A sensibilidade se apresenta na construção estética do texto, principalmente nas descrições. Dependendo do assunto tratado ou do espaço, a construção narrativa

apresenta maior ou menor uso de recursos estilísticos, que também são uma forma de valorização. Segundo Pesavento (1999, p. 10), “o escritor, como espectador privilegiado do social, exerce sua sensibilidade para criar uma cidade do pensamento, traduzida em palavras e figurações mentais imagéticas do espaço urbano e de seus atores”. É o que ocorre com a descrição da visão da cidade do Rio de Janeiro, o que não lhe impede de fazer uma comparação entre a cidade do passado e a cidade do presente, com seus prédios altos.

Tatiana e sua família ficaram uma semana no Rio de Janeiro antes de se instalarem em definitivo na cidade de São Paulo.

5. A menina transplantada

5.1 A cidade de São Paulo

A segunda parte da obra inicia-se com a chegada de Tatiana à cidade de São Paulo. Como a primeira cidade que ela conhecera foi o Rio de Janeiro, e o caminho que percorreram de trem subindo a Serra Geral em direção a São Paulo também era bastante bonito, criou-se uma expectativa com relação à cidade de São Paulo. No entanto, ao chegarem à cidade, a primeira impressão da narradora foi de estranhamento e quebra dessa expectativa:

Finalmente chegamos à Estação da Luz. E a minha primeira impressão de São Paulo [...] foi uma rua de construções que me pareceram muito esquisitas: de porta na própria calçada, baixinhas, térreas ou de um andar só e que, a julgar pelas aparências, eram predominantemente lojas. (BELINKY, 2003, p. 74).

Em comparação à descrição da cidade do Rio de Janeiro com adjetivos elogiosos e metáforas, a descrição da zona periférica de São Paulo evidencia o seu caráter comercial. Quando chegam ao centro da cidade, local mais valorizado pela municipalidade, os recém-chegados ficaram impressionados com a beleza da arquitetura eclética da cidade:

[...] tivemos de passar pelo centro da cidade. E foi aí que tive a primeira verdadeira visão de São Paulo, uma visão de impacto, que não esqueci

mais. Guardo na memória, como um cartão postal grande e colorido, a Praça Ramos de Azevedo; o belo Anhangabaú, com seu parque, escadarias e esculturas; o imponente Teatro Municipal, com sua elaborada arquitetura; o bonito Viaduto do Chá, com sua estrutura e gradis de ferro, que me lembrava as pontes sobre o Rio Dviná, só que não havia água embaixo dele, que coisa estranha... (BELINKY, 2003, p. 75).

Para logo se depararem com o prédio da *Light* inaugurado alguns meses antes de sua chegada, o que deveria ser novidade até mesmo para os moradores da cidade:

Mas o que mais me impressionou naquela praça foi o edifício da “Light”, hoje Eletropaulo, que era o mesmo de agora, mas novo e bem tratado. E, mais importante, dominando a praça inteira, esplendorosamente branco-fosforescente, iluminado por todos os lados por possantes holofotes dirigidos diretamente para as suas fachadas – talvez para justificar o nome Light e Power, luz e força. E, para completar o deslumbramento, o prédio tinha, na cobertura, um enorme farol, cujo possante fecho de luz varria todo o céu, de lado a lado, num vaivém lento e solene. Ficamos tão embasbacados com aquele espetáculo que papai até mandou o táxi parar, para que nós, crianças, pudéssemos apreciá-lo melhor. (BELINKY, 2003, p. 76).

Outros prédios públicos do centro são mencionados como imagens da São Paulo antiga guardadas na memória, mas estes já não fazem referência às primeiras impressões ante a visão da cidade. Contudo, situam o leitor sobre a geografia local e expõe-lhe o ponto nevrálgico da cidade na época:

Guardo também a lembrança do outro lado do viaduto, que por sinal era o lado mais importante, o verdadeiro centro nevrálgico – comercial e bancário – da cidade. Era o chamado “Triângulo”, formado pelas ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro, entre as três grandes igrejas: a de São Francisco, com as arcadas da Faculdade de Direito ao lado; o Mosteiro de São Bento; e, naturalmente, a catedral da Praça da Sé, em plena construção. (BELINKY, 2003, p. 76).

E atualizam informações históricas:

A Praça do Patriarca também era baixa, rodeada de prédios de poucos andares, como aliás toda a cidade. O único edifício alto mesmo, o primeiro “arranha-céu”, não só de São Paulo, mas de toda a América Latina, era o Martinelli, de espantosos vinte e dois andares, que ainda estava em final de construção – e que por sinal também ostentava um farol poderoso, com seu fecho de luz varrendo o céu noturno. (BELINKY, 2003, p. 77).

No ano em que Tatiana Belinky chegou ao Brasil, em 1929, o edifício Martinelli contava apenas com doze andares, sendo finalizado somente em 1934. Segundo Milton Parron (2004), o prédio foi “símbolo de um tempo em que a cidade era tida como a locomotiva do Brasil, [...] marcou o começo da verticalização de São Paulo, seguindo a tendência norte-americana que via os arranha-céus como símbolos de progresso [...] um monumento à vitória dos imigrantes no país e um marco na cidade” (PARRON, 2004, p. 28), idealizado e projetado por imigrantes, não é por acaso que este prédio é exaltado na narrativa, observa-se pelos adjetivos que o caracterizam e pelo título que lhe faz referência. Em 1935, o edifício perdera o título de mais alto da América Latina e, em 1947, do de São Paulo, ainda assim permanece como um lugar de memória na comunidade paulista.

Já o local onde residiram por três anos, a Rua Jaguaribe, no bairro Bom Retiro, não atendia às expectativas de Tatiana. Descrito como uma rua grande, de cinco ou seis quadras, com casas baixas e geminadas: “casas que nos pareciam estranhas, com as janelas dando diretamente para a calçada, algumas até com portas de entrada abrindo direto para a rua” (BELINKY, 2003, p. 79). Os adjetivos “estranho” e “esquisito” são utilizados para caracterizar aquilo que lhe causa sensação de estranhamento, por ser diferente de suas referências culturais.

A diversificada arquitetura de São Paulo – desde as casas geminadas onde as classes mais pobres viviam até o bonito e moderno centro da cidade – contrastava com a arquitetura de Riga: “[...] os tais arranha-céus, espécie de casas nunca vistas, tão altas que chegavam até as nuvens, mais altas que qualquer torre de igreja que eu conhecia – e que eram as construções mais altas de Riga.” (BELINKY, 2003, p. 51). As diferenças arquitetônicas entre os espaços contribuía para o sentimento de desenraizamento do imigrante, pois causavam o estranhamento espacial.

5.2 O processo de adaptação

No primeiro mês, ocuparam o mesmo quarto numa pensão: os pais e as três crianças. Depois alugaram um sobradinho na mesma rua: “Era um apartamento de dois quartos, sala, cozinha e banheiro – pequenos, mas para nós, depois daquele quarto

apinhado na pensão, aquilo era um luxo”. (BELINKY, 2003, p. 81). O pai, por não conseguir emprego, auxiliava a esposa cuidando da casa e das crianças. Assim eles se estabeleceram na cidade de São Paulo, com muitas dificuldades econômicas; as outras dificuldades, iam contornando conforme o tempo passava. No entanto, por tratar-se de um narrador autodiegético, não temos o parecer do adulto sobre a adaptação. Nesse sentido parece ao leitor que foram as crianças quem mais sentiram com a mudança de país.

Na Rua Jaguaribe teve início, para nós, crianças, uma vida nova, que no começo foi muito difícil, por causa do idioma desconhecido, dos costumes desusados, do ambiente, do clima, e até da roupa que trouxemos conosco, especialmente a do meu irmão. [...]. Mas os meninos caçoavam dos nossos trajes, chamavam meu irmão de mariquinhas, perguntavam se aquilo era fantasia de carnaval... Nós nem sabíamos o que era carnaval [...]. (BELINKY, 2003, p. 84).

A afirmação de que o processo de “transplante” foi traumático é constante na narrativa. Isso não ocorreu devido a causas naturais, como o clima, mas devido às intransigências do meio social. As diferenças culturais entre os dois países contribuíram para dificultar a adaptação, pois são dois sistemas que se contrapõem, evidentes ao mencionar as roupas típicas da Letônia e que eram utilizadas por Tatiana e seus irmãos. O desconhecimento do que seria “carnaval” dificulta a compreensão até mesmo de uma ofensa.

Assim como na Rua Jaguaribe, nas escolas onde estudou no Brasil – uma escola era alemã e a outra americana –, ela também teve dificuldades de relacionamento com as demais crianças. Com o intuito de diminuir o choque cultural, a primeira opção dos pais foi de matricular os filhos na Escola Alemã, onde ela e seu irmão permaneceram por três meses. As aulas eram ministradas em alemão e a disciplina era rígida, com castigos corporais. O ambiente escolar era hostil e violento. Nos intervalos entre as aulas, a autora-narradora e seu irmão eram perseguidos pelos outros alunos, principalmente, por sua condição judaica: “o que eu ouvi e aturei de xingamentos e desaforos naquele pátio, só eu sei: cheguei a ser acusada, em altos brados, até de ter crucificado Jesus Cristo...” (BELINKY, 2003, p. 141). Esse relato demonstra que o fato de estarem no Brasil, um país que acreditavam estar seguros quanto ao antissemitismo, não impedia de os judeus serem perseguidos tanto por aqueles de origem alemã quanto por brasileiros, dito

nativistas. “O fato de que a maioria dos imigrantes judeus vinha do Leste europeu pós-Revolução Russa servia para que os principais intelectuais e políticos brasileiros confirmassem seus preconceitos de que todos eram comunistas e exploradores econômicos.” (LESSER, 1995, p. 65).

Transferidos para a Escola Americana, anexa ao *Mackenzie College*, o ambiente escolar se apresentava completamente diferente da Escola Alemã; mas nem por isso se pode dizer que não havia conflitos: a animosidade era velada.

Muitas vezes eu me senti solitária, isolada, rejeitada – sem violência, sem agressões diretas, sem palavras ásperas –, mas mesmo assim rejeitada, como demonstram alguns incidentes que tiveram lugar durante os meus primeiros meses na Escola Americana. (BELINKY, 2003, p. 144).

As diferenças culturais entre os dois países geraram os conflitos identitários entre a autora-narradora e as crianças da Rua Jaguaribe e da escola. Mesmo com as tentativas de aproximação feitas pela personagem, com o intuito de inserir-se no meio social da Rua Jaguaribe e da escola, as diferenças persistiam. No entanto, com o passar do tempo, a rejeição se abrandara e já era possível visualizar uma integração: “eu já conquistara o meu espaço, tanto perante os professores como entre os colegas, que não caçoavam mais do meu sotaque nem me discriminavam daquele jeito” (BELINKY, 2003, p. 156).

A Revolução Constitucionalista, de 1932, de certa forma auxiliou os imigrantes a firmar um pacto com a cidade de São Paulo, como se fosse necessário doar algo de si para sentir-se fazendo parte do país. A integração se apresenta ao aderir à campanha “Dê ouro para o bem de São Paulo”: “doei uma correntinha de pouco valor material, mas que, como gesto, foi importante para mim, na medida em que consolidou a minha ‘naturalização’ simbólica, a minha adesão emocional – para sempre – a São Paulo e ao Brasil, minha nova pátria” (BELINKY, 2003, p. 158). Na obra o sentimento de pertencer, de fazer parte da cultura se apresenta com muita força nas memórias de Belinky.

6. Considerações finais

A autobiografia é considerada um gênero híbrido por trazer relatos de cunho verídico com elementos de historicidade, no entanto, faz-se necessária a ficcionalidade para a construção verbal, já que a memória tem suas limitações. A história se apresenta por meio de alusões a eventos paradigmáticos como as revoluções e as guerras que marcaram o século XX, bem como a representação de ambientes sociais com suas problemáticas, considerando Menton (1993), e a figuração do tempo na construção do texto segundo Weinhardt (2011). Além disso é possível resgatar a memória coletiva de um grupo, no caso os imigrantes, por meio das lembranças de Tatiana Belinky que apresenta situações como a travessia do Atlântico e a chegada na Baía de Guanabara no Rio de Janeiro. A construção verbal de suas experiências oportuniza a mescla entre veracidade e ficcionalidade, dessa forma, pode-se considerar a autobiografia como ficção histórica.

No âmbito individual, a narrativa de suas memórias pode ser uma forma de a autora evitar o esquecimento. Uma forma de recordar e, ainda, transmitir para as gerações posteriores suas experiências de vida. Para quem recorda, verdade é; por isso, a noção pretendida na escrita da autora, caracterizando seu compromisso em registrar de forma verídica as experiências vivenciadas. Na impossibilidade de retomar os acontecimentos tal como ocorreram, o que se produz é a construção de uma narrativa ficcional: na configuração de uma temporalidade construída pelo imaginário, com *pretensão* de verdade.

Transplante de Menina (2003) demonstra que a autora-narradora quer partilhar com o leitor as emoções e as sensações vivenciadas pela personagem, neste caso, da Tatiana dos 10 aos 13 anos, na cidade de São Paulo. Neste momento a sensibilidade do escritor é posta em ação, para expressar em palavras não somente as imagens “que ficaram guardadas na memória”, mas também a percepção das experiências vividas. Por meio de metáforas e adjetivos, é evidente a subjetividade na elaboração dessa linguagem, pois demanda um esforço reflexivo do autor-narrador.

Os conflitos vivenciados pela autora-narradora-personagem marcaram sua fase de adaptação no Brasil de tal maneira que ainda apresentam suas cicatrizes 70 anos depois. Nesse sentido, *Transplante de Menina* (2003) cumpre a função de causar um

efeito catártico: a purgação emocional do sentimento de rejeição social ao qual foi submetida. Efeito que pode estender-se ao leitor dessas memórias.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Série ponto de Partida. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BELINKY, Tatiana. **Transplante de Menina**: da Rua dos Navios à Rua Jaguaribe. 3º edição. São Paulo: Moderna, 2003.

BELSKY, Janet. **Desenvolvimento humano**: experienciando o ciclo da vida. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 16ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Luís Alberto. **Teorias do espaço literário**. São Paulo: Perspectiva e Belo Horizonte: Fapemig, 2013.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica**: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. 2ª edição. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2014.

MENTON, Seymour. **La nueva novela histórica de la América Latina**: 1979-1992. México: Fondo de Cultura, 1993.

OLNEY, James. Algunas versiones de la memoria/ algunas versiones del bios: la ontología de la autobiografía. In: LOUREIRO, Ángel G. La autobiografía y sus problemas teóricos: estudios e investigación documental. *Monografías temáticas*, suplementos nº 29. Barcelona: Editorial Anthropos, 1991. 33-47 p.

PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (I)migração**: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.

PARRON, Milton. **São Paulo, a trajetória de uma cidade**: história, imagens e sons. São Paulo: Nobel, 2004.

PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. **História e história cultural**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

SAER, Juan José. O conceito de ficção. *Revista FronteiraZ*, São Paulo, n. 8, julho de 2012.

WEINHARDT, Marilene. Romance histórico: das origens escocesas ao Brasil finissecular. In: WEINHARDT, M. (org.). **Ficção histórica: teoria e crítica**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. p. 13-55.

MARCHA DO INÍCIO AO FIM: IDEOLOGIA E MEMÓRIA DA/NA LÍNGUA

Luiza Boézzio Greff*
Bruna Cielo Cabrera**

Resumo: Voltando-nos para uma discussão que entrelaça saberes da Análise de Discurso pecheutiana e da História das Ideias Linguísticas, dedicamos ao discurso dicionarístico uma leitura materialista, compreendendo-o como afetado tanto pelas condições de produção, em que se constrói, quanto por sua relação com os sujeitos e a ideologia. Dedicamo-nos a analisar os verbetes para o termo *marcha* em dicionários da Real Academia Espanhola, exemplares dos séculos XIX, XX e XXI. Tal busca faz parte de uma investigação que visa responder: quais os efeitos de sentido em circulação quando o nome *marcha* é empregado na nomeação do evento que configura nosso objeto de estudo, a *Marcha del Silencio*? Mobilizando noções como memória, ideologia e efeito metafórico, este artigo apresenta algumas reflexões sobre este tema.

Palavras-chave: Discurso. Instrumentos Linguísticos. Língua. Nomeação. Efeito Metafórico.

Abstract: Focusing a discussion that interweaves knowledges of French Discourse Analysis and History of Linguistic Ideas, we dedicate to the dictionary discourse a materialistic reading, understanding it as affected by conditions of production, wich it is inserted, and by its relation with subjects and ideology. We dedicate to analyze the entries for the term *march* in dictionaries of the Spanish Royal Academy, from the XIX, XX and XXI centuries. This investigation is part of a research: what are the meaning effects in circulation when the name *march* is used at the naming process of the event that sets our object of study, the *Silent March*? Mobilizing notions such as memory, ideology and metaphorical effect, this work presents some reflections about this topic.

Keywords: Discourse. Language Tools. Language. Naming process. Metaphorical Effect.

1. Primeiros passos

... como me cuesta quedarme
me cuesta marcharme
me cuesta olvidar³
(Jorge Drexler)

* Graduada em Letras Português (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL-UFSM), com ênfase nos estudos em Análise de Discurso de matriz francesa, sob orientação da Prof^a Dr^a. Amanda Eloina Scherer. izabgreff@gmail.com

** Graduada em Letras Português (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL-UFSM), com ênfase nos estudos em Análise de Discurso de matriz francesa, sob orientação da Prof^a Dr^a. Amanda Eloina Scherer. bruna.cielo.c@gmail.com

³ Trecho da música *Un país con el nombre de un río*, do cantor e compositor uruguaio, Jorge Drexler.

O primeiro passo foi dado em direção ao “prado vacío, un país con el nombre de un río” por um interesse afetivo: que aromas e cores, que espírito sul-americano, que essência nostálgica constitui o Uruguai, que permite que de lá escreva Mario Benedetti e provoque tantos sentidos aqui? Buscando por cafeterias pouco iluminadas e pelo vento frio das *ramblas*, encontramos uma história que, enquanto sujeitos brasileiros, nos é familiar.

Em um cartaz preto e branco fixado no mural de entrada da Universidad de La Republica (Montevideu), parecido com quase todos os outros com os quais já havíamos nos deparado, havia um convite. Já datava junho e estávamos diante de uma convocação tardia: no dia vinte de maio do ano de 2014, seria realizada a já tradicional *Marcha del Silencio*. Contudo, aceitamos o convite e o cartaz foi trazido ao Brasil, tornando a *Marcha*, seu silêncio e sua história nossos objetos de interesse acadêmico.

Interessou-nos a *Marcha*, mas interessou-nos, primeiramente, como questão teórica e analítica, o silêncio da/na marcha e dedicamo-nos a ele desde então. Sendo assim, comprometemo-nos a abordá-lo por um viés discursivo, ancorando-nos em um dispositivo teórico metodológico oferecido pela Análise de Discurso de matriz francesa (doravante, AD). Tal mirada teórica ofereceu-nos (e oferece-nos) senão respostas, possibilidades de compreender os processos de produção de sentidos envolvidos no discurso desse evento e, mais do que qualquer outra oferta, suscitam uma pluralidade de interrogações sobre os diferentes aspectos da constituição e significação de nosso objeto de interesse.

Interessa-nos as condições de produção desse evento, interessa-nos sua história e sua memória, interessa-nos, sobretudo, o(s) discurso(s) que dele/nele emergem. Acreditamos que o caminho mais adequado para que nos afastemos de um entendimento do objeto que responda a uma ilusão de totalidade ou a assunção de evidência dos sentidos em circulação seja dedicarmo-nos, passo a passo, à sua leitura e compreensão. Neste artigo, apresentaremos um dos passos que compõem nossa marcha em busca de compreender as diversas nuances de nosso objeto de estudo.

Propomos, neste estudo, deslocar nosso objeto para um lugar outro e tal deslocamento é possibilitado pela noção teórica propiciada pela AD de que os discursos podem apresentar-se sob diversas materialidades significantes. Sendo assim, tomamos a

Marcha del Silencio como discurso, tomado aqui em uma perspectiva pecheutiana (PÊCHEUX, ([1988] 2009), em relação indissociável com a ideologia, a história e a memória. A partir do ponto teórico-metodológico no qual nos alocamos para realizar nosso gesto interpretativo (ORLANDI, 2013), assumimos que nossa leitura é apenas uma das possíveis e que os conceitos que mobilizaremos são apenas parte dos vários que poderiam ser mobilizados em diferentes leituras de diversos sujeitos.

A realidade de que não podemos caminhar em todas as direções ao mesmo tempo nos orienta no processo de delimitação de uma questão analítica norteadora: são reflexões referentes ao processo de deslocamento de sentidos (NUNES, 2013) envolvidos no processo de nomeação (GUIMARÃES, 2005; ORLANDI, 1993) do evento de mobilização popular uruguaia (a *Marcha*) que tematiza este estudo.

Realizaremos uma análise discursiva dos verbetes para o vocábulo *marcha*, em dicionários de língua espanhola produzidos pela Real Academia Espanhola. Buscaremos, no trabalho de leitura e análise desse *corpus*, compreender como os significados estabilizados, via o instrumento linguístico (AUROUX, 1992) dicionário, para este substantivo deslizam até que seja possível nomear o evento que aqui estudamos como *Marcha del Silencio* e que tal nomeação provoque efeitos de sentido que encaminham-nos para leituras tão diversas.

2. *Marcha soldado...*

Dar início a uma fala ou um texto é sempre um momento de apreensão, a ação de romper o silêncio ensurdecedor em vista de tudo o que pode ser dito. Contudo, não somos as primeiras a romper o silêncio primordial que antecede o discurso, apenas damos continuidade a esse, inserindo-nos nele como mais uma voz. Assim como nos inserimos, em marcha, na *Marcha*: nossos pés junto aos pés de dezenas de milhares de pessoas, em silêncio.

E como inserir-nos nesse discurso do saber científico sobre a língua, a linguagem e os sentidos, discurso em que tanto já foi dito? Por questões que fogem ao foco deste texto, cabe-nos iniciar reconhecendo a voz que, em nossa trajetória, nos antecede: em nosso primeiro movimento de reflexão sobre os sentidos para a palavra *marcha*, retomamos o trajeto percorrido por José Horta Nunes em seu texto *Marchas*

urbanas: das redes sociais ao acontecimento. Nesse artigo, o autor propõe apresentar uma análise discursiva da “escrita nas redes sociais e no acontecimento das marchas” (2013, p. 65), ocupando-se das marchas urbanas como “da Maconha”, “da Liberdade” e “das Vadias” em suas edições brasileiras realizadas nos últimos anos. Como parte de seu dispositivo metodológico, o autor buscou os significados para a palavra *marcha* constantes no dicionário brasileiro Aurélio⁴ e, a partir desses sentidos em circulação no instrumento linguístico (AUROUX, 1992), teceu suas reflexões e considerações sobre os efeitos de sentido que, em sua leitura, foram evocados.

Ainda que tomados por inquietações diferentes, tal referência de estudo tornou-se nossa inspiração. Em decorrência de especificidades do objeto pelo qual nos interessamos, as obras que compõem nosso *corpus* diferem daquelas que foram consultadas por Nunes (2013). Compreendemos que seria conveniente que os dicionários consultados em nosso estudo estejam em consonância com a língua cujo objeto de estudo é nomeado; por essa delimitação metodológica, consultamos obras exclusivamente produzidas e publicadas em língua espanhola. Sendo assim, tendo demarcadas tais questões e nos apresentado na cidade de Montevidéu para participarmos da 20ª edição da *Marcha*, no ano de 2015, utilizamos como fonte os dicionários de língua espanhola disponíveis em bibliotecas (da Universidad de la Republica e Biblioteca Nacional), livrarias e sebos (espaços de comércio de livros usados) da capital uruguaia.

Dediquemos um momento, antes de apresentarmos nosso arquivo de pesquisa, para refletir sobre o motivo que nos levou a buscar os significados (e, a partir deles, os efeitos de sentido em nossa leitura produzidos) de *marcha* primeiramente em dicionários. Tomamos como referência sobre o processo gramatização e instrumentalização das línguas as reflexões de Auroux (1992), que nos permitem pensar o dicionário como um instrumento linguístico e tecnológico. Sob este viés, o dicionário e a gramática são pensados como instrumentos de produção (estabilização e veiculação) de saberes sobre as línguas e objetos de saber que constituem o que o autor chama de revolução tecnológica da gramatização.

⁴ Não há indicações, no corpo do texto ou nas referências bibliográficas, sobre o ano ou edição do dicionário Aurélio consultado pelo autor.

Sendo assim, um dicionário não nos apresenta apenas acepções, sinônimos, antônimos, mas um espaço para a observação das transformações da língua – em diferentes condições de produção como período histórico, contexto social e, principalmente, perspectivas teóricas. A análise de verbetes, por este viés, apresenta-nos possibilidades de reflexões sobre a historicidade dos sentidos da língua, enquanto “questiona a transparência dos sentidos e procura-se compreender de que modo esse verbete tem a ver com a sociedade e com a história” (NUNES, 2006, p. 16). Trata-se, então, de questionar o sentido estabilizado e tomado por evidente, buscando compreendê-lo em suas relações com a exterioridade que lhe é inerente.

Compreendemos, ainda pensando o instrumento segundo as reflexões de Aurox (1992), que o dicionário é um espaço de *manutenção* da língua: um lugar de gerência das alterações sofridas pela língua, mas também de conservação do conhecimento linguístico já desenvolvido. Essa conservação promove uma (ilusória) estabilidade dos significados e sentidos, pois é ao dicionário que recorremos quando uma dúvida sobre o significado de determinada palavra nos assalta, com a equivocada certeza de que dele obteremos todas as respostas. É ao dicionário que ofertamos o posto imaginário de guardião de significados e sentidos estáveis, fixos, imutáveis e sempre corretos, chegando ao ponto de, se tomados por uma ingenuidade arrebatadora, acreditarmos (e fazermos acreditar) que o que não está no dicionário, então “não existe”. Foi por esse papel de manutenção dos saberes da língua, essa ideia de imobilidade dos significados e sentidos e tomados pela inquietude que tal firmeza proporciona, que consultamos este instrumento como fonte para o primeiro passo de nosso estudo.

Vimos a depararmo-nos com uma abundância de materiais disponíveis para pesquisa, tornando a delimitação de nosso *corpus* de estudo um desafio: como estabelecer recortes nesse vasto *corpus* e selecionar os verbetes a serem aqui estudados e analisados? Novamente dedicamos nossa atenção e esforços para realizar o movimento que, acreditamos, melhor atendesse às especificidades de nosso objeto. Assim, tornou-se necessário que atentássemos para as duas instituições responsáveis pela produção dos dicionários disponíveis, das quais trataremos a seguir.

Tivemos acesso a nove dicionários nas bibliotecas visitadas (Biblioteca Nacional e Biblioteca da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da

Universidade da República): seis foram produzidos pela *Real Academia Española* (doravante, RAE) e três dicionários foram produzidos na França, mais especificamente em Paris, com a indicação de que o órgão responsável é *La Libreria de La Vda de CH. Bouquet*. Os dicionários da RAE nos ofereceram definições de marcha produzidas durante os séculos XIX, XX e XXI⁵ e os demais datam dos séculos XIX e XX⁶.

A oferta de instrumentos produzidos ao longo de três séculos em diferentes espaços de circulação (França e Espanha) nos brindou com a possibilidade de observar como se transformam, em um contexto histórico, social e ideológico dado, não só o conhecimento sobre a língua, mas também seus sentidos. Porém, optamos por seguir uma linha metodológica que atendesse aos pormenores da língua materna de nosso objeto. Logo, nosso recorte elenca para esse estudo os dicionários produzidos pela Real Academia Española, por acreditarmos que, sendo esta uma instituição acadêmica responsável por, em colaboração com mais 21 academias, tutelar a língua espanhola nos países hispânicos (ALVES, 2011, sp.), sua importância para a produção de conhecimento sobre a língua é de fato notável.

A existência e pleno funcionamento da RAE, responsável pela produção de instrumentos linguísticos destinados ao estudo da língua espanhola em uma pluralidade de países é justificada como uma tentativa “de garantir a unidade da língua e assim permitir que os indivíduos se reconheçam como membros da mesma comunidade linguística”, (ALVES, 2011, sp.). Embora existam, hoje, projetos novos/renovadores que proponham apurar dos instrumentos linguísticos, a partir de produções de instituições “alternativas”, mais comprometidas com a descrição e instrumentação de uma língua *em uso*, como nos apresenta José Del Valle (2015), a ampla circulação de instrumentos linguísticos da RAE⁷, sua relação com a política de língua espanhola e o grande prestígio de que desfruta são, também, alguns dos motivos que nos encaminham a optar por esses instrumentos como fonte de busca para este estudo.

⁵ Os dicionários da RAE consultados datam 1884, 1914, 1970, 1984, 1992 e 2001.

⁶ Os dicionários da *La Libreria de la Vda de CH. Bouquet* datam 1899, 1906, 1978.

⁷ Cabe aqui mencionarmos que tal “soberania” da RAE provoca-nos a refletir sobre questões voltadas para as políticas de língua e o funcionamento político da língua, sobre a relação entre os aparelhos ideológicos do estado (ALTHUSSER, 1970) e a língua: questões de imensa importância, mas que desviam de nosso foco.

Retomamos o estudo de José Horta Nunes para pensarmos os significados de *marcha* em circulação nos instrumentos linguísticos de língua brasileira. O autor afirma que “os sentidos de ‘marcha’ enquanto acontecimento público e de reivindicação” (NUNES, 2013, p. 67) não estão estabilizados nos dicionários brasileiros e, sem exatamente surpreendermo-nos, encontramos o mesmo nos dicionários de língua espanhola da RAE. Não há, nas acepções de *marcha* nos dicionários por nós consultados, definições que se aproximem a *outros* sentidos evocados, como, por exemplo, o de acontecimento público de reivindicação (NUNES, 2013)⁸. Na totalidade dos dicionários consultados, é comum ao verbete a “ação/ato de marchar” e “tempo que alguém ocupa caminhando” (tradução nossa). Sentidos previstos, uma vez que o substantivo deriva do verbo *marchar*, que, na língua espanhola, também segundo os dicionários consultados, pode apresentar significações de caminhar e/ou caminhar com a tropa.

Ainda estabelecendo diálogo com a leitura de Nunes (2013), colocamos que em sua busca foram encontradas as acepções “cortejo, préstito, séquito: marcha triunfal” (p. 67), que, para o autor, constroem uma sinonímia para sentidos de cortesia, homenagem ou solenidade, e também evocam a memória militar com “passo cadenciado” (p. 67). Se, para Nunes, a *marcha* no dicionário Aurélio evoca uma memória militar por sua menção ao passo cadenciado, a *marcha* apresentada nos dicionários da RAE nos trazem essa memória com uma força ainda maior.

A significação comum a todos os dicionários consultados (datados de 1884; 1970; 1984 e 2001), relacionada à memória militar é: *toque de caja ó de clarin para que marche la tropa ó para haver los honores supremos militares; la que se halla designada para tocarla cuando pasa el rey ó el Santísimo Sacramento* (RAE, 1884; 1970; 1984; 2013). As edições de 1970 e 1992 apresentam duas novas acepções (que, em nossa leitura, relacionamos ao militarismo) incorporadas ao verbete. Na edição do ano de 1970 incorpora-se: “marcha real fusilera: antigua marcha real, usada después de los atos

⁸ Guiados por Nunes (2013), pensamos nesse momento as marchas (assim nomeadas) “atuais”, ou seja, recentes, que ocorrem em diversos locais do Brasil e do mundo. A primeira *Marcha das Vadias* brasileira, por exemplo, aconteceu no ano de 2011, entretanto, recuando na história do país, podemos relembrar a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em 1964. E, ampliando nosso horizonte, podemos relembrar as marchas (também “do silêncio”), em 1948, na Colômbia, ou, em 2015, na Argentina. Desta forma, acreditamos que a nomeação desses eventos como *marcha* não apresenta uma data estabelecida, mas sua evocação contribui para a constituição de uma memória discursiva (PÉCHEUX, 2010) sobre tal objeto.

palatinos” (RAE, 1970, p. 846), que vem a ser uma música de cerimoniais militares; e, na edição do ano de 1992: “movimiento de las tropas para trasladar-se de um punto a otro” (RAE, 1992, p. 654). Notamos que, além dos sentidos relacionados ao militarismo, há também sentidos que se inserem em uma rede de sentidos religiosos, com menção de “Santíssimo Sacramento”, evocando sentidos que remetem ao cristianismo e seus rituais de fé, e de Estado, evocando a figura do Rei, chefe máximo da monarquia (regime de Estado em que governa um rei ou um imperador).

Identificamos, nessa leitura primeira, três grandes sítios de significância (ORLANDI, 1993): militarismo, religião e organização do poder estatal. Buscamos compreender como esses sítios se relacionam e se entrecruzam. Segundo reflexões de Althusser (1970), identificamos que em todos os três núcleos de significação está em funcionamento uma noção de controle do(s) sujeito(s). Interessa-nos nesse ponto o que esse autor propõe sobre o funcionamento dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e Aparelhos de Estado (AE), tomados como “realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1970, p. 43), são capazes de exercer pela ideologia (p. 46) (e não apenas pela violência, como o repressor Aparelho de Estado, da teoria marxista) o controle e a repressão dos sujeitos em suas práticas tanto religiosas quanto políticas e sociais.

Em sua reflexão, o filósofo destaca os AIE religioso e político como parte do funcionamento no processo de sujeição dos sujeitos, o que leva o sujeito a “reconhecer” seu lugar no processo de produção e divisão do trabalho, admitindo-o como “natural” e, em geral, inquestionável por efeito da ideologia do Estado (dominante e hegemônica). Junto desses aparelhos, que atuam no processo de reprodução por seu efeito ideológico, sob a ótica althusseriana, o exército é, também, um aparelho que prevê o controle. Toma-se então a noção de militarismo reportando-se a um Aparelho de Estado (AE), que difere por seu funcionamento não puramente ideológico (pensando nas noções de hierarquia, da ordem, do serviço à pátria e do não questionamento de todas as proposições por parte dos sujeitos envolvidos no funcionamento desse AE), mas também violento (exercendo sua função de polícia e de força armada).

Tais significados institucionalizados e veiculados pelos dicionários mais consultados e difundidos da língua espanhola mobilizam, em nossa leitura, efeitos de

sentido que contrastam significativamente com os sentidos que *marcha* pode evocar na nomeação do evento de que nos ocupamos em nosso estudo. Quando refletimos sobre a constituição e funcionamento material dos Aparelhos Ideológicos do Estado e Aparelhos do Estado, não é possível ignorar que a ideologia que os rege, necessariamente hegemônica, pode guiá-los a ações perturbadoras. Não questionamos apenas a sujeição dos sujeitos que sofrem sua ação, tendo claro que tal efeito é consequência do processo de reprodução no qual estamos inseridos. Questionamos, junto a uma legião de vozes, o funcionamento de um AIE que serviu, ao longo da história ocidental, à propagação não apenas do amor cristão, mas de intolerâncias e interesses econômicos que se apresentavam como sacrifícios necessários para a comunhão com um deus que esteve sempre inatingível. Questionamos o AE militar por sua atuação não como proteção, mas como arma de extermínio, força bélica treinada para o combate sem questionamentos, sem reflexões.

A atuação da aparelhagem estatal sobre a sociedade e seus sujeitos não é necessariamente visível a todos: sendo um trabalho ideológico, retomamos a ideia de que a ideologia dissimula seus efeitos – é parte de seu trabalho. Assim, os AIE (ideológicos) e o AE (repressor) têm seus efeitos dissimulados por seu funcionamento: a noção de militarismo, por exemplo, pode evocar sentidos que dizem respeito à segurança nacional e ao amor à pátria. Por outro lado, pode evocar sentidos que tangem a guerra, a repressão, o controle. Como sabemos, os sentidos não estão “descolados” e insensíveis à exterioridade. O efeito de sentido provocado por tais entradas dicionarísticas para a palavra *marcha* previstas nos dicionários consultados estão sujeitos ao funcionamento da memória, das condições de produção e dos gestos de leitura realizados pelos sujeitos.

Os resultados de nossa busca mostraram-se em consonância com aqueles apresentados por Nunes (2013) e reforçamos a ideia de que há uma ligação inegável, mas nem por isso menos tensa, entre *marcha* e militarismo. Tal efeito de sentido remete à superfície do evidente, aos sentidos que circulam em nossas memórias: não é difícil lembrarmos de marchas de soldados em eventos de comemoração ao dia da pátria ou outra comemoração cívica. Não é menos familiar a cantiga popular que traz em seus versos soldados “cabeça de papel” que obedecem às ordens rígidas, sob pena de serem presos no quartel.

O que foge ao transparente da significação nessa relação entre os significados e sentidos previstos para *marcha* nos dicionários da RAE e uma memória militar são os efeitos que nos provoca. Tal memória não é pacífica para nós, sujeitos da América Latina: conhecemos uma face do AE militar que se tornou impossível de esquecer, servindo como braço armado do AIE estatal e por vezes confundindo-se com ele. A memória do militarismo na América Latina é responsável por pesadelos que representam golpes na democracia, violação de liberdades individuais, desrespeito a direitos básicos dos cidadãos, violências de toda sorte. E é como efeito da ação desses aparelhos, que trabalham ora pela ideologia, ora pela violência e, não raro, sempre dispostos a vigiar e punir qualquer sujeito que ousar resistir e questionar a ordem, que uma das piores memórias da história dos países da América Latina é constituída: as ditaduras militares.

3. *Quem não marchar direito...*

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai: em comum, além de sua posição ao sul da América do Sul, compartilham a memória devastadora do enfrentamento de ditaduras militares. E o que destacamos como denominador comum a todos os regimes ditatoriais que se estabeleceram nesses quatro países é a violência brutal, o desprezo pelas liberdades individuais e pela política democrática.

No Uruguai, a ditadura das décadas de 1970 e 1980 “implicou na ocupação militar do país e na utilização de todos os recursos estatais disponíveis” (humanos, políticos, econômicos, militares, psicológicos, culturais, técnicos, ideológicos, repressivos), permitindo “aos setores militares desempenhar funções policiais, controlar e vigiar o tecido social, assumir responsabilidades pelas funções de defesa das instituições, manterem a ordem e garantir a segurança” (PADRÓS, 2012, sp.). Em que poderia resultar uma ideologia estatal que visa completo domínio dos sujeitos, tendo por “inimigos” aqueles que ousam subverter a ordem, e que conta com a ação de um aparelho repressivo treinado para a guerra? Vigilância. Violência. Tortura. Desaparecimentos. Mortes. E, sobretudo, injustiça.

Assim se configura a memória de parte do corpo social afetado pelo regime ditatorial uruguaio: centenas de cidadãos foram mortos e seus corpos jamais foram velados. Centenas de cidadãos restam, ainda hoje, como desaparecidos e deles não há

notícia. Centenas de cidadãos foram presos e torturados e para esses, não há pedido de perdão que possa apaziguar a memória. E, além das vítimas, restam familiares e demais sujeitos empenhados em não deixar que se dissolva no tempo essa memória: não por uma romantização do sofrimento, mas como um sinal de alerta de que a liberdade e a democracia são frágeis. É por sujeitos que compartilham dessa memória que é composta a *Marcha del Silencio*, manifestação popular que ocorre há mais de vinte anos na cidade de Montevidéu, tomando a rua⁹ com milhares de marchantes em silêncio.

Assim como os regimes político-estatais do país, a *Marcha del Silencio* também tem sua história. Infelizmente, não contamos ainda com uma sistematização das informações disponíveis sobre as diversas edições da mesma, nem com um texto acadêmico que dê conta de dissertar e refletir sobre as condições de produção desse evento, historiando-o, historicizando-o. Contamos, porém, com o esforço incansável de mães e familiares (e demais militantes da causa) em atualizar *sites* e responder às nossas questões¹⁰.

A *Marcha del Silencio* acontece desde o ano de 1996, no dia vinte de maio; desde o ano inicial, todos os anos, milhares de cidadãos marcharam pelas principais ruas do centro da cidade em um cortejo silencioso pelas centenas de vítimas do regime ditatorial. O silêncio não existe ali apenas para os mortos e desaparecidos, mas para os muitos que ainda estão marchando por uma memória que lhes dói pela vivência, pela memória construída sobre dos relatos de seus familiares, pela memória que faz parte da memória de um país e seu povo.

4. O caminho de uma marcha à outra

Partimos a articular e apresentar nossas reflexões discursivas sobre o termo *marcha*, mobilizado para a nomeação de nosso objeto de interesse e estudo: a *Marcha del Silencio*. Tomamos, então, algumas propostas do professor e pesquisador Eduardo Guimarães, em sua obra *Semântica do acontecimento* (2005), no que toca ao conceito de

⁹ A *Marcha del Silencio*, desde sua primeira edição em 1996 percorre o trajeto compreendido entre a *Plaza a los desaparecidos en America Latina* e a *Plaza Libertad* (também conhecida como *Plaza Cagancha*), ambas localizadas no centro da cidade de Montevidéu.

¹⁰ Destacamos o *site* mantido pelo Grupo de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos. Disponível em: <<http://desaparecidos.org.uy/marcha-del-silencio/>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

nomeação. O autor pensará sobre este processo por um viés enunciativo, considerando-o como o “funcionamento *semântico* pelo qual algo recebe um nome” (GUIMARÃES, 2005, p. 9, grifo nosso), isto é, pensa a nomeação como uma forma de *construção* de sentidos que se dá numa relação do sujeito com a língua. Articulamos essa reflexão com os conhecimentos oriundos das leituras em Análise de Discurso, buscando um viés materialista, assim, consideramos que a relação do sujeito com a língua (e a produção de sentidos, por conseguinte) se dará sempre na história, entrelaçando sujeito, língua, ideologia e exterioridade (condições de produção).

Já Orlandi compreende que o processo de nomeação estabelece “sítios de significância” (1993, p. 15), isto é, ao nomear algo, o sujeito institui um processo que se aproxima da construção de limiares de significância, tornando possível a interpretação. Logo, por essa mirada, vamos compreender que o processo de nomeação não consiste na simples ação de atribuir nomes; transformar “*uma coisa*” em “*a coisa*”, não se trata apenas de individualizar sujeitos ou elementos. Compreendemos que *o nome* é parte constitutiva de um discurso *do* elemento e que, como elemento nuclear no processo de nomeação, é constitutivo também do processo de produção de sentidos que são postos em funcionamento nesse/por esse discurso.

Evocamos a relação da língua, do sujeito e do discurso (e, portanto, da constituição dos sentidos) com a exterioridade. Para ilustrar nossa reflexão, arriscamos: refletamos sobre os (efeitos de) sentidos evocados pela nomeação de uma rua, uma avenida, uma via pública qualquer. Durante um determinado período da história do Brasil, diversas ruas foram nomeadas utilizando-se dos nomes de figuras símbolo de patriotismo, bravura e eminência em determinada área (da vida pública, das artes, das ciências, da religião): na cidade de Porto Alegre (RS), por exemplo, diversos logradouros ostentavam (e ainda ostentam) nomes que, ao evocar memórias sobre determinados sujeitos, homenageavam tais figuras (hoje, em diferentes condições de produção, controversas) de nossa história que significavam um discurso de sentidos atrelados à atuação política das Forças Armadas ou um período em que a democracia fora golpeada pela ditadura militar.

Uma das avenidas mais importantes da capital gaúcha chamava-se Castelo Branco – nome do primeiro presidente da ditadura militar brasileira. Em determinadas condições de produção, tal nomeação provocava sentidos de aclamação a um “grande

líder”. Mudam-se as condições de produção: mudam-se os sujeitos, as filiações ideológicas e, como não poderia deixar de ser, os sentidos. Em um cenário político que favorece a discussão sobre os horrores da ditadura no Brasil, um projeto de lei aprovado pela câmara de vereadores de Porto Alegre, em 2014, renomeia tal via pública: Avenida da Legalidade e da Democracia¹¹. Ao renomear-se tal avenida, agora utilizando-se de “Legalidade” e “Democracia” (dois termos que não faziam parte do vocabulário do regime ditatorial), não só instaura-se um novo sítio de significância, como também mexe-se com a memória dos sujeitos. Outrora, em condições de produção de liberdades cerceadas e de uma ideologia voltada à repressão e à instauração de uma ordem militarista, eram homenageados golpistas, ditadores, agressores da democracia; hoje, desfrutando dos direitos garantidos pelo Estado democrático, a homenagem é à própria Democracia, instigando o sujeito a mobilizar memórias sobre a história nacional.

Pensamos então as relações entre o discurso, a ideologia, a memória, o sujeito e o que há de político e simbólico nesses elementos: não é possível domesticar a significação. Fazemos constar em nossa leitura o forte apelo à memória que o processo de nomeação carrega em si. Os sentidos que um nome (em uma perspectiva discursiva) evoca não são criados nos ou pelos sujeitos que nomeiam: o sujeito não é a origem de seu dizer e nem inaugura, com seus discursos, os sentidos. Há em funcionamento uma rede de memórias: histórica, social e coletiva (DAVALLON, 2010; HALBWACHS, 2003; PÊCHEUX, 2010; 2011), subjetiva e discursiva (PÊCHEUX, 2010).

De acordo com as proposições pecheutianas, os sentidos se constituirão no interior das formações discursivas dadas, em uma relação de palavras, sujeitos, ideologia, história e memória. O nome *Marcha*, mobilizado e empregado na nomeação do evento do qual nos ocupamos, carregará consigo não apenas os significados estabilizados via instrumento linguístico, mas os *sentidos* em circulação (sempre possíveis de serem outros, ainda segundo Pêcheux), impossíveis de contenção¹². O sujeito é capaz de nomear,

¹¹ Jornal Zero Hora. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/10/camara-de-vereadores-oficializa-mudanca-de-nome-da-avenida-castelo-branco-4610878.html>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

¹² Chamamos atenção para a distinção entre *significado* e *sentido*, uma vez que, colocando-nos em um espaço teórico da AD, acreditamos que o *sentido* não “cabe” no instrumento linguístico, uma vez que se constitui na relação da língua com o sujeito, a ideologia e com a exterioridade, ambos constitutivos do sentido.

buscando um determinado efeito de sentido, mas é incapaz de, com essa sua escolha – que lhe oferece a ilusão do sentido unívoco –, controlar as significações desse nome em diferentes formações discursivas e ideológicas, em diferentes condições de produção e em diferentes sujeitos que se mantêm em circulação nestes espaços.

Tendo em vista essa discussão, aproveitamos o dito anterior e nos detemos rapidamente para pensar sobre: *escolheu-se* o nome *marcha* para estes movimentos de protesto? Para abordarmos esse questionamento, tomamos a discussão sobre esquecimento, proposta por Pêcheux (2009), o qual leva o sujeito a “iludir-se” (inconscientemente) sobre uma relação natural entre o pensamento, o mundo e a linguagem. Esse esquecimento é da ordem da enunciação: *borra-se*¹³, para o sujeito, a possibilidade de dizer de outra maneira aquilo que é dito. Sendo assim, não acreditamos que haja uma *escolha consciente* do nome *marcha* entre tantos outros, mas um processo determinado por fatores históricos, sociais e ideológicos, que mobilizam memórias e sentidos que podem não estar na superfície, mas estão na opacidade do discurso de protesto. “O sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva¹⁴ (doravante, FD) que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (PÊCHEUX, 2009, p. 161, grifo do autor). Assim, acreditamos, os sujeitos que nomeiam tal evento de protesto e resistência são afetados pelos discursos sobre a ditadura, sobre o militarismo e sobre a resistência democrática que circulam em suas FDs e oferecem-lhes possibilidades de paráfrases, ressignificações e mover de sentidos.

Por fim, compreendemos que esta nomeação, afetada pelo esquecimento pecheutiano, só é possível por haver um deslizamento de sentidos entre (I) *marcha*: dos significados dicionarizados, estabilizados e institucionalizados, evocando efeitos de sentido que nos orientam para uma memória de militarismo, de repressão (via Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, [1969] 1970); e (II) *marcha*: cujos sentidos “enquanto acontecimento público e de reivindicação não estabilizados” (NUNES, 2013,

¹³ Utilizamos o verbo “borrar”, pois acreditamos impossível a possibilidade de qualquer apagamento das teias da memória. Em algum momento, o sentido pode ser retomado do interdiscurso e trazido à tona para funcionar novamente, produzindo sentidos no discurso dos sujeitos; sejam esses os mesmos ou outros.

¹⁴ Pra Orlandi (2013), as formações discursivas podem ser compreendidas como regionalizações, segmentações do interdiscurso e as formas específicas que os discursos assumem em suas relações.

p. 67) nos verbetes dos dicionários, sejam eles brasileiros (como compreende Nunes (2013), em sua leitura) ou espanhóis (como pudemos perceber em nossa investigação dos dicionários consultados para tal trabalho).

Esse deslizamento de sentidos é constitutivo do efeito metafórico (PÊCHEUX, 1990), compreendido não como mera substituição de termos e desvios de sentidos, mas, sim, como substituição de termos equivalentes em um determinado contexto. Dessa forma, o efeito metafórico pensado por Pêcheux está relacionado, também, à paráfrase: repete-se *marcha*, agora, em condições de produção diversas, em uma diversa formação discursiva (que, segundo “podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (ORLANDI, 2013, p. 22), até que se metaforize este termo.

No processo de metaforização, os sentidos deslizam do *mesmo* para o *outro* conferindo a estes sentidos que são inegavelmente diferentes dos primeiros – o que não implica, necessariamente, em um paradoxo ou uma contradição, mas *diferença*. Essa diferença se instaura em um momento impreciso, em que há um rompimento com a repetição (parte do processo de constituição do efeito metafórico) possibilitando que novos sentidos emergjam como possíveis. Os “sentidos possíveis”, (ilusoriamente) “novos” estão e estarão sempre em relação com outros (“velhos” e estabilizados). É preciso haver o *um* para que haja o *outro*.

Dessa forma, pensamos que a nomeação de *Marcha (del silencio)* é possível por um processo de deslizamento de sentidos – efeito do efeito metafórico. O que permite que *marcha*, nome que tivera seus sentidos tão categoricamente atrelados a um sítio de significância tomado pela memória do militarismo e de outros mecanismos de repressão/controle, passe a significar “do outro lado”: no lado da resistência, da luta por democracia e direitos básicos do cidadão (como liberdade e respeito aos direitos humanos). Hoje, ainda que não contemplados pelos instrumentos linguísticos (via construção de saberes sobre a língua, estabilizando significados no discurso dicionarístico), os sentidos para o termo *marcha* inscrevem-se, também, em um sítio de significância tomado por uma memória de movimentos sociais, protestos, reivindicações, manifestações populares e revoltas.

5. Marchar para não marchar

Nesta caminhada, nossos passos conduziram-nos à leitura de verbetes consultados em dicionários datados de até dois séculos antes de nosso tempo (década de 2010); a reflexões sobre a história e à memória esburacada de uma das manifestações populares pós-ditatoriais mais peculiares e significativas da América do Sul. Caminhamos, também, sobre os passos já dados na Análise de Discurso e na História das Ideias Linguísticas, pensando sobre o instrumento linguístico dicionário e o processo de nomeação em uma leitura discursiva. Encaminhando-nos para o ponto que não é final ou chegada, mas, sim, uma “parada” nesse caminho. O momento em que descansamos de tantos passos e propomo-nos a refletir sobre o motivo pelo qual nos é importante compreender o funcionamento da nomeação da *Marcha del Silencio*. A quais caminhos nos levaram este estudo? De onde saímos e onde nos encontramos após esse processo (também discursivo)?

Interessa-nos continuar essa caminhada, porque acreditamos que atribuir um nome a algo faz parte do processo de construir uma identidade para o algo nomeado e proporcionar a identificação do algo consigo mesmo (GUIMARÃES, 2005), pois tomamos a “significação compreendendo-a enquanto prática ideológica (interpretativa)” (ORLANDI, 2003. p. 11). Interessa-nos continuar essa marcha, pois se nomear é, como pensa Orlandi (1993), construir sítios de significância, nomear é mobilizar memória – uma memória “não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2010. p. 50).

Nomear este movimento que clama por “verdade, justicia y nunca más”¹⁵ como *marcha*, implica em mobilizar memórias: da palavra e seus significados, através do conhecimento sobre o nome, estabilizado pelos dicionários, por exemplo; da memória discursiva (PÊCHEUX, 2010, p. 52), em relação aos implícitos que funcionam neste discurso do nome marcha relacionado a estes movimentos de protesto e manifestação popular; da memória social, uma vez que forte, vivo e construído/reconstruído através de

¹⁵ Tal enunciado é encontrado escrito nos cartazes carregados pelos participantes da *Marcha del Silencio*, figurando em diversas edições, conforme pudemos perceber através da observação empírica e das fotografias disponíveis *online*.

“noções comuns aos diferentes membros da comunidade social” (DAVALLON, 2010, p. 25).

As memórias dialogam entre si. De um lado, a memória da marcha de sentidos militaristas, com seus significados estáveis, lembrando-nos palavras de ordem, passos ritmados, “ordem e progresso”, hierarquização do poder e uma política de controle dos sentidos por meio do silenciamento¹⁶ dos sujeitos. Tal marcha funciona, discursivamente, lembrando-nos quase imediatamente de uma memória relacionada ao exército, aparelho de Estado capaz de coagir tanto pela violência quanto pela ideologia. Aparelho que foi capaz de, durante os regimes ditatoriais impostos à América Latina, coagir pela violência física e simbólica, levando sujeitos ao cárcere, ao exílio, ao silêncio e à tumba. Essa marcha, relacionada à memória militar, coloca-nos próximos a um espaço de significância em que se movem sentidos de obediência, sonoridade regrada, ordenamento. Contudo, não podemos ignorar todos os sentidos outros que estão em funcionamento nas brechas, nas memórias de sujeitos tocados pelos acontecimentos históricos e discursivos oriundos desse período. Sentidos dissonantes, sentidos que remetem a memórias que talvez não estejam “oficializadas” pelo discurso da História, mas que resistem, (re)constróem-se e (re)avivam-se passadas para novas gerações: a resistência ao sistema opressor e violento existiu e existe e ela significa até mesmo onde lhe foi negado esse direito.

Do outro lado¹⁷, temos uma memória já nem tão recente, mas que não conta com a construção de um discurso que dê conta de narrar sua história: a memória de vinte edições de uma marcha urbana (NUNES, 2013), que existe, exatamente, para pedir justiça pelas atrocidades do período ditatorial. A *Marcha del Silencio*, em sua empreitada de, sem bandeiras, cantos ou palavras de ordem, homenagear a vida e pedir justiça pela morte dos presos e desaparecidos do regime ditatorial civil-militar enfrentado pelo país, constrói um discurso de luta e de memória que significa a despeito de sua marginalização pela academia e pelas grandes mídias.

Marcha essa que existe para rebelar-se, não contra as forças armadas, mas contra sua coerção através da violência e contra os efeitos de sua ideologia que,

¹⁶ A noção de “silenciamento” é buscada na obra *As formas do silêncio* (2007), de Eni Orlandi.

¹⁷ Aqui manifesta-se a inegável não neutralidade dos discursos, quando opomos “em dois lados” os sítios de significância, afetados por nossa memória discursiva do exercício da política como governança, dividida – ilusoriamente – em *direita e esquerda*.

dominante, fez do povo “dominado”¹⁸ peças do seu jogo violento. Deste lado, temos um sítio de significância em que circulam sentidos de revolta, desobediência, de quebra do silêncio imposto, de busca por verdade, de busca por justiça. Só nesse espaço, já teríamos um conflito entre os dois sítios de significância: uma marcha que evoca uma memória militarista e, de outro lado, uma marcha que evoca uma memória de repúdio a atividades militares de outrora.

Acreditamos que este efeito de sentido, decorrente da nomeação da *Marcha del Silencio* como marcha, só é possível pois, para a nomeação ocorre um deslizamento de sentidos, do qual nos ocupamos anteriormente: o nome marcha entra em uma ordem de repetição que é rompida, agindo o efeito metafórico que resulta em um uso discursivo deste nome que não mais se filia a uma memória militarista, como prevê o dicionário, mas a uma memória de lutas populares antiditatoriais. Esta nova *marcha* suscita sentidos que ainda não estão dicionarizados, mas que fazem parte de uma memória social (DAVALLON, 2010) e discursiva (PÊCHEUX, 2010).

Adiante, apresentamos uma reflexão inicial sobre o funcionamento discursivo do adjunto adnominal “*del silencio*”, significando um segundo rompimento com os sentidos previstos para *marcha*. Se, segundo os dicionários da RAE, *marcha* está relacionada a toque de instrumento para que marche a tropa, e o marchar da tropa está relacionado a vozes de comando e os passos cadenciados que soam ritmados, temos um sentido de sonoridade em circulação. Esta marcha que é *del silencio* rompe novamente com o que significava o termo *marcha* até então: em silêncio, sem vozes de comando, sem gritos de ordem, sem palavras ditas por quem quer que seja.

Tais efeitos de sentido convidam-nos a pensar a *Marcha del Silencio* como uma manifestação cujo *nome* faz evocar sentidos de um sítio em que o militarismo significa com intensidade e, em seguida, faz com que estes sentidos deslizem, metaforizem-se, tornando-se outros. O militarismo deixa de significar em uma esfera unicamente de ordem, hierarquia, instituição nacional, mas assume sentidos relacionados a governos ilegítimos, violentos, autoritários e, mais do que isso, sentidos que fazem trabalhar a memória dos horrores das ditaduras militares na América Latina. A *Marcha*

¹⁸ Colocamos entre aspas, pois respeitamos todas as manifestações de resistência, das quais algumas tomamos conhecimento ao longo de nossas pesquisas no Uruguai.

del Silencio e seus sentidos remontam, em um jogo de sentidos, a uma memória de dor e constrói caminhos para a consolidação de uma memória de luta.

Tal relação entre o discurso constituído na nomeação da *Marcha del Silencio* e a(s) memória(s) evocada(s) pelo mesmo nos remetem ao pensado por Pêcheux sobre esta categoria: a memória não seria “uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório” (2010, p. 56), mas a memória, em seu funcionamento discursivo, “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização [...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos” (*idem*).

A ausência de palavras, mas não de discurso, proposta pela *Marcha de Silencio*, nos lembra algumas palavras de Mario Benedetti sobre o que precisaria ser feito para falar sobre o que seu povo sofrera durante a ditadura civil-militar:

haverá de se começar outra etapa em que as palavras não serão mais as mesmas e os sujeitos e as preposições e os verbos transitivos e os complementos diretos já não serão os mesmos. Terá mudado a sintaxe, virão novas regras e novas exceções, palavras novíssimas vindas das cinzas (BENEDETTI, 2009, p. 190).

Referências:

- ACHARD, Pierre. **O papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.
- ALVES, Carolina Fernandes. **O Dicionario de La Real Academia Española e o Dicionario de Uso del Español**: duas ferramentas lexicográficas que se complementam. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1210/1716>
[portal de revistaseletrônicas](http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1210/1716)>. Acesso em: 28 mai. 2015.
- AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.
- BENEDETTI, Mario. **Primavera em um espelho partido**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- DAVALLON, Jean. A Imagem: uma arte de memória. In: ACHARD, Pierre. [et al]. **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.
- DEL VALLE, José. **Rebeliones lingüísticas**: sacarle la lengua al poder. Disponível em: <<http://horizontal.mx/rebeliones-linguisticas-sacarle-la-lengua-al-poder/#more-2559>>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.

HORTA NUNES, José. Marchas Urbanas: das redes sociais ao acontecimento In: DIAS, Cristiane, PETRI, Verli (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva**. Santa Maria: UFSM, 2013.

ORLANDI, Eni P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano**: sentido e materialidade digital. Série e-urbano. v. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. **As formas do silêncio**. Campinas, Pontes: 2007.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2013.

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni P. (Org). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. Belo Horizonte, **Varia história**. v. 28, n. 48, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200002>. Acesso em: 22 jun. 2015.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethânia Mariani et al. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre. [et al]. **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.

_____. Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes, 2014.

_____. **Semântica e Discurso**. Campinas: Unicamp, 2009.

Dicionários consultados:

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 1884.

_____. **Diccionario de la Lengua Española**. 19. ed. Madrid: Espasa, 1970.

_____. **Diccionario de la Lengua Española**. 20. ed. Madrid: Espasa, 1984.

DISCURSO E MEMÓRIA NA COMPOSIÇÃO DE VIDEOGAMES DA SÉRIE RESIDENT EVIL

George Lima*
Nilton Milanez**

Resumo: Os videogames elencados para esta análise são os três primeiros jogos que compõem a série de jogos eletrônicos *Resident Evil*, os quais foram produzidos pela desenvolvedora e editora de videogames Capcom. Nesses três videogames, podemos visualizar a presença de dois tipos de materialidade que apresentam o atravessamento de discursos: as cuts-cenes e as gamescapes. A disposição desses dois tipos de materialidade e, conseqüentemente, dos discursos que neles funcionam conduzem nossos olhares para a hipótese de que nesses videogames há a operacionalização de um domínio de memória na constituição desses jogos, o que nos leva a perguntar: em que medida a disposição das cuts-cenes e das gamescapes no interior do funcionamento dos três primeiros games da série *Resident Evil* constituem um domínio de memória? O objetivo deste artigo é enfrentar o funcionamento de videogames numa perspectiva discursiva, mais precisamente a partir dos postulados de Michel Foucault.

Palavras-chave: Discurso. Domínio de Memória. Videogame. Resident Evil.

Abstract: : The games listed for this analysis are the first three games that make up the series of electronic games *Resident Evil*, which were revising by developer and publisher of video games Capcom. On these three games, we can visualize the presence of two types of materiality that presents the crossing of discourses: the cuts-cenes and the gamescapes. The arrangement of these two types of materiality and, consequently, their discourses, lead our eyes to the hypothesis that on these videogames has the operationalization of a memory field in the constitution of these games, which leads us to ask: what way the arrangement of cuts-cenes and gamescapes within the operation of the first three *Resident Evil*'s games series are a domain of memory? The objective of this article is to front the function of the videogames in a discursive perspective, more precisely from postulates of Michel Foucault.

Keywords: Discourse. Domain of Memory. Videogame. Resident Evil.

Introdução

Tomamos aqui videogames numa perspectiva discursiva. Mais precisamente numa perspectiva foucaultiana de discurso, entendido por ele enquanto conjunto de enunciados apoiados pela mesma formação discursiva, isto é, enunciados submetidos a uma organização, regularidade e descontinuidade em comum. Essa tomada de posição nossa acontece por dois motivos: primeiro por Foucault não restringir o funcionamento

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Integrante do Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo - Labedisco. E-mail: george_llima@hotmail.com

** Pós-doutor em Discurso, corpo e cinema na Sorbonne Nouvelle, Paris 3. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: niltonmilanez@gmail.com

da unidade discursiva a materialidade ou apenas a materialidade verbal, como outras perspectivas da análise do discurso sugerem; e segundo pelos videogames apresentarem pistas do funcionamento dessa unidade discursiva teorizada por Foucault. Assim, o trabalho com o qual nos debruçamos no presente trabalho pretende não apenas aplicar uma teoria como se fosse um modelo teórico, mas deslocá-la para observar o próprio funcionamento do *corpus* que objetivamos analisar.

Os videogames elencados para esta análise são os três primeiros jogos que compõem a série de jogos eletrônicos *Resident Evil* (doravante RE), os quais foram idealizados por Shinji Mikami e produzidos pela desenvolvedora e editora de videogames Capcom (Capsule Computer Co. Ltd.). Entre estes videogames elencados, destacamos os games da cronologia oficial Resident Evil para a plataforma Playstation: *Resident Evil* (1996), *Resident Evil II* (1998) e *Resident Evil III: Nemesis* (1999). Certamente, todas essas informações entrelaçadas em torno dos jogos da série RE possibilitam conduzir nossos olhares para construções discursivas específicas para estes videogames, as quais sevem também enquanto condição para nossas observações.

Nesses três videogames, podemos visualizar a presença de dois tipos de materialidade que apresentam o atravessamento de discursos: as cuts-cenes, que são as pequenas produções cinematográficas; e as gamescapes, que são as partes interativas e jogáveis do jogo.

A disposição desses dois tipos de materialidade e, conseqüentemente, dos discursos que nelas funcionam conduz nossos olhares para a hipótese de que nesses videogames há a operacionalização de um domínio de memória na constituição desses jogos, o que nos leva a perguntar: Em que medida a disposição das cuts-cenes e das gamescapes no interior do funcionamento dos três primeiros games da série RE constituem um domínio de memória em seu interior? Foucault (2010, p. 22) já havia postulado que os discursos estão aptos a gerarem a produzir outros discursos que os retomam, os transformam ou se referam a eles, o que nos leva a dizer que se nos videogames podemos ver o funcionamento desses discursos é porque neles podemos observar também a produção e a retomada de discursos estabelecidos pelos próprios discursos que compõem os videogames, configurando um domínio de memória.

No curso de nossa investigação, estabelecemos em termos teórico-metodológico três passos para realizarmos nossa análise: primeiro, iremos observar a constituição de unidades discursivas em torno das cuts-cenes e gamescapes que compõem os videogames elencados; em seguida, veremos em que medida a disposição das cuts-cenes e gamescapes constroem um domínio de memória específico no interior do videogame; e, por último, veremos quais os domínios de memória são possíveis serem observados nos games elencados.

UNIDADES DO DISCURSO NO VIDEOGAME

O termo “videogame” quando é pronunciado geralmente se refere a jogos digitais construídos para serem lidos por consoles eletrônicos (celulares, aparelhos específicos para jogos, arcades, entre outros) ou por suportes computacionais. Diferente dessa concepção ou mais precisamente contíguo a ela, o videogame não é somente entendido por nós como um tipo genérico de jogo que é processado e controlado por um computador, mas uma espécie de materialidade, que, como tal, tem suas singularidades ao dispor de procedimentos de linguagem nos quais dão visibilidade a unidades discursivas. Isto quer dizer que a composição material do videogame é fundamentada por discursos que nele funcionam.

Há um trabalho negativo a ser feito para tomarmos videogames enquanto materialidade na qual vemos unidades do discurso, pois, de acordo com Foucault (2013a), para se realizar uma descrição/análise das unidades discursivas é necessário nos libertar de todos os jogos de noções que têm como base principal os temas de continuidade, uma vez que esses temas não possuem uma estrutura conceitual bastante rigorosa para serem levados em conta e suas unidades geralmente são tomadas de modo positivo, isto é, suficientes em si mesmas. Assim, fazemos um trabalho negativo por levarmos justamente em conta as marcas descontínuas entre as unidades e sua exterioridade, tomando-as não em si, mas em um jogo de remissões.

O que queremos dizer por unidades discursivas, afinal? Certamente, por unidades do discurso não se quer referir certas unidades como indivíduos, obras, conceitos ou teorias, já que, segundo Foucault, essas unidades costumam nos enganar com sua quase evidência e, por esse motivo, faz-se necessário deixá-las em suspenso. Para Foucault

(2013a, p. 28) as margens de uma obra “jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas”, uma vez que, além de seu título, de seu meio, de seu fim e das páginas que lhe dão forma, a obra está presa em um sistema de remissões a outras obras, textos e frases. Esse sistema de remissão considerado por Foucault faz com que não tomemos as unidades estanques em si, mas de acordo com seu funcionamento em relação a outras unidades.

Em um de seus subtópicos da obra *A Arqueologia do Saber*, o qual fora intitulado “As Unidades do Discurso”, Foucault (2013a) revela tomar como marco inicial unidades inteiramente formadas, mas não para se colocar no interior dessas unidades para estudar-lhes a estrutura interna, mas para perguntar que unidades formam e com que direitos podem reivindicar um domínio que as especifique no espaço e no tempo. Foucault parece aí considerar dois aspectos na descrição das unidades discursivas: a) a descontinuidade, uma vez a unidade discursiva é especificada no espaço e no tempo; e b) a materialidade, já que essas unidades são caracterizadas e percebidas. Não é à toa que Foucault toma o domínio das unidades discursivas como conjunto de todos os enunciados efetivos, visto que essas unidades se caracterizam por um gesto material e pela sua descontinuidade.

Levando em conta a singularidade material e a descontinuidade como características constituintes das unidades discursivas, podemos descrever/analisar as relações que individualizam videogames no tempo e no espaço, e ver o pano de fundo discursivo que os constituem.

Convém ressaltarmos aqui que os termos materialidade e descontinuidade possuem conceitos específicos quando consideramos o funcionamento da noção de unidade discursiva no método arqueológico de Foucault. Foucault (2013a, p. 121) diz que a materialidade se caracteriza como superfície de inscrição com a qual não poderíamos falar de unidade discursiva “se não tivesse tomado corpo em uma memória ou em um espaço” material. Isto é, a unidade discursiva precisa ter uma existência material, ser configurada substancialmente, ser feita de linguagem para que tenha visibilidade no momento de enunciação. No entanto, a descontinuidade, embora se apoie também no caráter material, é parte invisível que fundamenta a unidade discursiva, pois decifra na unidade o que está fora dela e, desse modo, seus contornos, uma vez que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se

ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2010, p. 52-53). Assim sendo, podemos compreender as bases que caracterizam e dão fundamento ao conceito de unidade discursiva que utilizamos para analisar videogames, observando o sistema de remissão a partir dos aspectos materiais e, ao mesmo tempo, descontínuos que os caracterizam.

Com o propósito de nos debruçar sobre unidades visuais que constituem os videogame, de início, é preciso levarmos em conta o aspecto imagético dessa materialidade retomando a noção discursiva de imagem postulada por Courtine (2013) e, dessa forma, colocando imagens numa estreita relação descontínua em face com sua exterioridade, decalcando assim as remissões entre imagens, porém, não tomando a imagem enquanto produto de uma técnica de produção, mas como constituição de visibilidades para posicionamentos do corpo, o qual “está no centro da produção da imagem” (MILANEZ, 2011, p. 39).

Por se tratar de jogos eletrônicos feitos para serem visualizados em monitores de computador numa tela de televisão ligada a um console, dois tipos de imagens que podemos visualizar atravessando os três videogames da série RE são as cuts-cenes e as gamescapes.

As cuts-cenes são as pequenas cenas cinematográficas. Elas são as partes não-interativas do game, isto é, a parte não-jogável do jogo que pode ser vista comumente introduzindo alguma parte jogável do game. Por exemplo, em RE (1996), antes do jogador poder aplicar algum comando no espaço do jogo, é possível visualizar um curto vídeo em que podemos ver um grupo de policiais fugindo de e sendo atacados por um cão monstruoso. Esse pequeno vídeo introdutório é o que podemos chamar de cuts-cenes.

Avesso às cuts-cenes, as gamescapes são a parte jogável do jogo. De acordo com Eichemberg (2009), um dos aspectos que caracterizam a gamescape dos games são o enquadramento e o desenquadramento da imagem do jogo por parte do jogador, ou seja, as gamescapes são as imagens que compõem os cenários jogáveis nos videogames. Por exemplo, ao finalizar a primeira cuts-cenes de RE (1996), o campo de visão e de movimentação do personagem-avatar pode ser deslocado (desenquadrado e enquadrado) pelo jogador no interior de um hall e nos cômodos de uma mansão. Essa capacidade de deslocamento por parte do jogador é que caracteriza as gamescapes de um videogame.

Levar em conta cut-scenes e gamescapes no interior da unidade do jogo nos conduz a prescrever as linhas de descontinuidade entres essas imagens que são comuns aos jogos eletrônicos, separando-as e, ao mesmo tempo, fazendo um paralelo em termos materiais e, desse modo, funcionais na constituição desses videogames, pois, a nosso ver, elas são mais que imagens, são também um procedimento de discurso em jogos. Nessa perspectiva, vejamos a configuração dessas imagens que emergem na superfície de inscrição dos jogos.

Vejamos inicialmente duas cuts-cenes em **RE** (2006): no primeiro, no momento em que a personagem do game Jill Valentine percebe a existência de um zumbi, é perseguida por ele e, logo em seguida, corre em direção ao personagem Berry procurando se defender do monstro, o qual é decapitado com um tiro por Berry (Fig. 01); e no segundo, na penúltima fase do game, quando Berry e Jill descobre que um outro monstro chamado Tyrant, um tipo de arma biológica poderosa criada em laboratório (Fig. 02).

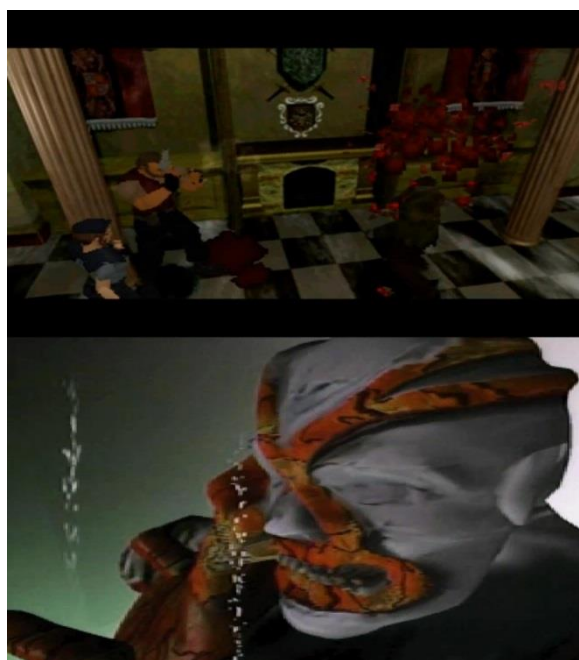


Fig. 01 – Barry decapita o zumbi (RE, 1996). Fig. 02 – Cuts-cene Tyrant (RE, 1996).

No primeiro, como podemos ver na Fig. 01, os personagens são enquadrados por uma câmera de cima para baixo, um tanto quanto oblíqua, enquanto Barry atira no zumbi e dele sai sangue vermelho. No segundo momento, também sobre um olhar de cima para

baixo oblíquo, também há presença do vermelho, só que dessa vez compondo as cavidades circulares que compõem externamente o corpo da arma biológica enquadrada. Ao estabelecermos relações entre essas duas materializações da cor vermelha nas cuts-cenes, isso nos faz reafirmarmos a pergunta foucaultiana de “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2013a, p. 33), uma vez que, primeiro, a cor vermelha na cuts-cene correspondente a Fig. 01 mostra o jorro do sangue vermelho de um zumbi quando este sangue deveria estar coagulado (já que se trata de um corpo morto), e, segundo, esta mesma matiz passa a compor o corpo de um monstro que representa perigo no jogo.

Considerando a imagem do jogo correspondente a Fig. 01, a resposta que temos para dar conta da singularidade dessa unidade e, assim, considerar o entrecruzamento das outras unidades imagéticas que compõem o jogo numa teia (des)contínua é a de que o vermelho constitui as imagens do jogo de modo que, como já vimos, posicione a violência causada ao corpo.

Tanto em **RE II** (1998) quanto em **RE III** (1999) o discurso de violência que atravessa a cor vermelha nas cuts-cenes pode ser visualizado também quando ocorre algum dano, seja ele do zumbi em relação a algum personagem ou o avesso disso, quando um personagem sofre um *gameover* (fim de jogo).



Fig. 03 – Zumbis invadem loja (RE II, 1998). Fig. 04 – Barry atira em um zumbi (RE, 1999).

Quando consideramos as ocorrências das cuts-cenes no decorrer dos videogames **RE II** e **RE III**, assim como os correspondentes às Figs. 03 e 04, visualizamos o que dizemos anteriormente sobre a violência na cor vermelha. Na cuts-cene que diz respeito a Fig. 03 podemos visualizar a intensificação da cor vermelha que caracteriza o sangue que sai do corpo do dono da loja de armas, que é atacado por um enxame de zumbis. Frente a isto, na cuts-cene referente à Fig. 04 é visível o jorro vermelho do sangue quando Barry atira em um zumbi. Nestes aspectos materiais que caracterizam essas cuts-cenes, os corpos dos personagens do jogo, seja eles dos personagens humanos ou dos monstros, são feridos e, nesta caracterização, mostram perda de fluído vermelho. Isso cumpre uma funcionalidade dentro do quadro de (des)continuidades na realização dos videogames, uma vez que o vermelho é constituído como marca do dano e, desse modo, posiciona a violência ao corpo nos jogos analisados.

Ao prescrever as linhas de descontinuidades que atravessam a materialidade imagética das gamescapes que são construídas na medida em que os três games analisados são jogados, podemos ainda observar a inscrição do fator cromático-discursivo vermelho que materializa a violência nos videogames. Essa reinscrição do aspecto material cromático-discursivo se relaciona continua e descontinuamente frente às cuts-cenes que analisamos na sub-seção anterior: continuamente, de modo que temos o mesmo fator cromático funcionando no interior das gamescapes; e descontinuamente na medida em que consideramos a singularidade de uma outra materialidade imagética no interior dos videogames.

Levando em conta a pergunta foucaultiana “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2013a, p. 33) frente à cuts-cene correspondente a Fig. 02, somos induzidos analiticamente a levar em conta, por um instante, a participação do Tyrent não na cuts-cene, mas, agora, nas unidades que são realizadas na gamescape. No caso da gamescape do game **RE** (1996), o jogador tem como objetivo e norma de permanência no jogo a eliminação de tudo aquilo que comprometa a continuação do personagem-avatar (personagem que corporifica as ações admitidas pelo jogador na gamescape do jogo) no game. Desse modo, o Tyrent precisa ser eliminado do

jogo e, para isso, o jogador, por meio de um personagem-vatar, tem a necessidade de atirar (como acontece na unidade do game correspondente à Fig. 05) na parte vulnerável do monstro, a qual é composta justamente pelas partes vermelhas do corpo do Tyrent.



Fig. 05 – Jill atira em Tyrent (RE, 1996).

Considerando a coexistência da ação aplicada ao jogo pelo jogador para eliminar o Tyrant e a repetição da cor vermelha que compõe as unidades imagéticas no jogo é que percebemos a reinscrição da funcionalidade cromática nessas unidades. O vermelho reaparece mais uma vez para posicionar a violência não só em um ato, mas também num corpo que está exposto e que, dessa maneira, pode sofrer um ato violento.

Tanto em **RE II** quanto em **RE III**, a reinscrição do discurso de violência que atravessa a cor vermelha pode ser visualizada também quando ocorre algum dano, seja ele do zumbi em relação ao avatar ou o avesso disso, e quando o avatar sofre um dano.



Fig. 06 – Leon mata zumbis (RE II, 1998). Fig. 07 – Jill atira em zumbis (RE III, 1999).

Quando consideramos acontecimentos no decorrer dos videogames, assim como os ilustrados pelas Figs. 06 e 07, podemos visualizar o que dizemos anteriormente a respeito do dano ao corpo dos monstros por parte do avatares nos games. Neste ato de causar dano ao obstáculo do jogo, os corpos dos zumbis são feridos e, nessa medida, mostram perda de fluído vermelho. Isso cumpre uma funcionalidade dentro do quadro de discontinuidades materializadas na realização dos videogames, uma vez que o vermelho é constituído como marca do dano e, desse modo, posiciona a violência ao corpo.

CUTS-CENES E GAMESCAPES NO DOMÍNIO DE MEMÓRIA

Vimos que as imagens do jogo variam em gamescapes, nas quais o jogador vê acontecimentos no espaço do jogo, e em termos de cuts-cenas, as quais são pequenas cenas cinematográficas que antecipam as gamescapes. Dizer isso nos leva a considerar a disposição das unidades discursivas que correspondem justamente a esses dois tipos de variedade material da imagem do jogo no curso dos videogames que analisamos. Essa disposição cumpre papéis discursivos inerentes aos videogames, elencados quando consideramos a discontinuidade que ocorre entre essas unidades, assim, pondo em funcionamento certos domínios associados nos games.

Não podemos negar no interior de uma que obra os discursos estão aptos a gerarem novas construções discursivas que os retomam, os transformam ou falam deles, isto é, “os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2010, p. 22). Ainda que Foucault tome esses ditos sob o pano de fundo de grandes acontecimentos que vão de um momento histórico a outro em seus postulados, acreditamos que esse fator discursivo acontece entre no feixe de relações que as unidades do jogo que compõem os videogames quando determinadas formulações remetem a outras unidades formuladas no coração do videogame.

Colocar em relevo os domínios associativos na composição discursiva de videogames nos leva a pensar com Courtine (2009), considerando, desse modo, o que ele chama de domínios de objeto na retidão de unidades discursivas. Courtine (2009, p. 110) nomeia domínios de objeto um conjunto de seguimentos que cumpre a funcionalidade histórica de retomar, atualizar e estar potencialmente apto a reformular modos de enunciar no interior de um *corpus* discursivo estabelecido. Convém dizermos aqui, ainda, que, no interior desse domínio associativo, se comportam posicionamentos de sujeitos, nos quais o campo associativo das formulações aparece como elemento singular.

A hipótese que utilizamos aqui é que a variação conjuntural entre cuts-cenes e gamescapes, materializadas no interior dos três videogames elencados, colocam em rede de funcionamento os domínios associativos de antecipação e de atualidade na composição dos jogos eletrônicos. Vejamos como isso acontece no interior da constituição discursiva dos videogames.

Domínio de Antecipação

Com base no campo associativo postulado por Foucault, Courtine (2009, p. 113) se refere a um domínio em aberto, a partir do qual outras formulações podem ser reinscritas, posteriormente, no curso de um acontecimento discursivo, ou seja, o conjunto de sequências discursivas, que corresponde ao domínio de antecipação, acontece em outras formulações que vêm posteriormente ao que se antecipa. Isso acontece no sentido em que estas formulações que se organizam em um campo associativo criam relações interpretáveis como efeito de antecipação.

Para compreender o funcionamento do domínio de antecipação na forma de um *corpus*, Courtine (2009) elenca três preocupações: (1) acentuar o caráter necessariamente aberto que uma determinada unidade discursiva mantém com seu exterior no seio de um funcionamento; (2) não devemos marcar o término pelo processo discursivo, já que se trata um “sempre-ainda”; e (3) preservar a possibilidade de reinscrição futura de um modo de enunciar, deixando em branco o domínio de antecipação num projeto futuro de construção de um *corpus* discursivo.

As cuts-cenes que constituem os três videogames da série **RE** analisados aqui parecem cumprir a funcionalidade sob um domínio de antecipação dentro das sequências discursivas que dão forma aos videogames elencados na medida em que acentuam um caráter aberto que pode sempre ser reatualizado durante as gamescapes que acontecem, de acordo com Juul (2015a) e como vemos no curso dos games, posteriormente à realização das cuts-cenes.

Em **RE** (1996), na cuts-cene em que a personagem Jill encontra pela primeira vez um zumbi devorando o corpo de um policial morto, o sujeito jogador se depara com uma funcionalidade discursiva que pode ocorrer durante a gamescape do jogo.



Fig. 08 – Cuts-cene da primeira aparição de um zumbi (RE, 1996).

Na cuts-cene correspondente a Fig. 08, ao considerarmos tanto o zumbi quanto o policial que foi supostamente morto pelo zumbi, podemos ver que nesta unidade discursiva o discurso de violência é materializado quando o sangue do policial morto escorre sobre o tapete em que se encontra o zumbi. Essa ocorrência antecipa futuros acontecimentos durante o jogo quando o jogador, por meio do personagem avatar, se depara com outros zumbis no curso do game, atualizando o discurso de violência ao corpo

enquanto discurso de ameaça ao corpo e colocando em funcionamento o domínio de antecipação do game. Esse tipo de funcionalidade se repete em **RE** (1996) todas as vezes que for formulado um primeiro contato com algum tipo de monstro (hunters, cerberus, Tyrent, crows, chimera, Yawn, entre outros) no jogo, deixando em aberto para o jogador a reatualização da violência ao corpo do avatar e, assim, construindo o discurso de ameaça ao corpo.

Em **RE II** (1998) e **RE III** (1999), as cuts-cenes também realizam efeito de antecipação nos games quando há um primeiro ataque seja de um novo monstro que ainda não havia se mostrado no jogo ou o ataque coletivo de zumbis. Nas cuts-cenes que dizem respeito às Figs. 09 e 10, podemos visualizar, na primeira a invasão e ataque de zumbis na loja de armas e, na segunda, os zumbis coagindo um policial durante confronto entre zumbis e policiais. Essa funcionalidade discursiva materializa relações de interpretação para o jogador que culminam no efeito de antecipação da violência que pode ser ocasionada ao corpo do avatar.



Fig. 09 – Invasão de zumbis (RE II, 1998).

Fig. 10 – Encurralado por zumbis (RE III, 1999).

A título de explanação, é importante dizermos aqui que esse domínio de antecipação inscrito na superfície dos videogames por meio das cuts-cenes coloca outros

fatores em jogo. Essas unidades discursivas se apresentam também como forma de disciplina na media em que não só antecipa acontecimentos que são realizados no curso dos videogames, mas que também funciona como forma de controle dos atos que devem e podem ser realizados na gamescape pelo jogador.

Por disciplinas, Foucault (2013b, p. 133) entende os procedimentos que permitem o controle meticoloso das operações corporais com base em uma norma, os quais realizam a sujeição constante das forças do sujeito envolvido e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade. Desse modo, quando consideramos os efeitos de antecipação das cuts-cenes, além de adiantar os atos que podem ocasionar em violência, elas funcionam como uma espécie de mecanismo de domesticação do corpo do jogador, na medida em que os atos que devem ser executados por ele na gamescape do jogo são manipulados, modelados e treinados de modo antecipado, constituindo assim uma espécie de pedagogia de jogo para o jogador. Isto é, a partir das cuts-cenes dos três games, o jogador aprende a se esquivar, driblar ou eliminar os monstros que representam violência e perigo no espaço do jogo.

Notamos também que no curso desses videogames não há a presença visível das regras e nem dos objetivos, os quais, conforme Juul (2015b), são peças determinantes na constituição do espaço do jogo. No entanto, quando observamos o caráter disciplinar das cuts-cenes, percebemos que tanto as regras quanto os objetivos dos games são constituídos discursivamente de modo antecipado e, assim, sujeitados ao sujeito jogador em forma de norma, fazendo com que o jogador tenha como procedimento de conduta a sobrevivência em meio aos monstros que podem causar dano no *life* e a permanência útil no espaço do jogo.

Domínio de Atualidade

As unidades discursivas que correspondem ao domínio de atualidade se inscrevem na instância de acontecimento do agora. Segundo Courtine (2009), essa inscrição de unidades discursivas confere às suas correlações associativas o efeito de uma lembrança ou um esquecimento. Esses efeitos que se respondem e se refutam não podem esquecer que a produção de efeito de atualidade é ao mesmo tempo um resultado do

desenvolvimento de um efeito de memória, que, no momento de irrupção de acontecimento, num campo associativo, reatualiza funcionamentos discursivos que fazem parte de um passado.

Essa reatualização de um funcionamento discursivo que constitui o domínio de atualidade mantém uma estreita relação com o domínio de antecipação na medida em que este último acontece anteriormente ao domínio de atualidade, fazendo com que o domínio de antecedência tenha um efeito de memória quando este é revisitado na atualidade.

É apropriado justificarmos a razão de elegermos as gamescapes como instâncias que têm em si o efeito de atualidade quando consideramos sua correlação com as cuts-cenes no interior dos videogames elencados.

Como vimos com Eichenberg (2009), jogar é enquadrar e/ou desenquadrar a gamescape, isto é, jogar é enquadrar e desenquadrar a paisagem ou cenário do jogo. O que ouvimos e vemos na tela durante o ato de jogar é o que chamamos de espaço do jogo ou gamescape – ciberespaço e matrix são outros nomes que podem ser utilizados para se referir à gamescape. De acordo com as descrições de Juul (2015b), este espaço é também caracterizado pelas ações que podem ser realizadas no seu interior: matar um zumbi, procurar um item ou coletar uma moeda por meio de um avatar podem ser encarados como ações realizáveis no espaço do jogo.

O fato de o jogador poder aplicar ações visíveis no espaço do jogo durante os games faz com que as cuts-cenes tenham muito mais efeito de antecedência que as gamescapes. Isso é justificado pelo jogador ser participante direto no momento de realização das unidades discursivas na gamescape, o que caracteriza com mais precisão o efeito de atualidade no momento de jogar.



Fig. 11 – Jill atira em zumbi (RE, 1996).

Fig. 12 – Leon entra na loja (RE II, 1998).



Fig. 13 – Jill evita zumbi (RE III, 1999).

Quando consideramos as ações aplicadas no jogo por meio da avatar Jill correspondente a Fig. 11, podemos visualizar na gamescape a atualização de modo descontinuado da violência do avatar em relação ao corpo do zumbi, reagindo ao que vimos na cuts-cene correspondente à Fig. 08. Na Fig. 12, a ação de conversar com um personagem que não é avatar, mas que também não é um monstro, reatualiza o discurso que separa contraditoriamente aqueles que são tidos como sujeitos normais dos que são tomados como violentos, reafirmando o discurso de violência da cuts-cene referente à Fig. 09. Não tão diferente a essas duas ocorrências, como pode ser vista na Fig. 13, a ação de evitar ter contato com um zumbi atualiza o discurso de violência antecipado pela cuts-

cene concernente à Fig. 10, como discurso de ameaça que pode ocasionar violência ao corpo.

Não é por acaso que de certo modo o jogador procura se desviar de um monstro, matar os zumbis ou conversar apenas com os personagens que não se posicionam enquanto sujeito que pode ocasionar violência ao corpo, uma vez que as cuts-cenes antecipam unidades discursivas que cumprem o papel disciplinar, sujeitando as ações do jogador e, desse modo, disponibilizando ao jogador procedimentos estratégicos de força que lhe são úteis nos acontecimentos que constituem o espaço do jogo. Isto é, as normas que regem as condutas materializadas nas cuts-cenes disponibilizam regras para o jogador na gamescape, atualizando assim o funcionamento discursivo das cuts-cenes.

Considerações Finais

Enfim, podemos dizer que a elaboração de uma análise discursiva necessita o cuidado paciente por parte do analista e afeição com as filigranas dos discursos, com seus pequenos fios entrelaçados e soldados no momento de sua emergência. Isto é, saber que é preciso gastar uma quantidade necessária de energia, conscientes de que nossas aparentes certezas serão afetadas, para não dizermos interrompidas, pelo fluxo que é comum à interpretação dos discursos.

O que pretendemos fazer no desenrolar deste artigo foi justamente colocar em prática o cuidado paciente sobre as filigranas das unidades discursivas que emergem nos três primeiros videogames da série *Resident Evil*, observando em que medida a disposição das cuts-cenes e das gamescapes no funcionamento desses videogames constituem um domínio de memória. Certamente, considerando os postulados foucaultianos sobre o discurso, vimos que nesses jogos não só há discursos, mas também são lugares de produção, transformação e retomadas de discursos que emergem na própria materialidade dos videogames.

O domínio de memória fora visto nessa telha produtiva de transformação e de retorno de discursos entre as unidades que observamos, visto que na própria observação do discurso há a regularidade, ou melhor, a remissão constante de determinadas unidades discursivas. Essas observações nos leva à constatação do domínio de antecipação e do

domínio de atualidade como marcas dessa remissão discursiva entre as cuts-cenes e as gamescapes desses três primeiros videogames da série *Resident Evil*.

Referências

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o Corpo: pensar com Foucault**. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Análise do Discurso Político: discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009

EICHEMBERG, Aleph. O vaso está no desenquadramento. In: SANTAELLA, Lucia; FEITOZA, Mirna (orgs.). **Mapa do Jogo: a diversidade cultural dos games**. São Paulo: Cengage Learning, 2009. p. 85-94.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 41ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b.

_____. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

JUUL, Jesper. **Half-Real: a dictionary of video game theory**. Disponível em <<http://www.half-real.net/dictionary/>>. Acessado em 21 jan. 2015a.

_____. **The game, the player, the world: looking for a heart of gameness**. Disponível em <<http://www.jesperjuul.net/text/gameplayerworld/>>. Acessado em 21 jan. 2015b.

MILANEZ, Nilton. **Discurso e Imagem em Movimento: o corpo horrorífico do vampiro no trailer**. São Carlos: Claraluz, 2011.

RESIDENT EVIL. Desenvolvido e lançado pela Capcom, CD-ROM para PC, 1996.

RESIDENT EVIL II. Desenvolvido e lançado pela Capcom, CD-ROM para PC, 1998.

RESIDENT EVIL III: NEMESIS. Desenvolvido e lançado pela Capcom, CD-ROM para PC, 1999.

DISCURSO, MEMÓRIA E ACONTECIMENTO: A DISSEMINAÇÃO DO MEDO NA MÍDIA

Claudemir Sousa*
Francisco Vieira da Silva**

RESUMO: Neste artigo, refletimos acerca da relação entre acontecimentos discursivos e a memória que os enlaça. Para tanto, discutiremos o papel da mídia na produção, disseminação e manutenção do medo através de narrativas e imagens presentes em notícias que circulam em diferentes meios de informação, a partir da análise de uma postagem veiculada na página do Jornal Folha de S. Paulo na rede social *Facebook* sobre a explosão num prédio do Rio de Janeiro, em 18 de maio de 2015, na qual há referência ao ataque às Torres Gêmeas em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001. Ancoramo-nos nas discussões de Foucault (2008) sobre o enunciado e sua inscrição em um domínio de memória, e de Courtine (2008) acerca da disseminação do medo nos discursos contemporâneos, dados a ver nas diversas instâncias midiáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, enunciado, acontecimento, medo.

ABSTRACT: In this article, we will reflect on the relationship between discursive events and the memory that connect them. For this, we will discourse about the media's role in the production, dissemination and maintenance of fear through narratives and images present in news that circulate in different information means, from the analysis of a post conveyed on the page of the newspaper Folha de S. Paulo, in the social network Facebook about the explosion in a building in Rio de Janeiro, on May 18, 2015, in which there is reference to the attack on the World Trade Center in New York on September 11, 2001. Our work is anchored in Foucault's (2008) discussion on the statement and its enrollment in a memory domain, and Courtine's (2008) about the spread of fear in contemporary discourses that circulate in the information device.

KEYWORDS: discourse, statement, event, fear.

O medo tem muitos olhos e enxerga coisas no subterrâneo (Miguel de Cervantes).

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa (PPGLLP), da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *Campus* de Araraquara-SP (UNESP-Ar); Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discursos (GPELD) e do Grupo de Estudos do Discurso de Araraquara (GEADA). Contato eletrônico: <claudemir201089@hotmail.com>.

** Professor Substituto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Patu, RN. Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduado em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI). Contato eletrônico: <franciscovieirariacho@hotmail.com>.

Considerações introdutórias

No dia 18 de maio de 2015, mais um acontecimento irrompeu e se instalou no espaço da mídia: uma explosão em um prédio residencial no Rio de Janeiro (RJ), provocada por vazamento de gás de cozinha. O funesto acontecimento atingiu vários imóveis, deixando alguns moradores feridos. Esse acontecimento repercutiu no decorrer da semana, como também no período seguinte, tendo em vista a emergência de novas informações sobre o caso, sendo apresentadas incessantemente nos diferentes veículos de informação, alimentando hipóteses sobre o que teria provocado tal desastre. É desse modo que a mídia produz um espetáculo a partir de acontecimentos trágicos, inscrevendo-o na história e no espaço da memória discursiva das tragédias urbanas.

A intensa circulação de notícias dessa natureza instala entre nós uma atmosfera de constante pavor e alerta, pois nos remete, por exemplo, a cenas de atentados terroristas, que ocorrem com grande frequência em diversos países e se difundem globalmente em variados dispositivos midiáticos, exercendo uma espécie de controle, ou até mesmo de governo, sobre nós, alertando-nos para os riscos, mas também nos coagindo, amedrontando-nos, diante da possibilidade de sermos vitimados pela crescente onda de violência urbana. Assim, o lampejo dos filmes que retratam essas questões parece ser cada vez mais real. Concordamos com Gregolin (2003), quando afirma que as fronteiras entre o real e o ficcional foram sensivelmente abaladas, a partir do ataque de 11 de setembro de 2001, dada a cobertura midiática em tempo real e a proliferação maciça das imagens desse acontecimento, sob os diversos ângulos. Diante da profusão dessas imagens, muitos atônitos se perguntaram: *isso está realmente acontecendo?*

Frente a tal discussão, com este estudo, pretendemos analisar essa difusão do medo em notícias que a mídia põe em circulação, a partir da já referida postagem sobre a explosão de gás num prédio no Rio de Janeiro, que circulou na página do *Jornal Folha de S. Paulo* no *Facebook*, na manhã de 19 de maio de 2015, um dia após a consecução da tragédia. Nela, há remissões ao já mencionado ataque de 11 de setembro de 2001 às *Torres Gêmeas* (também usaremos o nome em inglês *World Trade Center*) em Nova Iorque.

Ancoramos nosso trabalho na Análise do Discurso, sobretudo nas reflexões de Foucault (2008) sobre o enunciado e sua inscrição em um domínio de memória; e de Courtine (2008), acerca da disseminação do medo nos discursos contemporâneos que circulam em diversos veículos midiáticos, o que nos possibilitará inserir a postagem em um domínio associado de enunciados sobre desastres análogos, com vistas a analisar a genealogia de medos relacionados a esse tipo de acontecimento, no decurso da história.

1. No rastro da arqueologia foucaultiana: do enunciado ao arquivo

O campo escolhido para realizar esta reflexão é a Análise do Discurso (AD), a partir de uma perspectiva que compartilha com a arqueologia de Foucault a preocupação com o discurso e a História, na qual o objeto de análise é o enunciado, tomado como a unidade do discurso. Nesse percurso teórico, trataremos das duas noções que norteiam este trabalho, quais sejam: o enunciado, a partir das formulações foucaultianas, bem como a memória dos medos, ancorando-nos nas formulações de Courtine (2008).

Para Foucault (2008), o enunciado não é uma estrutura, é uma função de existência dos signos. Diferentemente da proposição, da frase e do *speech act* (ato de fala), o enunciado possui uma singularidade de existência (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material) e uma importância fundamental para que se diga se há ou não proposição, frase ou ato de linguagem. Há quatro propriedades que o caracterizam e servem para diferenciá-lo das demais unidades já mencionadas.

A primeira delas, apontada por Foucault (2008), é a existência de um sujeito cuja posição pode ser assinalada, que não é necessariamente o sujeito gramatical de primeira pessoa, pois é uma função determinada e não coincidente consigo mesmo de um enunciado a outro, na medida em que é uma função vazia. Tal função pode ser assumida por diferentes indivíduos, e um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes posições em uma série de enunciados, assumindo o papel de diferentes sujeitos, todos historicamente situados. Outra característica desse conceito é o fato de o enunciado possuir uma relação específica com "outra coisa" que se refere a ela mesma, e não ao que lhe deu origem, nem aos elementos que a constituem, ou seja, o enunciado possui um *referencial*, que é o campo onde emerge e que delimita suas condições de aparecimento.

O enunciado também é caracterizado por um *domínio associado*, constituído por uma trama complexa de formulações no interior das quais ele é um elemento; por um conjunto de formulações às quais se refere, seja repetindo-as, modificando-as, adaptando-as ou se opondo a elas; pelas formulações a que dará origem, que podem vir após ele; e pelas formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado, entre as quais toma lugar sem consideração de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado e conservado, oferecido como objeto possível a um discurso futuro.

Essas formulações que fazem parte do campo adjacente do enunciado coexistem com ele em um espaço historicamente delimitado, o que põe o enunciado em relação com a historicidade, ao lhe apresentar relações possíveis com o passado e abrir um futuro eventual. Além disso, Foucault (2008) afirma que o enunciado necessita de uma *existência material*, constituída por uma coordenada de espaço e tempo no qual se realiza e também um *status*. Se essas características mudam, a própria identidade do enunciado é sensível de se modificar. Ele é caracterizado por um *regime de materialidade repetível*, pois sua materialidade possibilita que possa ser repetido, apesar de ser caracterizado por um acontecimento, que é da ordem do irrepetível. Assim, o enunciado possui uma singularidade e uma repetição.

Para a análise do enunciado, Foucault (2008) propõe que se leve em conta um efeito de *raridade*, pois o discurso é um objeto de luta, e isso determina que nem tudo pode ser dito, e o que se diz é regulado por uma *ordem do discurso* (FOUCAULT, 2007). Estabelecer a lei da raridade dos enunciados compreende o fato de que nem tudo é sempre dito, e se algo é dito é, pois, raro. Por isso, deve-se determinar o fato de justamente esses enunciados aparecerem, e nenhum outro em seu lugar. Os enunciados estão sempre em falta, devendo-se buscar o princípio da rarefação no não-preenchimento das formulações possíveis.

Essa análise também leva em conta a *exterioridade*, buscando reencontrar o exterior em que se repartem os acontecimentos discursivos. A exterioridade restitui aos enunciados a sua dispersão, para analisá-los e considerá-los em sua descontinuidade, apreender sua irrupção enquanto acontecimento e também supõe que se descrevam as diferentes formas da subjetividade presente no enunciado. “‘Não importa quem fala’, mas

o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade” (FOUCAULT, 2008, p. 139).

Além disso, a análise se engloba formas de *acúmulo*, que são as formas de sua *conservação*, e não um retorno ao seu passado. Por isso, deve-se levar em conta a remanência dos enunciados, que diz respeito à conservação derivada de suportes materiais, como o livro, de instituições, como a biblioteca e de modalidades estatutárias que determinam o que merece ser conservado. Há um grau zero de conservação, que é o *esquecimento*. Há também as relações que os enunciados estabelecem com outros enunciados. Pela *aditividade* eles coexistem com outros em suas diferentes naturezas, e pela *recorrência* os enunciados se situam em relação a um campo de elementos antecedentes. Assim, é no acúmulo que se encontra o fio da temporalidade dos discursos. Ele põe em jogo as relações entre memória e esquecimento, conservação e apagamento de enunciados.

A análise enunciativa nos põe diante de enunciados dispersos. Quando encontramos as *regularidades dos acontecimentos discursivos*, estamos, segundo Foucault (2008), diante da sua *positividade*, que caracteriza a unidade enunciativa através do tempo, ultrapassando limites de obras individuais, livros e textos e permite dizer que se trata de um mesmo tema, em um mesmo terreno, ou seja, possibilita a autores diferentes tratarem de um mesmo tema, criticarem-se e estabelecerem diálogos, sem que saibam de tais relações. Juntamente com o exercício da função enunciativa, essa forma de positividade “define um campo em que, eventualmente, podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico” (FOUCAULT, 2008. p. 144), ou seja, a condição de emergência do enunciado, seu modo específico de ser, de coexistir com outros enunciados, se transformar e desaparecer. Um *a priori* das coisas efetivamente ditas e dispersas que não coincidem, pois se substituem, e por isso têm uma história que não é de um só sentido ou uma verdade.

Foucault (2008) afirma que as *práticas discursivas* instauram os sistemas de enunciados enquanto acontecimentos e coisas, constituindo o que ele chama de *arquivo*, afastando dessa noção o acúmulo de massa de textos e documentos ou as instituições

responsáveis por esta tarefa. “Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias” (FOUCAULT, 2008, p. 146). O arquivo é a lei do que pode ser dito, que define a singularidade dos enunciados e constitui um nível particular de prática discursiva. O arquivo não pode ser descrito em sua totalidade, já que é no interior dele que falamos. Esse é o conceito mais amplo da análise proposta por Foucault (2008) na *Arqueologia do Saber*. É o centro em torno do qual gravitam os outros conceitos operatórios e dele deriva a análise ‘arqueológica’, que permite escavar do passado as condições de emergência dos enunciados, conforme podemos observar na seção seguinte.

2. Imagem, memória e medo nos discursos líquidos da mídia

Ao refletir sobre a mutação das discursividades contemporâneas, Courtine (2008) aponta o ataque às *Torres Gêmeas*, em 11 de setembro de 2001, como um acontecimento que indicou a entrada num outro universo de discurso, em que a circulação de imagens e palavras é marcada pela globalização dos fluxos econômicos, pela redistribuição dos antagonismos políticos e pela difusão dos medos e das ameaças. As transformações políticas refletiram-se na produção e circulação dos discursos e tiveram um alcance global. O impacto disso na AD foi a percepção de que os “discursos em estado sólido”, caracterizados por esse autor como “conjuntos anônimos, repetitivos, compactados e saturados de enunciados” (COUTINE, 2008, p. 12), deram espaço aos “discursos líquidos” das novas tecnologias midiáticas.

Courtine (2008) aponta como fatores responsáveis pela metamorfose do discurso político as reviravoltas das mídias de transmissão, dos modos de circulação e recepção e os dispositivos de espetacularização desse tipo de discurso. Além disso, outras transformações históricas incidiram sobre esse quadro, como o declínio da classe operária tradicional, do Partido com o qual ela estava historicamente ligada, o recuo do marxismo no universo intelectual, a falência do regime soviético e a onda propagada pela demolição do muro de Berlim, em 1989 – acontecimento que pôs fim à época histórica na qual os

regimes discursivos políticos estavam organizados de acordo com a divisão do confronto ideológico Leste/Oeste – momento histórico no seio do qual a AD nasceu.

A partir de então, vivemos numa época de “recobrimento da fala pública pelas estratégias discursivas da sociedade de consumo” (COURTINE, 2008, p. 13), um dos efeitos da globalização, que acelera em escala planetária a anexação de setores inteiros da esfera cultural como produtos de consumo, fazendo o sujeito comum se apagar no consumidor, e do discurso uma mercadoria. Vivemos na era das línguas de vento, as quais são “instáveis e fluidas” (COURTINE, 2008, p. 16). Ao se falar em língua aqui, “não é da *língua* que está se tratando, mas de *discurso*, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, no sentido que os linguistas dão a esse termo, mas que se realiza na língua” (*idem*). O discurso não é da ordem gramatical, mas da ordem do enunciável. Nesse sentido, Courtine (2008, p. 18) postula que, “para trabalhar com a categoria de discurso, é necessário ser linguista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo”.

Para esse autor, um dos aspectos da vida líquida dos discursos é no lugar dos enunciados solidamente acumulados e empilhados na memória, os discursos passam a ter data de validade, são descartáveis, “de onde deriva sua deterioração precoce, a aceleração de sua reciclagem, a transformação rápida das fórmulas e dos programas, de ontem, em refugos, de hoje” (COURTINE, 2008, p. 15). A mídia é atravessada e saturada por imagens que possuem um grande impacto e uma inevitável obsolescência.

Na AD brasileira, as imagens ganharam seu lugar de destaque, o que nos leva a concordar com Courtine (2008, p. 17) que “é impensável que pretendamos ainda hoje separá-las [as palavras] das imagens – imagens fixas e imagens em movimento – e que não consagremos ao funcionamento das imagens e à sua relação com o discurso a mesma atenção que dispensamos aos enunciados verbais”. Para Gregolin, (2007), a análise do texto não-verbal atrelado ao texto verbal abre perspectivas de estudos profícuos em AD, visto que estamos vivenciando um momento em que a sociedade se mostra cada vez mais midiática, e a linguagem da mídia é essencialmente imagética. Por isso, conforme a autora, “os campos da AD e dos estudos da mídia podem estabelecer um diálogo extremamente rico” (GREGOLIN, 2007, p. 13).

Essa preocupação com os discursos que circulam em materialidade sincrética está presente nos escritos de Courtine, quando estuda a imagem a partir de um campo por

ele chamado de *Semiologia Histórica*, denominação derivada dos trabalhos de Saussure, mas que não segue a tradição estrutural, pois não toma o signo como parâmetro para analisar outros sistemas (cf. PUECH, 2011). Nesse sentido, Courtine (2011) pensa o funcionamento discursivo da imagem e sua materialidade na História. A partir da ideia de memória discursiva, o autor desenvolve a noção de intericonicidade, dando à iconicidade um caráter discursivo, no sentido de Foucault (2008). Essa noção foi mobilizada no Brasil por Milanez (2006), e supõe colocar em relação imagens externas, internas, de lembranças, da memorização, das impressões visuais que o indivíduo guarda. Toda imagem faz ecoar imagens vistas ou imaginadas, as quais são inscritas em uma série, uma arqueologia, como o enunciado de Foucault (2008), que deve ser reconstituída a partir dos rastros da genealogia das imagens de nossa cultura.

Para Pêcheux (2006), a AD é um campo do não logicamente estabilizado, dos sentidos opacos, dos equívocos e das falhas. Onde a língua falha, há sentidos que escapam ao controle do sujeito sobre seu dizer. Disso decorre que toda descrição está exposta ao equívoco da língua, pois todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, todo enunciado se apresenta como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo possibilidades para a interpretação, e é nesse espaço que a análise deve trabalhar, colocando em jogo o discurso-outro enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, que marca a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, pois o discurso é dependente da rede de memória e das condições que lhe possibilitam irromper, mas, ao surgir, ele reconfigura essa rede, deslocando as redes de memória às quais se filia.

Nesse sentido, a memória discursiva seria aquilo que vem restabelecer os implícitos de que a leitura de um texto, como acontecimento a ler, necessita. “A condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). O funcionamento da memória das imagens em estado líquido “se fundamenta na volatilidade, na efemeridade, na descontinuidade e no esquecimento” (COURTINE, 2008, p. 17), o que evidencia a necessidade da manutenção de um quadro de reflexão histórica, pois não há memória sem história.

A circulação da imagem nas discursividades líquidas contemporâneas, segundo Courtine (2008), elabora formas de dominação políticas e psicológicas sobre os sujeitos que somos. Para Bauman (2005), a vida líquida é vivida em meio a incertezas e

medos crescentes: “medo do desemprego, medo da epidemia, medo da insegurança, medo do terrorismo, medo das catástrofes ecológicas ou naturais [...]” (COURTINE, 2008, p. 17). Nas continuidades e descontinuidades da história (DELUMEAU, 2009), o medo é dado a ver de diferentes modos. No entanto, algumas regularidades são mantidas, haja vista, por exemplo, a emergência do medo como uma forma de controle do corpo e das subjetividades.

Assim, sendo o medo um traço psicológico dominante do indivíduo e da coletividade na idade democrática, questiona Courtine (2008): o acontecimento de setembro de 2001 não constituiu um detonador de algo que já estava instalado na consciência de todos? Para o autor, há fatos que provocam esse pavor, acontecimentos que o desencadeiam, crises que o sustentam, como as agressões, os atentados, as epidemias, as demissões, os contágios, as poluições, etc., mas há também uma produção, uma encenação, uma difusão do pavor, circulando em palavras, narrativas e imagens disseminadas pelos meios de informação, responsáveis por instalar uma inquietude psicológica permanente.

Há, entre nós, uma genealogia de medos, medos hereditários. A mídia, dado o lugar privilegiado que ocupa na sociedade, ao mesmo tempo em que nos diverte, adverte-nos, faz-nos rir e nos deixa em estado de tensão e ansiedade. O dispositivo midiático está sempre tentando nos governar pelo medo: “é chegado o tempo de resistirmos a esse governo” (COURTINE, 2008, p. 18). É sobre isso que refletiremos nas páginas que seguem, a partir da já citada postagem da página do *Jornal Folha de São Paulo*, no *Facebook*.

3. A disseminação do medo na mídia: um trabalho com a memória e o esquecimento

Pensando com Foucault (2008), estamos considerando a postagem que utilizamos como *corpus* um enunciado, caracterizado por sua emergência histórica em um determinado campo: o da mídia, que é o seu *referencial*; produzido por um *sujeito*, cuja posição pode ser determinada, aqui representado pela *Folha de São Paulo* como sujeito produtor desse enunciado, valendo-se das vozes de outros sujeitos, quais sejam: o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e uma moradora do prédio no qual ocorreu a

explosão, identificada como Soraia Mathias, de 49 anos de idade. Além disso, esse enunciado está inscrito em um *campo associado* de acontecimentos trágicos relacionados a prédios em áreas urbanas, entre os quais o atentado de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas, que aparece referenciado na superfície discursiva.

O enunciado possui também uma *materialidade*, o que nos permite tomá-lo para análise, pois ele foi efetivamente realizado, numa contingência histórica, constituída pelos sujeitos cujas posições podem ser assinaladas, bem como o local e data de sua produção/circulação. Para analisá-lo, seguiremos os passos de Pêcheux (2006), que trabalha com um batimento entre descrição e interpretação dos enunciados cuja materialidade funde estrutura (da ordem da língua) e acontecimento (da ordem da história). Nesse percurso, também estamos interessados em reconstruir os rastros de memória deixados pela materialidade discursiva, em nosso caso, a memória de acontecimentos que têm o atentado ao *World Trade Center* como desencadeador de pavor em esfera planetária.

Dito isso, no enunciado em análise, apresentado na página a seguir, há uma imagem do prédio onde ocorreu a explosão, localizada na parte central do conjunto verbal-imagético. Na parte superior, além do *logotipo* do veículo midiático, que serve para assinalar o sujeito produtor do discurso em circulação, há a localização espaço-temporal e uma referência à voz oficial contando sua versão das causas da explosão, representada aqui pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro (RJ), Eduardo Paes. Já na parte inferior, observamos, em destaque, a referência a uma voz não oficial, representada pela moradora do prédio, Soraia Mathias, que afirma: “pensei que fosse um novo *World Trade Center*”.



Figura 1: Postagem da Folha da S. Paulo no *Facebook*

De início, somos colocados diante do desdobramento da *Folha* em três posições-sujeito: um sujeito institucional, que é o referido veículo midiático; um sujeito social, que é o Prefeito Eduardo Paes; e outro sujeito social, representado pela moradora do prédio. As vozes dos dois sujeitos sociais são trazidas à tona pela voz institucional da *Folha*. Em meio a essa dispersão do sujeito do enunciado, mais precisamente essa heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 2004), interessa-nos exatamente a voz do sujeito ordinário, ou *infame*, utilizando um termo de Foucault (2006).

A materialidade desse enunciado, em seu sincretismo de linguagem, não tem nada de transparente, ao contrário, a forma como foi posto em circulação nos remete, por *intericonicidade* (MILANEZ, 2006), às imagens de nossas lembranças de outros acontecimentos trágicos da mesma natureza. Ao tomá-lo como monumento discursivo (FOUCAULT, 2008), temos que considerar que a própria referência às vozes destes sujeitos, e não às de outros, já produz efeitos de sentidos pretendidos pela instituição que produz o discurso: mais do que informar, ela quer nos alertar, advertir, governar pelo medo, pois, em meio a tantas hipóteses para as possíveis causas de um fenômeno até então

desconhecido, a *Folha* escolheu tornar pública uma suspeita que evoca a memória discursiva de tragédias relacionadas a prédios, que já circula há bastante tempo no espaço midiático, de modo a deixar os cidadãos numa constante alerta para a possibilidade de serem vitimados por tragédias similares.

Há, assim, um efeito de *raridade* nesse enunciado, pois se nem tudo pode ser dito, e o que se diz é regulado por uma *ordem do discurso*, ao emergir, ele é raro. Seu aparecimento ocorre num espaço de não-preenchimento de outro enunciado que poderia ter emergido em seu lugar, mas não estava inscrito na *ordem discursiva*. Esse enunciado é determinado pela sua *exterioridade* e descontinuidade, que o fazem irromper como acontecimento não linear e pôr em cena diferentes formas de subjetividade, pois o que se diz é dito de um determinado lugar no jogo de uma exterioridade.

Nas formas de *acúmulo* desse tipo de enunciado, encontra-se o fio da temporalidade dos discursos sobre tragédias relacionadas a prédios, pondo em jogo as relações entre memória e esquecimento, conservação, apagamento, ou seja, a mídia promove a conservação e o retorno (FONSECA-SILVA, 2010) desse discurso, regulando-o por intermédio da *Folha de S. Paulo*, instituição que determina o que merece ser conservado, por meio do estabelecimento das modalidades estatutárias. Esse enunciado estabelece relações com outros pela *recorrência*, situando-se em relação a um campo de elementos antecedentes, que aqui é representado pela recorrência ou citação (COUTRINE, 2006) ao atentado de 11 de setembro de 2001, presente na materialidade sincrética do enunciado como uma hipótese inicial da moradora. O ataque ao *World Trade Center* é um acontecimento primeiro, que permanece na memória e abre possibilidade para eventos futuros, num percurso durante o qual pode se transformar, ressurgir adiante ou desaparecer.

As condições para emergência desse enunciado são reguladas pelo arquivo, pois é ele que define o que pode ser dito, a singularidade dos enunciados. É no interior dele que falamos, fazendo recorrências às coisas ditas por tantos homens. Não produzimos discursos segundo o jogo das circunstâncias. Em tudo que dizemos, há uma *regularidade*, e quando a encontramos em uma série de *acontecimentos discursivos*, estamos diante da sua positividade, caracterizada aqui por uma (des)continuidade temática, que desempenha o papel de um *a priori* histórico, ou seja, a condição de

emergência do enunciado, seu modo específico de ser, de coexistir com outros enunciado, se transformar e desaparecer.

Considerando que o enunciado, para Foucault (2008) insere-se num domínio associado, essa postagem relaciona-se com outras formulações que circulam em diferentes dispositivos midiáticos. Assim, podemos considerar que a mídia brasileira, ao espetacularizar a explosão no referido prédio, tornou-a um *acontecimento discursivo* (FOUCAULT, 2008) inscrito em uma rede de eventos trágicos, que têm o atentado de 11 de setembro como espaço de memória, como vimos na materialidade discursiva da notícia analisada. Podemos pensar também numa cadeia enunciativa, dispersa no terreno movediço da memória, sobre a qual deslindam acidentes e tragédias em outros edifícios no cenário nacional, os quais foram continuamente noticiados pela mídia, a exemplo do incêndio no edifício *Joelma*, em São Paulo, em 1974, e do desmoronamento do *Palace II*, no Rio de Janeiro, em 1998. Seguindo esse raciocínio, não é descabido aludirmos ao incêndio na boate *Kiss*, em 2013, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A despeito de se tratar de um local de menores dimensões, a saturação de imagens desse acontecimento, em confluência com a ênfase na quantidade de vítimas, serve de ingrediente para essa mistura de pavor que a mídia, não raro, prepara para o público.

Para Courtine (2008), a memória é lacunar, saturada, com eclipse, pois é produzida na ordem do discurso, que divide em fagulhas as lembranças dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva (HALBWACHS, 2003) de certos enunciados, organizando a recorrência de uns e consagrando a anulação ou a nulidade de outros. Embora se materialize linguisticamente em acontecimento discursivo, o acontecimento histórico sofre as determinações da memória discursiva na ordem do discurso (BARONAS, 2008). A mídia, ao fazer referências a esse acontecimento, o elege em detrimento de outro, pois a inscrição do acontecimento na memória se dá, segundo Courtine (1999) em uma regulação, que permite a sua recitação, ou em uma desregulação, que provoca seu esquecimento.

Conforme Baronas (2008, p. 196), “(in)significação, memória e esquecimento são os elementos que dão consistência à memória discursiva que sustenta os discursos que a grande mídia faz circular” acerca de diversos dizeres. Esses três elementos são constitutivos do discurso da grande mídia, pois ela regula o que pode e

deve ser dito, colocado em circulação sobre um acontecimento histórico, segundo uma ordem discursiva.

A análise do discurso, por ser um campo que trabalha com a produção de efeitos de sentidos, realizada por sujeitos sociais, inseridos na história e que utilizam a materialidade do discurso, possibilita-nos analisar os sentidos que perpassam esse acontecimento discursivo, pondo-o em articulação com a história e a memória. Em nossa compreensão, os sentidos realizam um trajeto histórico e se inserem em uma rede de memória com outros discursos que circulam na sociedade, principalmente na mídia, que põe os enunciados em circulação de acordo com seus interesses em manter uma memória viva ou relegada ao esquecimento.

Ao discursivizar esse acontecimento, trazendo além dos sentidos oficiais o dos sujeitos ordinários do cotidiano, a mídia, nesse caso específico, a *Folha de S. Paulo*, inscreve-o no espaço de uma memória discursiva que sustenta o medo desencadeado globalmente pelos ataques terroristas. Essa postagem representa bem a forma como a grande mídia governa a população provocando medo (SOUSA, 2014), ao fazer circular acontecimentos trágicos que nos põe em num ininterrupto estado de alerta e pavor.

Considerações finais

A reflexão empreendida neste artigo colocou-nos diante de uma voz institucional midiática que traz diferentes posições de sujeito enunciativo, ou nos termos de Foucault (2008), de descontinuidades no plano da fala, na tessitura do relato midiático em torno de uma explosão num edifício residencial do Rio de Janeiro, em maio de 2015. Demos destaque, em nosso trabalho, à voz de uma moradora do referido edifício, cuja referência alude ao ataque às Torres Gêmeas em Nova Iorque, no fatídico setembro de 2001, buscando rastrear, na opacidade da materialidade sincrética desse enunciado, o funcionamento de uma genealogia do medo, provocado por ataques terroristas, cuja difusão ocorre em escala planetária, possibilitada pelos veículos de informação, ao noticiarem tragédias urbanas.

Ao produzir esses enunciados, a mídia trabalha com a memória discursiva e com o esquecimento, fazendo com que a espetacularização de acontecimentos trágicos

seja mais que uma mera forma de noticiar e constitua-se em uma maneira de promover a difusão do medo, mantendo a sociedade em estado de atenção. A mídia, ao nos informar sobre tragédias urbanas, exerce sobre nós um *governo pelo medo*, conforme preconiza Courtine (2008). Esse governo, conforme demonstramos no decorrer do exercício analítico, está intrinsecamente relacionado às reverberações dos ataques nos Estados Unidos, por meio de uma cena teatral de aniquilação (ZIZEK, 2002), insufladas nessa atmosfera de terror advinda das mais diversas plataformas midiáticas.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BARONAS, R. L. Discurso e mídia: memória, esquecimento e (in)significação. In: NAVARRO, P. (org.). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CERVANTES, M. **Dom Quixote de la Mancha**. Trad. Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: LP & M Editores, 2005.
- COURTINE, J.J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDUSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.
- _____. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- _____. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. Trad. Carlos Piovezani. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (orgs.). **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 11-19.
- _____. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. Entrevista concedida a Vanice Sargentini, Carlos Piovezani e Luzmara Curcino. Trad. Carlos Piovezani. In: PIOVEZANI FILHO, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. M. O. **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 145-162.
- DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FONSECA-SILVA, C. Enunciados, objeto de discurso e memória. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, Poder-Saber**. Trad Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a (Ditos & Escritos IV), p.203-222.
- _____. **A ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

- _____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GREGOLIN, M. R. Apresentação. In: _____. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.
- _____. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**, São Paulo: comunicação, mídia e consumo. v. 4, n.º. 11, 2007, p.11- 25.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- MILANEZ, N. **As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa**. 210 f. Tese (Doutorado), pelo Programa de pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. [et al.]. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.49-57.
- PUECH, C. A emergência do paradigma semiótico-estrutural na França. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011.
- SOUSA, K. M. Dispositivo de segurança nos discursos do cotidiano urbano: o jogo entre medo e bem-estar. In: JÚNIOR, A. F.; _____. **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Goiânia: Gráfica UFG, 2014.
- VEJA OS PRINCIPAIS ACIDENTES EM PRÉDIOS ALTOS NOS ÚLTIMOS ANOS, Folha de S. Paulo, 18. maio de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u14678.shtml>>. Acesso em: 30. maio. 2015.
- ZIZEK, S. **Bem-vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o onze de setembro e datas relacionadas**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ANÁLISE DO DISCURSO, MEMÓRIA E IDENTIDADES: RECONFIGURAÇÕES DA IDENTIDADE DA MULHER NA PROPAGANDA DA JUSTIÇA ELEITORAL

Ilza Galvão Cutrim*

Maxhemyliano Silva Marques**

Walquíria Pereira da Silva Dias***

Resumo: Os discursos sobre o papel da mulher na sociedade são recorrentes, envolvem diversos percursos temáticos e mobilizam a memória de muitos dizeres, possibilitando a produção de diversas identidades. Este artigo visa a analisar a (re)configuração discursiva da identidade feminina numa propaganda da Justiça Eleitoral (Eleições 2016), que visa a incentivar a participação da mulher na política, e retoma a memória de discursos acerca dos lugares ocupados pela mulher no mercado de trabalho, marcados pela desigualdade de gêneros. Considerando os aportes teóricos da Análise do Discurso de vertente francesa, alicerçamos este trabalho nas discussões de orientação foucaultiana, complementando com os estudos culturais (HALL, 2015; SILVA, 2014) no que diz respeito às considerações sobre identidade. Nessa direção, compreendemos que o sujeito é fragmentado, como as identidades que o constitui. Não há identidade sem sujeito e também não existe sujeito sem discurso. As análises realizadas permitiram-nos observar que a propaganda da Justiça Eleitoral põe lado a lado enunciados conflitantes, pertencentes a formações discursivas que se digladiam, moldando identidades diferentes e opostas.

Palavras-Chave: Análise do Discurso. Memória. Identidade.

Abstract: Discourses about the role of woman in society are recurring, involve an amount of thematic routes and mobilize the memory of many sayings providing the emergence of different identities. This article aims to analyse the discursive (re)configuration of woman's identity in a propaganda from electoral justice (election 2016) which aims to encourage woman's participation in politics resuming the memory of discourses about the places taken by the woman into the labour market, marked by gender inequality. Considering the theoretical support of the French Discourse Analysis, one focused on Foucault's notes, as well as the cultural studies (HALL, 2015; SILVA, 2014) regarding the identity considerations. In this perspective, one understand that man is a fragmented subject with the identities that constitute him. There is no identity without subject or subject without identity. The analysis allowed to observe that the propaganda from Electoral Justice uses conflicting assertions which belong to discursive formations that contrast shaping different and contrary identities.

Keywords: Discourse Analysis. Memory. Identity.

* Professora-Associada do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão.

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão.

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão.

1. Introdução

As discussões que evocam a figura da mulher constituem diversos percursos temáticos que nos levam à compreensão da construção das identidades femininas. De sexo frágil ao empoderamento feminino, diversos são os sentidos construídos sobre a mulher.

O empoderamento feminino está no bojo das discussões atuais e permite-nos tramitar pela história, pela memória, percorrendo saberes que se entrelaçam por meio da linguagem, produzindo gestos de leitura.

Tais pontos nos levam a perguntar como se delineiam as identidades da mulher nos discursos de propagandas. Para refletir sobre essa questão, este artigo visa a analisar enunciados veiculados em uma propaganda da Justiça Eleitoral (Eleições 2016), divulgada na mídia televisiva e na internet. A referida propaganda compõe uma de uma série de propagandas produzidas pela justiça eleitoral a fim de estimular a participação da mulher na política. Na propaganda escolhida por nós para análise, existem discursos que ora mobilizam uma memória presente em nossa cultura de que as mulheres são incapazes de desempenhar tarefas consideradas “coisas de homens”, ora desconstroem essa imagem.

Considerando que o sentido não é algo já dado e que há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento, nossas análises ancoram-se em discussões sobre discurso, enunciado, memória discursiva, formação discursiva e identidade. Assim, alicerçamos este trabalho nos moldes foucaultianos, além de outros estudiosos da AD, complementando com os estudos culturais e sua relação com a identidade, a partir das propostas de Hall (2015) e Silva (2014), com o objetivo de analisar a produção da identidade por meio do discurso.

2. Discurso e identidade: aportes teóricos

A Análise do Discurso vê a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos historicamente situados, como um dispositivo metodológico eficaz, tendo em vista que ela possibilita entender o papel dos discursos na produção de identidades sociais.

Discurso é um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; discurso é prática (FOUCAULT, 2005). Não se trata de uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização constitui um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.

A ideia de discurso aqui considerada centra-se na descontinuidade, na estreiteza entre os enunciados e na correlação entre eles (FOUCAULT, 2005). Situado nos domínios do discurso, o enunciado tem natureza abstrata (histórica) e concreta (material, linguística). Segundo Foucault (2005, p. 97), “Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência”, razão pela qual constitui um objeto inesgotável, seja pelo viés da língua, seja pelo do sentido. O enunciado não se confunde com uma frase, uma oração, uma proposição ou mesmo um ato de fala. É preciso considerar algumas características próprias ao enunciado: ele é, antes de tudo, uma função; se insere em um campo enunciativo e passa a ter lugar e status e a desempenhar um papel específico, sendo delimitado conforme as relações que mantém com os outros enunciados do campo, o que significa que “não há enunciado em geral, livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto”, como peça que “integra sempre um jogo enunciativo” (FOUCAULT, 2005, p. 113-114).

Outro ponto importante é a estreita relação que o enunciado estabelece com a memória, constituindo-se na reatualização de outros enunciados, seja para ratificá-los, seja para deles divergir. Nesse sentido, “não há enunciado que não suponha outros” (FOUCAULT, 2005, p. 114). O enunciado se inscreve em um campo de memória ao qual se liga indefinidamente, povoando suas margens de outros enunciados.

Um outro traço que caracteriza o enunciado é a sua existência material, pois “o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2005, p. 116). Sua identidade é determinada pela materialidade, que o situa numa ordem institucional, o que o torna instável, variando segundo a posição que ocupa face aos outros enunciados e no interior do regime de materialidade ao qual se circunscreve.

Um enunciado é, também, dialeticamente constituído pela singularidade e pela repetição. Enquanto espessura material o enunciado é passível de repetição, enquanto

evento é um acontecimento discursivo, produto de uma prática (também discursiva), ele é único, irrepetível sob quaisquer condições. Isso significa que ainda que se repita em sua materialidade, ele não será o mesmo, mas será um outro enunciado-acontecimento.

A relação do enunciado com a memória suscita discussões sobre memória discursiva, termo cunhado por Courtine (1981 *apud* FERNANDES, 2008). Para ele, a memória não faz referência às lembranças do passado, nem se relaciona com memorização psicológica. Trata-se de uma interdiscursividade assinalada pelo entrecruzamento de discursos pertencentes a diferentes momentos na história e oriundos de lugares sociais distintos. Memória discursiva é o *já-lá* marcado por lacunas, deslocamentos, apagamentos, falhas. Diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas que são reguladas por aparelhos ideológicos. Significa dizer que um texto se inscreve em uma formação discursiva, a partir de uma memória discursiva retomada pelo texto e do qual é parte. (COURTINE, 1999).

Ao pensar os enunciados como *formas de repartição e sistemas de dispersão*, Michel Foucault propõe o conceito de *formação discursiva* (2005, p. 43):

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma **formação discursiva**.

As formações discursivas são, dessa forma, determinantes dos dizeres e fazeres a partir de certas regras de formação. Além disso, sustentam saberes numa determinada época, circulando ou silenciando certos discursos (GREGOLIN, 2007). Assim, ao utilizarmos a caixa de ferramentas foucaultiana, buscamos compreender como o objeto *identidade feminina* é construído por meio do discurso.

Segundo Gregolin (2005, p. 12),

[...] a instalação de novas representações não elide a coexistência dos sentidos tradicionais: como um “nó em uma rede”, cada enunciado relaciona-se com outras séries de formulações, com outros trajetos que se cruzam e constituem identidades através da reativação da memória discursiva.

Considerando as práticas discursivas oriundas de FDs diferentes sobre a identidade feminina, portanto de regimes de dispersão diversos, refletimos sobre a existência de identidades fluidas, que fragmentam e constituem o sujeito (HALL, 2015). Desse modo, a identidade do sujeito se discursiviza de acordo com as condições histórico-sociais.

A pluralidade constitutiva do sujeito, decorrente de sua inter-relação em diferentes instâncias sociais, atesta-nos que a identidade é heterogênea, formada por diferentes aspectos sócio-históricos e traços ideológicos, sempre marcados por transformações e deslocamentos. (FERNANDES; ALVES JÚNIOR, 2008).

Essa heterogeneidade leva-nos a refletir sobre a relação entre identidade e diferença, ambas construídas por sistemas discursivos e simbólicos (SILVA, 2014, p. 76-78):

A identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem. (...) Somos nós que as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais.

Nessa esteira, iremos observar que a propaganda da justiça eleitoral apresenta, em um primeiro momento, discursos produzidos no interior de sistemas simbólicos que promovem um discurso de desigualdade entre homens e mulheres, e em um segundo momento reconfigura esse discurso com destaque para o papel da mulher em diversos setores da sociedade.

3. Identidades femininas: contornos e reconfigurações

Tendo por base as discussões feitas anteriormente, vejamos como o discurso sobre a mulher se apresenta numa propaganda da Justiça Eleitoral (2016)¹⁹ que, como dissemos, tem como suporte a programação televisiva e a internet.

¹⁹ A propaganda que privilegiamos em nossa análise encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MLzvp7XRb4o>.

A propaganda mencionada está sendo divulgada na tv e na web num momento que antecede as eleições municipais para os cargos de prefeito e vereador. Enquanto enunciado, ela tem sua existência material formada pelo verbal e não verbal e situa-se numa ordem institucional, representada pela justiça eleitoral.

A propaganda é composta de cinco quadros. Ela inicia mostrando a imagem de uma mulher vestida de piloto de aviação, caminhando em direção de uma aeronave e em seguida dentro da cabine de um avião. Nesse momento, ouve-se uma voz masculina que narra “Mulher só sabe pilotar fogão”. Esse mesmo enunciado aparece materializado na tela da tv/computador; logo em seguida, as palavras *só* e *fogão* “caem” da tela e permanece apenas o enunciado “mulher sabe pilotar”.

Figura 01 – Quadro 01

Figura 02 – Quadro 01



Figura 03 –

Quadro 01

Na sequência, aparece a imagem de uma mulher num vestiário de um campo de futebol, usando um uniforme de árbitro; ela sobe as escadas e chega ao gramado de um estádio onde a torcida vibra. Acompanha a cena o enunciado narrado por uma voz feminina, e digitado na tela: “Desde quando a torcida respeita?” As palavras *Desde quando* saem da tela e o que fica para o telespectador é “A torcida respeita”.

Figuras 03– Quadro 02

Figura 04 – Quadro 02



Figura 05 – Quadro 02



O terceiro quadro é uma mulher que inspeciona uma obra de uma construção civil. Nesse quadro ela aparece conversando com um funcionário. O enunciado narrado por um homem, e escrito na tela é: “Mulher na obra nunca dá certo”. A palavra *nunca* é deletada e o que permanece é *Mulher na obra dá certo*.

Figura 06 – Quadro 03

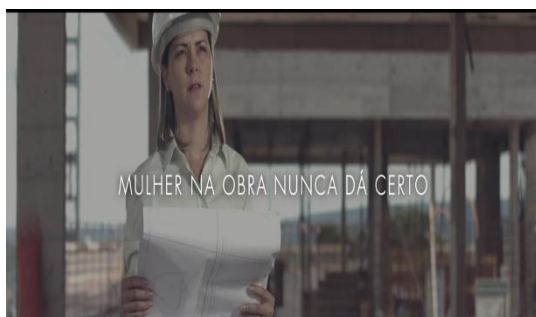
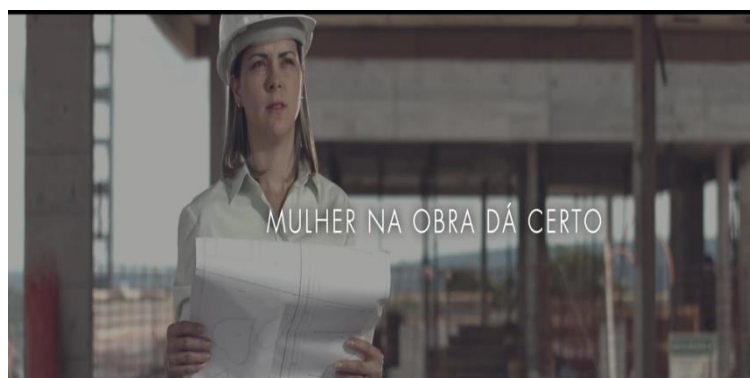


Figura 07 – Quadro 03



Figura 08 – Quadro 03



O quarto quadro da propaganda ilustra uma mulher entrando em uma sala de uma grande empresa onde estão reunidos três homens que aparentam ser empresários e dois funcionários (um homem e uma mulher). Ao entrar na sala, a narradora diz *Nenhuma mulher chegou à diretoria*. As palavras *nenhuma mulher* saem da tela e o que permanece é *Chegou à diretoria*.

Figura 09 – Quadro 04

Figura 10 – Quadro 04



Figura 11 – Quadro 04



No quinto e último quadro, aparece uma mulher falando em um microfone para uma sala cheia de homens e mulheres. Ela diz *Está na hora de derrubarmos mais um rótulo, a desigualdade na política*. Esse enunciado também aparece digitado na tela. Logo em seguida o prefixo *des* sai de cena e o que resta é *Igualdade na política*.

Figura 12 – Quadro 05

Figura 13 – Quadro 05



Figura 14 – Quadro 05





Em sequência, a mulher que fala ao microfone diz: *Nós já tivemos várias conquistas, mas precisamos ir em frente. Faça você parte das decisões do seu bairro, da sua comunidade, do seu município. Quanto mais participação feminina na política, mais democracia.* Para fechar o quadro, aparecem na tela imagens: “Eleições 2016” e “Justiça Eleitoral – a justiça da democracia”.

Historicamente, a sociedade estabelece lugares sociais para os homens e para as mulheres; há determinadas atividades humanas que caberiam para um gênero e não para o outro. Nessa esteira, a propaganda da Justiça Eleitoral põe lado a lado enunciados conflitantes, pertencentes a formações discursivas que se digladiam, moldando identidades diferentes e opostas. O discurso apresenta a mulher em posição de desigualdade e, em seguida, é desestruturado e reconfigurado celebrando a igualdade entre homens e mulheres.

Esse movimento de reconfiguração teve sua materialização singularizada pela forma linguística: à medida que o narrador oraliza, as palavras que não fazem parte da reestruturação frasal da nova configuração desaparecem.

Em outras palavras, nessa propaganda ativamos uma memória sobre o lugar da mulher em nossa cultura, que se relaciona a uma formação discursiva edificada, inicialmente, no discurso da desigualdade, percorrendo, assim, uma existência histórica. A memória que a propaganda mobiliza, no enunciado que se apresenta em um primeiro momento, inscreve um lugar para a mulher que a insere num espaço doméstico e limitado, seguindo um padrão de mulher construído sobre a ideia de fragilidade, tendo os papéis femininos culturalmente determinados.

A identidade vai se construindo pela diferença: homem (pode tudo) *versus* mulher (“nem sempre pode tudo”). A mulher ser diferenciada do homem por aquilo que

ele faz e que ela “não” faz ou “não é capaz de fazer”. Isso é um reflexo de um olhar sobre as identidades, que não existem espontaneamente no mundo cultural; a identidade e a diferença são produtos sociais, “fabricados” pela/na linguagem (SILVA, 2014), que produzem saberes, os quais, por sua vez, constituem verdades de uma época, consoante condições específicas, inexistindo, assim, enquanto essências e/ou verdades absolutas. (FOUCAULT, 2005) Essa propaganda situa-se em um momento de pré-eleição, convocando a participação das mulheres na vida pública, numa tentativa de mostrar que a política também é seu lugar.

Num segundo momento da propaganda, em que o enunciado passa por um processo de reformulação, vão ocorrendo deslocamentos do sentido primeiro, até que a transformação do enunciado situa-se no domínio do empoderamento feminino: a mulher sabe pilotar; a torcida respeita; mulher na obra dá certo; chegou à diretoria. A verdade que os saberes promovem, nesse momento, é de igualdade entre homens e mulheres.

A memória discursiva, assim, é mobilizada para deslocar discursos e instaurar novas identidades femininas. Esse movimento do discurso, que se dá entre a retomada e a ruptura, pode ser assim visualizado:

ENUNCIADO PRIMEIRO	PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DO ENUNCIADO	ENUNCIADO REFORMULADO / NOVOS EFEITOS DE SENTIDO
Mulher só sabe pilotar fogão	<i>Mulher sabe pilotar</i> A mulher da sociedade patriarcal, discursivizada como dona de casa, capaz apenas de operar os aparelhos domésticos.	A mulher capaz de ocupar a profissão de piloto de avião.
Desde quando a torcida respeita?	<i>A torcida respeita</i> A mulher desrespeitada nos espaços destinados à prática do futebol.	A mulher capaz de ocupar a profissão de juíza de futebol, obtendo o apoio da torcida.
Mulher na obra <u>nunca</u> dá certo.	<i>Mulher na obra dá certo</i> A presença da mulher na obra como inconcebível por se tratar de um espaço no qual se utiliza a força física, exigindo profissionais do sexo masculino.	A mulher profissionalmente habilitada a desenvolver quaisquer tipos de tarefas na obra.
<u>Nenhuma</u> <u>mulher</u> chegou à diretoria.	<i>Chegou à diretoria</i> A mulher em condições desiguais ao homem no mercado de trabalho, impossibilitada de atingir altos cargos.	A mulher capaz de alcançar o poder de direção de uma empresa.

<u>Desigualdade</u> na política	<i>Igualdade na política</i> A mulher sem espaço para participação na política.	A mulher em condições de igualdade com o homem na disputa de cargos públicos.
---------------------------------	--	---

O primeiro grupo de enunciados supõe outros como “mulher no volante, perigo constante”, constituindo com ele uma série de enunciados, que se mantêm graças, também, a questões relacionadas com a distribuição de poder. As mulheres costumam ser mais pobres que os homens, costumam ter menos acesso a postos de trabalho.

Na política, a desigualdade entre homens e mulheres tem sua história marcada pela negação do direito de votar. As mulheres passam a ter esse direito em 1932, não sendo obrigatório, mas facultativo; somente pela Constituição de 1988 é que o voto se torna obrigatório para todas as mulheres. Com relação à participação na política, o número é bastante reduzido: apenas 10% dos cargos políticos no país são ocupados por mulheres; prova disso é que em toda a história do Brasil, somente uma mulher ocupou o cargo de presidente da república.

A propaganda da justiça eleitoral põe em relevo a importância da participação feminina na política por meio do enunciado *Está na hora de derrubarmos mais um rótulo, a desigualdade na política*, numa demonstração de que a identidade é forjada, rotulada pelo discurso.

A propaganda da Justiça Eleitoral é marcada pela contraposição de formações discursivas, construídas em contextos sociais e históricos diversos, a partir de vontades de verdade. De um lado temos a memória do lugar de uma mulher submissa aos padrões pré-estabelecidos; de outro, a mulher que precisa mostrar seu valor e capacidade.

5. Algumas considerações

A propaganda da Justiça Eleitoral (Eleições 2016), foco de nossas análises, instiga discussões que atravessam a história e nos fazem pensar sobre o papel do discurso na produção de identidades.

A propaganda se estrutura em torno de discursos que edificam a identidade da desigualdade de gêneros, retomando uma memória culturalmente construída sobre o

lugar destinado à mulher como sendo apenas o espaço do lar e por extensão das atividades domésticas desenvolvidas nesse espaço.

Com o propósito de desmistificar essa memória, e situado num momento de empoderamento feminino, de discussões sobre igualdade de gêneros e de participação das mulheres na política – temas presentes na agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – a propaganda reatualiza esse discurso/enunciado, dele divergindo e produzindo novos efeitos de sentido, a fim de mostrar que a “rua”, a política também são lugares que devem ser ocupados pela mulher.

Os enunciados primeiros sofrem mudanças em sua materialidade linguística e discursiva e surgem novos efeitos de sentido, resultando em efeitos de memórias, de negação e silenciamento do já dito, (CUTRIM; SOUSA, 2014), de reconfiguração do sentido primeiro.

Referências

COURTINE, Jean-Jacques. O discurso inatingível: Marxismo e Linguística (1965-1985). **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, n. 6, jun. 1999.

CUTRIM, Ilza Galvão; SOUSA, Claudemir. Entre a tradição e o esquecimento: representações discursivas sobre quilombo e identidade quilombola. In: CRUZ, Mônica da Silva; CUTRIM, Ilza Galvão; CABRAL, Luís Rodolfo. (orgs). **Discursos, sujeitos e sentidos: perspectivas identitárias**. Curitiba: Editora CRV, 2014. p. 69-84.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERNANDES, Cleudemar Alves; ALVES JÚNIOR, José Antônio. Sujeito discursivo e construção identitária do mendigo. In: NAVARRO, Pedro. (org). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Miguel Serras Pereira. 70. ed. Lisboa: Almedina, 2014a.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formações discursivas, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produções de identidade. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO (SEAD), 2. , 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UGRGS, 2005. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1293225/mod_resource/content/1/Gregolin_Formacao_discursiva_redes_de_memoria.pdf. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. Análise do discurso e mídia: (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, vol. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/105>. Acesso em: 12 set. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

ANÁLISE CONTRASTIVA DOS MOVIMENTOS RETÓRICOS DO GÊNERO PREFÁCIO EM LIVROS DE QUÍMICA E LINGUÍSTICA

Ana Claudia Menezes Araujo*

RESUMO: Este artigo trata de uma análise dos movimentos retóricos de prefácios de livros de Química e de Linguística, embasada na retórica contrastiva apresentada por Carvalho (2005) em seu estudo sobre resenhas acadêmicas à luz da sociorretórica, em wales (1990; 2004), Araujo (1999), Bakhtin (2003), Devitt (2004), Bezerra (2006, 2009), Motta-Roth (1998), Miller (2012), entre outros autores que abordam sobre a análise de gêneros. Objetivamos identificar semelhanças e diferenças na configuração dos dois sistemas retóricos. Procedemos à investigação das regularidades de cada *corpus*, observamos os movimentos retóricos e estabelecemos a análise contrastiva. Os resultados demonstram que há semelhanças e divergências na movimentação retórica dos prefácios das áreas investigadas, manifestadas através de subfunções particulares em cada sistema. A análise nos propiciou constatar, ainda, que os gêneros enquanto ação social apresentam regularidades, todavia, em virtude de se realizarem em situações de interação, podem apresentar contrastes dentro de uma mesma classe.

Palavras-chave: Prefácios de livros de Química e de Linguística. Movimentos Retóricos. Análise Contrastiva.

ABSTRACT: This research paper is an analysis of rhetorical moves in preface genre of chemistry and linguistics books, based on contrastive rhetoric presented by Carvalho (2005) in her study about academic reviews in the light of social rhetoric under Swales (1990; 2004), Araujo (1999), Bakhtin (2003), Devitt (2004), Bezerra (2006, 2009), Motta-Roth (1998), Miller (2012), among others authors that deal on the analysis of genres. We aim to identify similarities and differences in the configuration of the two rhetorical systems. We proceed the investigation of regularities of each *corpus*, observing the rhetorical moves and establishing a contrastive analysis. The results have shown there are similarities and differences in the rhetorical moves of prefaces of the areas investigated, raised through particular subfunctions in each system. The analysis led us to note also that the gender as a social action have regularities, however, due to be held in interaction situations may present contrasts within the same class.

Keywords: Prefaces of Chemistry textbooks and Linguistics. Rhetorical moves. Contrastive Analysis.

* Mestre em Letras Estudos de Linguagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Professora Auxiliar I da Universidade Estadual do Maranhão Campus Santa Inês.

1 Introdução

A análise de gêneros tem se tornado uma prática bastante comum no universo acadêmico nos últimos anos. Com o intenso florescimento da diversidade dos gêneros na sociedade houve também um crescente interesse dos pesquisadores em analisar as diversificadas formas e as inúmeras utilizações que esse conceito pode assumir.

Se, por um lado, os estudos nessa área cresceram e, de forma espantosa, alcançaram grande destaque nas pesquisas atuais, por outro, percebemos, como consequência dessa expansão, uma grande variabilidade de interpretação, orientação e estruturação na literatura existente. Isso torna a pesquisa e o estudo do papel dos gêneros na sociedade algo bastante complexo.

São encontrados poucos estudos sobre o gênero prefácio, principalmente no que diz respeito à análise de gêneros na perspectiva sociorretórica e na análise contrastiva. Podemos citar Bezerra (2006, 2009, 2009b), estudos sobre os gêneros introdutórios, dos quais o prefácio faz parte e este autor analisa os propósitos comunicativos e os movimentos retóricos desses gêneros.

No presente artigo analisamos prefácios de livros de Química e de Linguística, objetivando descrever a movimentação retórica dos prefácios selecionados a fim de compreender sua estrutura funcional potencial, bem como o uso que cada autor faz dela, considerando para isso, a perspectiva dos estudos sociorretóricos de gêneros.

Para fundamentar o trabalho aqui empreendido, utilizamo-nos da retórica contrastiva, tal como apresentada por Carvalho (2005) em seu estudo sobre resenhas acadêmicas que segue o modelo teórico de análise de gêneros de Swales (1990, 2004), Araujo (1999), Bakhtin (2003), Devitt (2004) e Bezerra (2006, 2009), Motta-Roth (1998), Miller (2012), entre outros autores que abordam sobre a análise de gêneros.

Com vistas a uma melhor estruturação e entendimento das partes que o compõem, organizamos o artigo em duas seções. Na primeira seção enfatizamos diferentes concepções de gênero e o papel que essas concepções trouxeram para a pesquisa na área, conceituamos e caracterizamos a situação retórica e também os movimentos retóricos que foram utilizados como base para a análise dos prefácios. Na segunda seção abordamos os gêneros introdutórios, focalizando, especialmente, o

prefácio. Nesse item conceituamos e caracterizamos tal gênero, procurando ressaltar suas características e seus propósitos comunicativos.

Com o levantamento dos textos escolhidos em função da diferença de áreas – Química (Ciência da Natureza) e Linguística (Ciência Humana) - procedemos à investigação das regularidades de cada corpus, observamos a estruturação, a distribuição e a utilização dos movimentos retóricos dos mesmos, nomeamos cada movimento retórico, bem como suas subfunções particulares e estabelecemos a análise contrastiva entre os prefácios das duas áreas. Por fim, ressaltamos as conclusões a que chegamos após o procedimento de pesquisa e análise dos textos escolhidos.

2 Gêneros como ação social: situação retórica e movimentos retóricos

Com base na visão bakhtiniana de gêneros do discurso como “formas relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 262), podemos inferir que os gêneros, configurados em enunciados, organizam aquilo que é dito, desempenhando papéis e exercendo funções específicas no seio da comunicação. Por esse prisma, os gêneros dão-se de acordo com a situação de uso da língua, e as interações ocorrentes entre os indivíduos coordenam, de certa forma, o uso desses gêneros. Carvalho (2005) corrobora essa ideia quando ressalta que gêneros estruturam e organizam as ações e interações sociais, tanto naquilo que elas têm de semelhante ou de inusitado.

Miller (2012) concebe gênero como uma ação social, ou seja, uma realização que ocorre dentro de uma situação retórica, em que indivíduos produzem seus textos para responder a exigências sociais. De acordo com sua abordagem, o aspecto da ação social é amplo e complexo, pois engloba a forma e a substância do gênero e também dá a ele um caráter pragmático, realizável dentro de um contexto de uso, envolvendo indivíduos agentes, intenções comunicativas e reações emitidas por esses participantes.

Em consonância com a noção de gênero como ação social proposta por Miller, Devitt (2004) considera que a construção de um gênero significa também a construção de uma situação, uma vez que o gênero implica já uma situação. Assim, quando um determinado gênero é produzido, nós assumimos o papel de leitores, reconhecemos suas características e, conseqüentemente, esse reconhecimento nos norteia

também a reconhecer sua situação. Em virtude disso, Devitt coloca, ainda, que o ato de construir um gênero, ou seja, de criar ou perceber seus traços formais, é também o ato de construir a situação (DEVITT, 2004).

Nessa abordagem, o gênero é um construto social que se desenvolve de acordo com a situação comunicativa, envolvendo os interactantes e seus objetivos, e exercendo funções específicas dentro da comunidade na qual se realiza. Assim, a situação retórica na qual o gênero se insere terá papel fundamental na sua construção, pois, como ressalta Miller (2012, p. 29-30):

Situações são construtos sociais que resultam, não de “percepção”, mas de “definição”. Uma vez que a ação humana é baseada em (e guiada por) sentido e não de causas materiais, no centro da ação encontra-se um processo de interpretação. Antes de podermos agir, precisamos interpretar o ambiente material indeterminado; definimos, ou “determinamos”, uma situação.

Esse processo de interpretação da situação guiará, então, o falante na construção do gênero adequado. É com base nessa visão proposta por Miller (2012), de situação como ação construída, que entendemos que todas as situações podem apresentar-se como ações recorrentes na construção da comunicação em sociedade e essas recorrências ajudarão os indivíduos a definir determinadas tipificações de gêneros, já que estes atendem a situações específicas que podem ser genéricas a outras. Para Miller (2012, p. 29), “a recorrência é inferida por nossa compreensão de situações como sendo, de alguma forma, “comparáveis”, “similares”, ou “análogas” a outras situações”. Dessa maneira, em cada situação comunicativa que os indivíduos julgarem, consciente ou inconscientemente, semelhantes a outras, procurarão adequar determinado gênero que corresponda, de forma responsiva, àquela situação imediata.

Os gêneros introdutórios, como o prefácio, objeto de estudo neste artigo, são criados dentro de determinada situação retórica, exercem funções próprias, direcionam-se a um público leitor potencial e apresentam propósitos comunicativos também particulares e que são, por sua vez, de grande valia para a identificação do gênero. De acordo com Swales (1990, p. 58), “o propósito comunicativo opera para manter o escopo de um gênero, estritamente focado numa ação retórica comparável”, ou seja, há uma

relação estreita entre o propósito comunicativo do gênero e sua estrutura. E, além disso, percebemos que os gêneros são utilizados em determinadas situações e em outras não, o que também auxilia no seu reconhecimento.

A respeito desses gêneros que são construídos mais comumente no meio acadêmico, Bathia (2001, p. 111) comenta que “uma das características mais notáveis de qualquer comunidade discursiva acadêmica ou profissional é a disponibilidade e o uso típico de uma série de gêneros apropriados, que os membros pensam servir aos objetivos daquela comunidade.” Nesse caso, os gêneros acadêmicos atenderão a públicos específicos, de forma que sua movimentação retórica esteja voltada para os objetivos e para as necessidades dos mesmos.

Nesse âmbito, a movimentação retórica dos gêneros diz respeito à configuração do processo de composição das informações presentes nesses gêneros, fazendo-os assemelhar-se a outros a partir de regularidades observadas. Consoante Swales (2004, p. 228), os movimentos retóricos de um gênero são “unidades retóricas que executam funções comunicativas coerentes em discursos escritos ou orais”.

Nesse sentido, de acordo com Paré e Smart (1994, *apud* CARVALHO, 2005, p. 136), “a análise dos movimentos retóricos de textos pertencentes a um mesmo gênero seria um dos caminhos para verificar a existência de regularidades na organização da informação”. Dessa forma, dentro da perspectiva de gênero como ação social, observar o que existe de regular na movimentação retórica de um grupo de textos, nos dá a possibilidade de compreender as funções socioretóricas desse gênero.

Swales (1990) apresentou um modelo de análise descritiva da organização textual dos resumos e, nesse estudo, identificou os *moves* (movimentos retóricos) que constituíam os estágios da organização discursiva do gênero resumo, podendo também esse modelo ser aplicado à análise a outros gêneros acadêmicos e de pesquisa, cada um com suas particularidades. Segundo Araujo (1999, p. 27), “de acordo com esse modelo, ‘move’ é um bloco de informação de texto que tem um propósito comunicativo particular menor e que serve a um propósito comunicativo maior do gênero”. Assim, quando nos propomos a descrever a organização discursiva dos prefácios, estaremos fazendo a descrição dos *moves* que compõem esse gênero e que, por sua vez, desempenham diferentes propósitos comunicativos tanto individuais como sociais.

Araujo (1999, p. 27) explica que “todos esses *moves* são identificados através das pistas lexicais e gramaticais que auxiliam o leitor a reconhecer a função comunicativa de cada *move* no texto”. Observemos, entretanto, que um *move* pode aparecer em mais de uma sentença, ou ainda, que mais de um destes pode aparecer numa mesma sentença. E, atentando para a definição de *move* proposta por Swales (2004, p. 228), como sendo “uma unidade discursiva ou retórica”, em consonância com o que explicara Araujo, acima, percebemos que essa ideia de unidade não corresponde, exatamente, a um parágrafo ou bloco de palavra determinadas por uma extensão linear, mas à informação em si, contida no texto, seja num parágrafo especificamente, seja diluída em várias partes do texto.

Corroborando essa ideia, Motta-Roth (1998) comenta que um movimento retórico, definido como um bloco de texto, pode se estender por mais de uma sentença, realizando uma função comunicativa específica e, juntamente com outros movimentos, constituir a totalidade da estrutura informacional que deve estar presente no texto para que esse possa ser reconhecido como um exemplar de um determinado gênero do discurso. Então, reafirmamos aqui a importância da situação de comunicação em que são produzidos esses gêneros para que possam ser reconhecidos.

A situação recorrente, como já foi dito, auxilia na compreensão, adequação e construção do gênero por parte dos leitores e produtores destes. Paré e Smart (1994 *apud* CARVALHO 2005, p. 136) “entendem que uma situação recorrente demanda um desempenho retórico e social por parte de um escritor, desempenho esse que também se repete, formando um padrão complexo, no qual se percebem inter-relações”. Percebemos, assim, que a movimentação retórica do gênero, que constitui a sua composição, auxilia o leitor na identificação e conseqüente compreensão desse gênero.

2.1 Gêneros introdutórios: movimentação retórica do prefácio

Os gêneros introdutórios desempenham o papel de introduzir ou apresentar outros gêneros aos quais são agregados, como é o caso dos prefácios, apresentações, resumos e outros, que vêm imbricados a livros acadêmicos, com o propósito de apresentar a obra aos leitores. Bezerra (2006, p. 80), conceitua gêneros introdutórios como “os gêneros textuais que, no corpo físico do suporte em que se localiza uma obra acadêmica,

usualmente se agregam ao gênero ou gêneros principais como uma proposta de leitura prévia, em termos de orientação, síntese ou convite à leitura da obra em si”.

Nesse sentido, ressaltamos que os gêneros apresentam propósitos comunicativos que se manifestam em sua construção discursiva, uma vez que são utilizados para realizar alguma função ou objetivo que serão definidos a partir das diferentes práticas sociais em que se realizarem, com o vislumbamento de públicos alvos específicos. Assim, conforme expõe Bezerra (2009, p. 466), “o propósito comunicativo tem a ver com aquilo que os gêneros realizam na sociedade, admitindo-se, porém, que o propósito de um gênero não é necessariamente único ou pré-determinado”.

Para Swales (2004), na análise dos gêneros, é importante ressaltar a dimensão social dos propósitos comunicativos, pois, segundo ele, os gêneros podem apresentar tanto propósitos particulares (que dizem respeito às intenções particulares dos produtores ou coordenadores da produção dos gêneros), como propósitos socialmente reconhecidos. Este autor ressalta, ainda, que “esses propósitos na verdade são múltiplos” (SWALES, 2004, p. 71). Temos, pois, que não é possível indicar um único propósito para cada gênero, mas vários, e cada um deles obedecendo a intenções dos produtores e adequando-se às práticas sociodiscursivas.

O gênero pré-textual “prefácio” caracteriza-se como um gênero destituído de autonomia para circular isoladamente no meio social, uma vez que é apresentado pelo livro, que é o suporte material desse gênero. Nesse sentido, Marcuschi (2003:11) caracteriza o livro como “um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”.

O texto do prefácio direciona-se geralmente à apresentação do conteúdo de uma obra, indicando as partes constitutivas da mesma. O prefaciador pode ser o próprio autor da obra ou um autor convidado, que redige seu texto no intuito de fazer uma apreciação da obra que prefacia. Dimas (*et al* 2006) comenta que o prefácio coloca em ação uma retórica da descrição metalinguística e informação também da persuasão ou do convencimento e movimenta uma gramática textual em que signos verbais buscam situar autor e leitor no mesmo espaço e no mesmo tempo, no mesmo universo de referência.

Nesse gênero (quando feito pelo próprio autor), o prefaciador sempre procura construir uma boa imagem de si e da obra prefaciada, levando o leitor a informar-se do

que se trata, bem como interessar-se pela leitura do livro. No que diz respeito aos prefácios de livros impressos, sua configuração retórica pode variar de uma área de estudos para outra e os prefácios apresentarem movimentos retóricos que atendam aos objetivos do autor inter-relacionados com os objetivos da obra prefaciada.

Bezerra (2009) ressalta que a construção desse gênero, assim como de outros gêneros introdutórios que se agregam aos livros, visa cumprir propósitos comunicativos específicos como orientar o leitor, estabelecer as credenciais, defender a relevância da publicação em apreço, entre outros.

Em outros meios de divulgação, como os *online*, esse gênero pode apresentar algumas particularidades, como por exemplo, sua publicação em separado do livro, em forma de *link*. Bezerra (2009) expõe que não é plausível que um prefácio seja publicado em separado da obra a que se refere, a não ser no caso dos livros digitais, que são disponibilizados por livrarias e editoras para consulta na *Web*, para suprir a ausência física do livro e estimular o interesse de leitores possíveis.

Os prefácios, consoante foi observado, apresentam em sua estrutura dois principais movimentos retóricos, quais sejam: *Apresentação do livro* e *Descrição das partes do livro*. Esses movimentos têm o intuito de levar o leitor a um conhecimento prévio acerca da estruturação e da organização da obra, constituindo-se um incentivo à continuidade da leitura. Apesar de essa estruturação perpassar a maioria dos prefácios, muitos apresentam, além desses, outros movimentos retóricos que enriquecem e corroboram a exposição e a apresentação da obra prefaciada.

Neste estudo, interessa-nos observar as características da movimentação retórica de prefácios de áreas distintas, no intuito de verificar as regularidades presentes no gênero que o caracterizam como tal, bem como as diferenças presentes nos mesmos, de acordo com a área específica.

3 Metodologia

Tomando como base para esta análise o trabalho de Carvalho (2005) a respeito do estudo da movimentação retórica de resenhas acadêmicas em inglês e português, a partir das regularidades presentes no *corpus*. Tal qual essa autora, partimos

do modelo teórico de análise de gêneros sob a perspectiva sociorretórica, de Swales (1990), a qual contempla a identificação dos movimentos retóricos (*moves*) e utilizamos, ainda, por base, a noção de gênero como ação social (MILLER, 2012), segundo a qual se devem observar entre outras, as regularidades presentes em um conjunto de textos representativos do mesmo gênero.

Dessa forma, este estudo apresenta uma análise contrastiva dos movimentos retóricos de prefácios da área de Química e Linguística, buscando identificar semelhanças e diferenças entre esses dois sistemas retóricos.

O *corpus* da pesquisa constitui-se de uma amostra de quatro prefácios, selecionados dentro de um conjunto de oito exemplares estudados, sendo dois da área de Química e dois da área de Linguística, todos apresentando como prefaciadores os próprios escritores dos respectivos livros. A escolha desse *corpus* deu-se a partir de observações feitas nesses dois sistemas retóricos que participam da mesma classificação *gênero prefácio*, mas que, no entanto, apresentam diferenças quanto à sua movimentação retórica, com destaque para algumas características, como a forma de abordagem feita pelo autor para com o leitor e o tratamento dado à disciplina objeto do livro.

A análise dos contrastes foi feita mediante a identificação e a descrição dos movimentos retóricos, com suas subfunções, seguindo-se à apresentação de exemplos comprobatórios retirados dos prefácios em estudo. Foram apresentados os movimentos retóricos comuns aos dois *corpora* e aqueles que os diferenciam.

Nomeamos para efeito de identificação na análise, os textos da seguinte forma:

Prefácios de Química: PQ1 – BALL, 2006 (Livro: *Físico-Química*); PQ2 – RUSSELL, 1994 (*Química Geral*).

Prefácios de Linguística: PL1 – BOUQUET, 2004 (*Introdução à leitura de Saussure*); PL2 – PERINI, 2001 (*Gramática descritiva do português*).

4 Análise dos movimentos retóricos dos prefácios

Os padrões de organização retórica dos dois pares de prefácios apresentaram, em comum, os três movimentos retóricos, a seguir: 1. *Apresentação e avaliação do livro*;

2. *Descrição das partes do livro*; e 3. *Agradecimentos*. No que concerne aos movimentos 1 e 2, percebemos a partir da análise, que estes mostram-se como fixos no corpo do gênero estudado, embora apresentem algumas características particulares.

Assim, os dois primeiros movimentos retóricos analisados apresentam algumas subfunções comunicativas que divergem de um sistema retórico para o outro, e o terceiro apresenta apenas uma subfunção. Seguindo o modelo de análise do padrão retórico das resenhas acadêmicas apresentado por Carvalho (2005), procedemos à análise das regularidades e dos contrastes presentes nos prefácios de Química (PQ) e prefácios de Linguística (PL), mediante os quadros abaixo, que resumem os movimentos retóricos 1, 2 e 3 mencionados, com as respectivas subfunções identificadas na configuração interna destes.

<i>Movimento retórico 1: Apresentação e avaliação do livro</i>	PQ1	PQ2
<i>Subfunção 1: Definindo o assunto ou tema do livro</i>	X	X
<i>Subfunção 2: Apresentando o objetivo do livro</i>	X	X
<i>Subfunção 3: Delimitando os potenciais leitores</i>	X	X
<i>Subfunção 4: Avaliando o livro</i>	X	X
<i>Subfunção 5: Relacionando a disciplina com outras áreas</i>	X	X
<i>Subfunção 6: Falando da divisão estrutural dos livros de Química em geral</i>	X	-
<i>Subfunção 7: Estimulando o aluno/leitor do livro</i>	X	X
<i>Subfunção 8: Criticando obras de outros autores</i>	X	-
<i>Movimento retórico 2: Descrição das partes do livro</i>	PQ1	PQ2
<i>Subfunção 1: Descrevendo a organização geral do livro</i>	X	X
<i>Subfunção 2: Especificando cada parte do livro</i>	-	X
<i>Movimento retórico 3: Agradecimentos</i>	X	X
<i>Subfunção 1: Agradecendo aos colaboradores</i>	X	X

Quadro 01: Padrão dos movimentos retóricos dos prefácios da área de Química

<i>Movimento retórico 1: Apresentação e avaliação do livro</i>	PL1	PL2
<i>Subfunção 1: Definindo o assunto ou tema do livro</i>	X	X
<i>Subfunção 2: Apresentando o objetivo do livro</i>	-	X
<i>Subfunção 3: Delimitando os potenciais leitores</i>	X	X
<i>Subfunção 4: Avaliando o livro</i>	X	X
<i>Movimento retórico 2: Descrição das partes do livro</i>	PL1	PL2
<i>Subfunção 1: Descrevendo a organização geral do livro</i>	X	X
<i>Subfunção 2: Especificando cada parte do livro</i>	-	X
<i>Movimento retórico 3: Agradecimentos</i>	X	X
<i>Subfunção 1: Agradecendo aos colaboradores</i>	X	X

Quadro 02: Padrão dos movimentos retóricos dos prefácios da área de Linguística

Podemos observar, a partir dos quadros, que há diferenças na configuração interna dos movimentos retóricos das duas áreas, em relação às subfunções identificadas. Em ambos identificamos como subfunções comuns dentro do movimento retórico 1. *Apresentação e avaliação do livro*, as subfunções que seguem: 1. *Definindo o assunto ou tema do livro*; 2. *Apresentando o objetivo do livro*; 3. *Delimitando os potenciais leitores* e 4. *Avaliando o livro*. As quatro subfunções que seguem foram identificadas somente na movimentação retórica dos prefácios da área de Química: 5. *Relacionando a disciplina com outras ciências*; 6. *Falando da divisão estrutural do livro*; 7. *Estimulando o aluno/ leitor do livro*; 8. *Criticando obras de outros autores*. A seguir expomos a análise de cada movimento retórico e suas respectivas subfunções.

O movimento retórico 1. *Apresentação e avaliação do livro* apresenta algumas subfunções e, por meio delas, o prefaciador-autor, ao apresentar seu livro, indica o(s) assuntos tratados, esclarece sobre seu tema e objetivo(s), identifica os potenciais leitores daquela área do saber. Nos prefácios de Química percebemos a realização do movimento retórico 1, a partir do qual os prefaciadores definem o assunto ou tema do livro (subfunção 1. *Definindo o assunto ou tema do livro*) logo no início do texto, de forma breve, como no texto PQ2, ou de forma detalhada, em vários parágrafos, discorrendo ao longo do texto, comentários em torno do assunto tratado, como no PQ1. Nos prefácios de Linguística, percebemos nos dois textos analisados a presença da subfunção 1. Tanto em PL1 como em PL2 a definição do assunto ou tema do livro ocorre logo no início do texto.

A subfunção 2. *Apresentando o objetivo do livro* diz respeito à apresentação do objetivo da obra, o que possibilita ao leitor ter uma ideia geral e selecioná-la também em função de seus objetivos com relação à procura por determinado assunto. Podemos perceber essa subfunção em todos os prefácios tomados para estudo, com exceção do PL1, situado no livro *Introdução à leitura de Saussure*, de Simon Bouquet. Os prefácios da área de Química apresentam essa subfunção de duas maneiras: no texto PQ1, o objetivo é apresentado em terceira pessoa do singular, enquanto no PQ2, o autor coloca o objetivo em primeira pessoa do singular, particularizando sua fala. A seguir, temos os fragmentos retirados dos *corpora*:

(01) “*Físico-Química* pretende ser um *livro-texto* para um curso de físico-química com duração de um ano, fundamentado em cálculo, para estudantes de ciência engenharia”. (PQ1 – BALL, 2006, p. 13).

(02) “Uma das minhas propostas principais ao escrever este livro-texto é narrar aos leitores aqueles aspectos da realidade física que são revelados pela química. Outra proposta é dar ao aluno uma medida de intuição química proveitosa”. (PQ2 – RUSSELL, 1994, p. 37).

Ainda a respeito da subfunção 2, nos prefácios da área de Linguística verificamos que os objetivos aparecem em primeira pessoa do singular em PL2, em que os autores expõem seus objetivos como se esses fossem propósitos não da obra e sim deles mesmos. No PL2 não se observou a marcação do objetivo da obra. Abaixo temos o exemplo:

(03) “Meu objetivo é contribuir para uma reorientação radical dos estudos de língua portuguesa: do exame das gramáticas para o exame dos fatos da língua – sem desprezar o exame das gramáticas, mas submetendo-as a uma crítica rigorosa”. (PL2 – PERINI, 2001, p. 05).

A subfunção 3. *Delimitando os potenciais leitores* desempenha o papel de direcionar a obra ou identificar o público leitor específico da mesma, por este fazer parte de uma comunidade discursiva particular que compartilha os mesmos interesses por esta área do conhecimento. Foi identificada a terceira subfunção em ambos os *corpora*. Detectamos nos prefácios da Química essa subfunção em PQ1, a partir da qual os prefaciadores identificam os leitores para os quais a obra direciona-se, limitando-a a professores da área e alunos matriculados no curso de Química. Todavia, no PQ2, observamos essa movimentação retórica nos próprios subitens do prefácio intitulados AO ALUNO e AO INSTRUTOR, trazendo instruções, tanto ao estudante de Química, quanto ao professor da disciplina. Com essa movimentação retórica, os prefaciadores indicam a obra àqueles que devem lê-la, por constituir um conhecimento específico da área. O exemplo a seguir traz a comprovação de PQ1:

(04) “Meu desejo é que tanto estudantes quanto professores apreciem este livro como um livro básico de físico-química”. (PQ1 – BALL, 2006, p. 04).

Nos prefácios da área de Linguística constatamos que foi feita a delimitação dos leitores a que a obra é direcionada, tanto em PL1 como em PL2. No PL1, de forma bastante sutil, o autor indica os potenciais leitores de sua obra, já no PL2, encontramos uma indicação de leitores mais específica e direcionada. Seguem os exemplos:

(05) “Além do interesse pedagógico notável que representa o acesso à letra autêntica do programa saussuriano para uma iniciação à ciência da linguagem das quais é objeto universalmente mais proposto aos estudantes”. (PL1 - BOUQUET, 2004, p.18).

(06) “A presente *Gramática* não tem a finalidade de ser utilizada nas salas de aula de primeiro ou segundo grau. Ao preparar o texto, pareceu-me indicado dirigir-me, em um primeiro momento, aos profissionais da área: professores de primeiro e segundo graus, alunos e professores dos cursos de Letras”. (PL2 – PERINI, 2002, p 16).

A subfunção 4. *Avaliando o livro* foi identificada PQ1 e PQ2. Essa subfunção tem caráter tanto informativo quanto de julgamento das obras prefaciadas. No PQ1, essa avaliação é feita de forma explícita, a partir da comparação com demais livros da área e realce das qualidades da obra em questão, em detrimento de outras. Já em PQ2, essa movimentação retórica é dada de forma mais sutil, com um tom mais elogioso do prefaciador em relação aos benefícios que o aluno obterá lendo o seu livro. Podemos ver isso claramente nos exemplos abaixo:

(07) “Ele deve ser utilizado em sua totalidade e não contém informações em excesso (como ocorre com outros livros de físico-química), que os cursos de graduação não abrangem”. (PQ1 – BALL, 2006, p.03).

(08) “O principal foco deste livro está nos conceitos básicos e fundamentais por meio dos quais os alunos podem crescer e obter êxito, tanto em cursos subsequentes de química como em outros campos e no desempenho de suas vidas”. (PQ2 – RUSSEL, 1994, p.37).

Nos prefácios de Linguística, da mesma forma, encontramos avaliação da obra nos exemplares PL1 e PL2, e esta avaliação aparece de maneira bastante sutil, sendo resumida a simples pontos de vista dos autores acerca de seus trabalhos. A seguir, temos os exemplos que comprovam:

(09) “Dissipar todos esses mal entendidos e, feito isso, permitir a releitura de Saussure em sua letra original não é, certamente, algo sem importância nos dias de hoje”. (PL1 - BOUQUET, 2004, p.18).

(10) “Esta *Gramática* deve ser entendida como uma contribuição para a reformulação do ensino gramatical entre nós”. (PL2 – PERINI, 2002, p. 16).

Conforme explica Swales (1990), além de um propósito comunicativo em comum, exemplares de um gênero exibem vários padrões de similaridade, em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público alvo. Nesse sentido, nos foi exequível reconhecer esses elementos supramencionados nos dois grupos de prefácios de áreas distintas, através da análise da movimentação retórica de ambos configurada nas subfunções acima identificadas, fazendo-os, assim, serem reconhecidos como protótipos dessa tipologia de gênero, o prefácio.

As subfunções que seguem, 5, 6, 7 e 8, apresentadas nos próximos parágrafos, foram encontradas somente nos prefácios da área da Química, conforme vemos no quadro 1. A partir da subfunção 5. *Relacionando a disciplina com outras áreas*, os prefaciadores fazem uma abordagem sobre a relação que a Química mantém com outras disciplinas, como a Matemática, por exemplo, em que uma pode auxiliar no processo de aprendizagem da outra. Acreditamos que, ressaltando essa relação, o autor intenta demonstrar que a disciplina Química tem uma considerável relevância, pois tem seus conhecimentos apropriados por outras áreas e isso implicará na aprendizagem de todas essas disciplinas que estão relacionadas e com tais considerações enfatiza a importância da interdisciplinaridade. Vejamos os exemplos:

(11) “Muitos instrutores e muitos livros, às vezes, podem pressupor demasiada expectativa a respeito das habilidades matemáticas dos estudantes e, conseqüentemente, muitos estudantes falham não porque não sabem química, mas porque não conseguem acompanhar a matemática”. (PQ1 – BALL, 2006, p. 3).

(12) “Os alunos se inscrevem em um típico curso de química geral, formando um grupo heterogêneo. Seus conhecimentos em ciência e matemática, suas leituras de compreensão, seus hábitos de estudos e suas motivações variam grandemente”. (PQ2 – RUSSELL, 1994, p.37).

Demonstrando a relação existente entre a Química e outras disciplinas, o autor-prefaciador intenciona despertar o interesse do aluno para o estudo da disciplina e levá-lo a perceber tais relações. Essa subfunção do movimento retórico 1 foi verificada no PQ1 acima, no segundo parágrafo, de forma bastante explícita. No PQ2 ocorreu de forma mais breve e com menor ênfase.

Nessa análise, observamos também nos prefácios da área da Química a subfunção 6. *Falando da divisão estrutural dos livros de Química em geral*, do primeiro movimento retórico, segundo a qual os prefaciadores citam a forma de organização das partes nas quais os livros de Química são geralmente subdivididos. O discurso apresentado pelos prefaciadores revela uma crítica à forma como os demais autores dividem os estudos de Química, que restringem os conhecimentos da área, e pode representar também uma tentativa de provocar o interesse pelo seu livro em detrimento de outros. Essa subfunção foi identificada apenas no PQ1, em que verificamos essa ocorrência no quinto parágrafo, de forma objetiva e breve, iniciando uma parte do texto que a compara à divisão que é feita no referido livro, como podemos constatar no exemplo:

(13) “A maioria dos livros de físico-química segue uma fórmula para cobrir os tópicos principais: 1/3 de termodinâmica, 1/3 de mecânica quântica e 1/3 de termodinâmica estatística, cinética e vários outros tópicos”. (PQ1 – BALL, 2006, p. 03).

A outra subfunção identificada somente nos prefácios da área da Química foi 7. *Estimulando o aluno/ leitor do livro*. Com essa subfunção, os autores manifestam um discurso de estimulação aos alunos enquanto estudantes dessa área. A ocorrência dessa subfunção pode ser justificada em função da área de estudos ser considerada pela comunidade acadêmica e pela comunidade em geral como sendo de difícil compreensão. Essa interpretação está de acordo com a postulação de Bhatia (1994), segundo a qual, as diferenças observadas nos movimentos retóricos decorrem de diferenças específicas dos contextos comunicativos de cada sistema retórico e, nesse caso, a área de Química distingue-se da área de Linguística.

E, através dessa interação autor-leitor, é legitimada a importância desse saber científico, bem como a necessidade de os acadêmicos estudarem para que possam apreender esses conhecimentos úteis às suas vidas e estarem inseridos no mundo

científico. Verificamos, pois, em PQ1 e P24 essa realização. Seguimos abaixo com os fragmentos que apresentam tal observação:

(14) “Estudantes: um curso com duração de um ano, vocês podem estudar *todo* o livro; e certamente são capazes disso”. (PQ1 – BALL, 2006, p.04).

(15) “A química não se move tão rápido, porém seus conceitos tendem a estabelecer conceitos prévios, e, caso fique muito para trás, você se perderá. A recuperação pode ser muito difícil. Não desanime!”. (PQ2 – RUSSELL, 1994, p. 36).

Observamos, ainda, nos prefácios de Química a subfunção 8. *Criticando obras de outros autores*, e nesta, os prefaciadores fazem um apanhado da forma como os livros de Química de outros autores estão organizados de acordo com conteúdos e visando determinados objetivos, criticando essa forma de organização, por limitar a aprendizagem dos alunos e priorizar assuntos que não são considerados, para os prefaciadores, como relevantes. Com essa forma de discurso, o autor intenciona convencer o leitor de que seu livro é de mais fácil compreensão, já que os outros aos quais eles têm acesso são complexos, e tenta ganhar adeptos à sua leitura, ao discurso de suas ideias sobre os conhecimentos da área. Essa subfunção foi detectada somente em PQ1. A seguir, apresentamos um fragmento do texto que comprova o que foi dito:

(16) “Muitos livros contêm tantas informações que afugentam os estudantes. Muitos deles são ótimos livros – como fonte de consulta, na estante de um professor, ou para um aluno estudar para os exames de pós-graduação. Mas e para os alunos de graduação em química ou em engenharia química estudando físico-química pela primeira vez? É muito complexo?”. (PQ1 – BALL, 2006, p. 03).

O movimento retórico 2. *Descrevendo as partes do livro*, faz a apresentação da estrutura do livro, utilizando as subfunções apresentadas nos quadros, referentes aos dois *corpora*. Esse movimento retórico revela a importância de apresentar previamente a estrutura do livro ao leitor, para que este possa conhecer os assuntos dos quais trata o livro e, posteriormente, interessar-se por sua leitura. Nos prefácios de Química observamos a realização deste movimento retórico de formas distintas. No PQ1, o autor faz a apresentação das partes do livro, utilizando a primeira subfunção (Quadro 1) que especifica o assunto de cada parte do livro, seguida da segunda subfunção que detalha cada uma dessas partes a partir da explicação dos capítulos. E no PQ2 o prefaciador faz

a apresentação detalhada da organização geral do livro (subfunção 1), direcionando a fala para o aluno e depois para o professor, comentando cada sessão que compõe o livro e, em seguida, faz a descrição minuciosa do que será trabalhado em cada capítulo (subfunção 2).

Nos livros de Linguística também constatamos a presença da subfunção 1 nos exemplares PL1 e PL2. Como a própria denominação da subfunção diz, nos dois prefácios em que foi possível constatar essa descrição, os autores, de maneira sucinta e genérica, descrevem a organização do manual. A especificação do assunto de cada parte do livro (subfunção 2), aparece apenas em PL2.

O movimento retórico 3. *Agradecimentos*, a partir da subfunção 1. *Agradecendo aos colaboradores*, consiste numa ação segundo a qual os prefaciadores agradecem às pessoas que colaboraram para a produção do livro. Esse movimento caracteriza o reconhecimento, por parte, do autor, de que a concretização da obra só foi possível a partir dessa colaboração de todos. Quanto aos prefácios de Química, esse movimento foi observado nos PQ1 e PQ2. No PQ1 o autor dedicou uma página completa para esse movimento e agradeceu de forma individualizada a cada colaborador (alunos, professores, editores, revisores etc.). E no PQ2 o autor utiliza-se de um hipertexto para realizar esse movimento, intitulando-o *Agradecimentos*, o qual não é parte constitutiva do prefácio, mas poderá ser consultado pelo aluno em outra página.

Na análise que fizemos dos livros de Linguística também foi possível detectarmos a presença do movimento retórico 3. Constatamos esse movimento nos dois prefácios tomados para análise, PL1 e PL2. O PL1 apresenta uma particularidade interessante, em que o autor faz seus agradecimentos em nota de rodapé, não fazendo esse item parte do corpo do texto do prefácio. No PL2, por sua vez, o autor faz seus agradecimentos ao final do texto, utilizando para isso três parágrafos.

Reafirmando o que nos tem exposto Swales (1990), um gênero comporta uma classe de eventos comunicativos, assim como os movimentos retóricos dos prefácios estudados, em que os membros compartilham um conjunto de objetivos comunicativos comuns. E esses objetivos compartilhados são reconhecidos pelos membros particulares da comunidade que o gerou e, por isso, constituem a razão do gênero.

Consideramos, então, que “o propósito comunicativo do gênero é concomitantemente um critério privilegiado e um critério que opera no sentido de assegurar seu âmbito de ação, aqui concebido como estritamente focado numa ação retórica similar” (SWALES, 1990, p. 45). Assim, de maneira geral, a configuração retórica dos dois grupos de prefácios apresentam essa ação retórica similar, distinguindo-se, apenas, em alguns movimentos particulares, em função daquilo que é compartilhado pela comunidade acadêmica de cada área de estudos, sem contudo, afetar ou alterar o esquema discursivo próprio do gênero “prefácio”.

5 Considerações finais

Os prefácios, conforme observamos em pesquisas até agora, apresentam em sua configuração dois principais movimentos retóricos, que são *Apresentação do livro* e *Descrição das partes do livro*. Um terceiro movimento retórico também pode ser observado, que é aquele que se refere aos *Agradecimentos*, como vimos na análise aqui apresentada.

Adotando a metodologia de estudo da retórica contrastiva, como apresentada por Carvalho (2005), podemos observar divergências na movimentação retórica dos prefácios das áreas de Química e de Linguística. Primeiramente, os prefácios de Química apresentaram algumas subfunções que não são percebidas nos prefácios de Linguagem, como: 5. *Relacionando a disciplina com outras áreas*, 6. *Falando da divisão estrutural dos livros de Química em geral*, 7. *Estimulando o aluno/leitor do livro* e 8. *Criticando obras de outros autores*. Essa observação requer atenção especial, podendo ser analisada com mais profundidade em estudos posteriores.

Esses movimentos que diferenciam os dois sistemas retóricos mostrados nos quadros do item 3, podem dar-se em função da disciplina Química mostrar-se, diante da comunidade acadêmica em geral, como uma disciplina de elevado grau de dificuldade. Outra explicação que supomos justificar essa diferença constatada nos movimentos retóricos é a necessidade que os prefaciadores sentem, enquanto professores e, conseqüentemente, autores dos livros, de apresentarem uma obra de fácil entendimento, que possa despertar o interesse e sanar as dificuldades dos acadêmicos e dos professores.

É, portanto, para mostrar a superioridade (no sentido didático) de seu livro em detrimento de outros já publicados na área, que os prefaciadores depreciam outros autores e obras.

É importante observar, ainda, as formas como o movimento retórico 3. *Agradecimentos* apresentou-se. Nos prefácios de Química observaram-se agradecimentos individualizados, com dedicação de página inteira e por indicação de hipertexto que guiaria o leitor a outra página, e nos prefácios de linguagem observou-se a menção dos agradecimentos dentro do texto e também em nota de rodapé.

Nesse estudo contrastivo apresentamos apenas alguns dos movimentos retóricos que podem ser observados na configuração dos prefácios, com destaque para aqueles manifestados a partir das subfunções identificadas no movimento maior que os diferenciam. Contudo, uma análise mais criteriosa poderá identificar também outros movimentos retóricos que estruturam o gênero prefácio escrito por autores de áreas distintas, como também o seria em prefácios escritos por autores que não são os próprios escritores dos livros, assim como o desempenho regular ou cíclico desses movimentos.

A partir dessa análise, demonstramos, então, que os gêneros enquanto ação social apresentam regularidades que os caracterizam como uma tipologia, mas em virtude de realizarem-se em interações sociais, com a participação de indivíduos com objetivos próprios, atenderem a públicos diferentes, exercerem papéis e funções distintas, podendo apresentar contrastes dentro de sua própria classe.

Referências

ARAUJO, Antonia Dilamar. Uma análise da organização discursiva de ‘resumos’ na área de educação. **Revista do GELNE**, vol. 1, n° 1, p. 26-30, 1999.

BHATIA, Vijak K. *Language and professional settings*. New York: Longman, 1994.

_____. **Análise de gêneros hoje**. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. *Revista de Letras*, vol. 1/2, n. 23, p. 102-115, jan/dez, 2001.

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos**. 2009. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

_____. **Gêneros introdutórios digitais**: apresentando livros na Internet. V SIGET (simpósio internacional de estudos de gêneros textuais: o ensino em foco), 5. ed., 2009, Caxias do Sul – RS. Anais, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2009. p. 1-14.

_____. Gêneros introdutórios em ambiente virtual: uma (re)análise dos propósitos comunicativos. **Ling(Dis)curso**. Palhoça, SC, vol. 9, n. 3, p. 463-476. set./dez. 2009.

CARVALHO, Gisele de. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. 130-149. In: MEURER, J. L. BONINI et al. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

DEVITT, A mmy J. **Writhing genres**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004. 345 p.

DIMAS, A et al. (Orgs.). **Reinventar o Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. 2003. A questão do suporte dos gêneros textuais. **DLCV: Língua, Linguística e Literatura**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9-40.

MILLER, Carolyn R. **Gênero textual, agência e tecnologia**. Tradução de Judith Hoffnagel. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela R. Uma análise transdisciplinar do gênero abstract, **Revista Intercâmbio**, Vol. VII, p. 125-134, 1998.

SWALES, J. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Swales, J. (2004). **Research genres: Explorations and applications**. New York, NY: Cambridge University Press.

FORMA E FUNÇÃO: UMA ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO DO GÊNERO EDITORIAL NAS REVISTAS *MUNDO ESTRANHO* E *SUPER INTERESSANTE*

Felipe de Sousa Jacob*

RESUMO: Os gêneros textuais são efetivações de enunciados em situações de uso com certa regularidade. E na tipologia dos gêneros, o editorial é um dos mais curiosos por funcionarem no meio jornalístico como expositores de posicionamento acerca de determinado assunto e demarcarem a identidade editorial da revista. Desta forma, o presente artigo pretende, na perspectiva de Miller (2012), Bakhtin (2003), Bhatia (1997), Carvalho (2005), Martins (2008), explorar o gênero através das categorias de análise delimitadas como: função comunicativa, parâmetro de situação social, estilo e a interação com o público leitor. Ou seja, o intuito da pesquisa é observar e caracterizar o comportamento do editorial nas revistas *Mundo Estranho* e *Super Interessante*, pertencentes ao Grupo *Abril* e estabelecer uma análise comparativa entre as categorias e verificar de que maneiras se dá a interação da instituição-revista com leitor-consumidor.

PALAVRAS – CHAVE: Gênero. Editorial. Regularidade. Comparação. Interação

ABSTRACT: The genres are functionings of statements in use situations on a regular basis . And in the typology of genres , the editorial is one of the most curious to work in the journalistic means as positioning exhibitors about certain subject and demarcate the journal's editorial identity. Thus, this paper aims at Miller's perspective (2012) Miller (2012), Bakhtin (2003), Bhatia (1997), Carvalho (2005), Martins (2008), explore the genre through the categories of analysis defined as: communicative function , social status parameter, style and interaction with the reading public . That is, the research purpose is to observe and characterize the editorial behavior in magazines *Mundo Estranho* and *Super Interessante*, belonging to the *Abril* Group and stablish a comparative analysis between the categories and see the ways in which occurs the interaction of institution - magazine with reader - consumer.

KEYWORDS : Genre. Editorial . Regularity. Comparison. Interaction

1 INTRODUÇÃO

O uso efetivo da língua, segundo Bakhtin (2003), se dá através de enunciados. Esses enunciados são definidos como eventos únicos de representação e refletores de atividades da comunicação humana. Os enunciados são efetuações do emprego do sistema linguístico e representam qualidades específicas do ato de enunciar com uma finalidade

* Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduado em Letras- Português pela mesma instituição. E-mail: felipesjacob@gmail.com

comunicativa marcada. Não só pelo conteúdo, como pela situação ou mesmo pelas escolhas lexicais e gramaticais que a língua oferece.

Quando estes enunciados de acontecimento único passam a apresentar regularidades demarcadas em situações mais ou menos parecidas, seja pelo conteúdo temático que apresentam, pelo estilo que utilizam e pela estrutura composicional são denominados “gêneros do discurso”. Os gêneros do discurso, segundo Bakhtin (2003), são definidos como enunciados dinâmicos que apresentam, em determinado campo de utilização, relativa estabilidade.

Os gêneros, por serem uma representação da atividade humana de comunicação, são detentores de inexauríveis possibilidades composicionais, visto que as possibilidades de produção são tão crescentes quanto a produção de novos enunciados para novas situações de uso. Esses elementos detentores de certa estabilidade têm crescido de forma considerável no ambiente linguístico através do desenvolvimento de áreas discursivas variadas.

É nesse sentido que pretendemos, no presente artigo, abordar a perspectiva analítica comparativa no gênero editorial atuando em uma visão comparativa entre duas revistas pertencentes a uma mesma editora, na intenção de perceber de que maneira esse gênero se comporta de acordo com o público leitor a que se destina, bem como observar as categorias mais comuns ao gênero.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1 A CLASSIFICAÇÃO DE GÊNERO SEGUNDO MILLER (2012)

Os gêneros retóricos são definidos, segundo Miller (2012) através de semelhanças de formas discursivas, de audiências e de situações retóricas. Muitos teóricos criticam essa abordagem por acreditarem que esse tipo de análise provoca uma determinação muito formalista e conseqüentemente uma taxonomia que eles consideram como inúteis. E, apesar de receber inúmeras críticas por isso, Miller (2012), baseando-se em Patton (1975) e Conley (1979), crê, ainda que com ele não concorde muito, que “a classificação é necessária à linguagem e à aprendizagem” (2012, p.22) . Desta forma,

Miller argumenta que uma definição de gênero apropriada é aquela que se baseia não só na forma ou na substância, mas na ação social que determinado gênero exerce para a sua realização.

Com o desenvolvimento dos estudos linguísticos, muitas inquietações sobre o estudo dos gêneros surgiram e é nelas que as análises de gênero têm ganhado espaço, sobretudo através da vertente do gênero como uma ação social, defendida por Carolyn Miller (2012) e seguida por muitos estudiosos da área.

A tendência de análise de Miller (2012) é uma das mais trabalhadas nos estudos de gênero, por ser uma abordagem que contempla os usos sociais e os papéis que exercem para sua definição como tal. Bem como formam um viés teórico mais próximo à materialização do discurso como representação de usos linguísticos.

A classificação do gênero como uma reunião de vários enunciados que mantém uma conexão direta de recorrência, segundo Miller (2012), é baseada na disposição dos discursos em diversas classes. Estas são agrupadas através das semelhanças que possuem e também apreciam a perspectiva de compreensão que provoca nos usuários do gênero. Ou seja, os usuários devem estar cientes da importância do discurso que estão empregando ao utilizarem determinados gêneros e em que situações estes devem ser empregados em vez de outros.

A categorização dos gêneros, segundo Miller (2012), aplica sua abordagem a partir da perspectiva semiótica, por levar em conta princípios substanciais, formais ou mesmo de uso discursivo, pois segundo a autora a classificação de um gênero deve partir da representação da ação humana de uso ligada ao contexto situacional em que o enunciado se efetiva e não somente à forma que determinado gênero pode apresentar.

Uma discussão é traçada acerca das noções de Motivo e Situação. Estas expressões são postas às vistas por Miller (2012) através das fundamentações de Kenneth Burke (1969) e de Campbell e Jamieson (1982)²⁰ para assim levar em conta os atos

²⁰ Os autores Patton (1975), Conley (1979), Campbell e Jamieson (1982) e Bitzer (1968) são precursores de Miller (2012) e tratam sobre as noções de gênero e o hibridismo retórico. A exemplificação é feita para expor não somente as discussões da autora até a concretização à teoria do gênero como um objeto de ação

retóricos como um arranjo de formas reconhecíveis e detentoras de dinâmica interior. Fundamentando ainda mais as explicações sobre os gêneros através das reflexões importadas das autoras supracitadas, bem como da relação situação e discurso instituídos por Bitzer (1968) através da rotulação de situação retórica, e a conceituando como relações pessoais que remetem à “exigência”. Além de pontuar a ideia de “situação recorrente” como uma observação desejável para a análise dos gêneros, apesar de não aplicar o próprio termo.

Ainda no viés instituído por Campbell e Jamieson (1982), Miller (2012) expõe que o método apresentado pelas autoras cumpre com a prerrogativa relevante quanto à prática discursiva, pois verifica que os gêneros são, na verdade, retornos às situações de demanda através de traços formais que se adequam a uma situação específica. Ou seja, “o gênero, dessa maneira, torna-se mais que uma entidade formal, ele se torna pragmático [...] um aspecto da ação social” (2012, p.24).

Sendo assim, a crítica maior feita é a de classificação e delimitação dos gêneros, visto que estes itens do discurso são frutos situacionais e que, assim, o seu uso irá sempre constituir um número cada vez maior de gêneros, tornando ao analista cada vez mais complicado enumerar e nomear todos os gêneros que são criados. No entanto, eles são nomeados, visto que as situações de uso serão as detentoras das tarefas de denominação.

2.2 A CONTRIBUIÇÃO DE RECORRÊNCIA DE CARVALHO (2005) COMO ANÁLISE

Ainda na ideia de gênero como ação social, surge uma abordagem de análise de Bazerman (1994) que, segundo Carvalho (2005), trabalha com a ideia de regularidade nas situações recorrentes que configurariam os gêneros. Essas regularidades tratariam dos aspectos de recorrência na forma, no conteúdo, intenção de enunciar ou situação enunciativa em que se apresenta. E sustentam os gêneros com determinados rótulos por

social. As noções puras de que tratam esses autores não serão aprofundadas neste trabalho, por não fazerem parte da abordagem que pretendemos empreender.

proporcionarem um reconhecimento pelos usuários da língua para determinados âmbitos de usos destes em situações específicas. Quer dizer, os gêneros são rotulados através da recorrência e permitem ao usuário da língua os identificarem e utilizarem para o fim que lhe é atribuído através de um reconhecimento coletivo. Então, sendo eles recorrentes é possível estabelecer semelhanças na manifestação dos gêneros, apesar de o suporte em que estejam sendo apresentados se diferenciem, pois o que irá conformá-los é o reconhecimento dos usuários.

2.3 A REGULARIDADE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: OS PROPÓSITOS COMUNICATIVOS

Adentrando ainda mais na perspectiva da regularidade tem-se como categoria de análise e identificação dos gêneros os propósitos comunicativos. Segundo Swales (1990), os propósitos comunicativos seriam critérios operadores de um gênero e permitem a validação e definição dos gêneros que são utilizados em determinadas esferas comunicativas. E no caso dos editoriais, objeto da nossa análise, teríamos um gênero que se constitui dentro da esfera jornalística e de caráter opinativo-institucional. Além disso, ainda segundo o autor, esses elementos funcionariam como uma espécie de proteção a quaisquer tipos de análise apoiadas apenas em aspectos de percepção simplista e de certa forma preestabelecida.

2.4 O ESTILO, A CRIATIVIDADE E A INTERAÇÃO

Uma categoria de análise que merece ser mencionada e abordada por servir de base para a delimitação do gênero em uma visão particular e direcionada a um propósito ou função específica de uso é o estilo. Esta categoria, segundo Guiraud In: Martins (2008, p.19), “é o aspecto do enunciado que resulta de uma escolha dos meios de expressão, determinada pela natureza e pelas intenções do indivíduo que fala ou escreve”. Ou seja, seriam as escolhas que o produtor do editorial faz com intenções de atrair ou mesmo de estabelecer vínculos entre a pessoa jurídica da revista e a pessoa física do leitor.

Essa categoria é bastante trabalhada, pois funciona como um fator definidor de caráter de escrita que encontra – se adaptado ao público a que se direciona, bem como

da política editorial e linguística que será adotada nos outros segmentos de escrita no decorrer da publicação.

Complementando essas perspectivas teóricas, nos fundaremos também nas percepções de Bhatia (1997[2001]) que além de trabalhar com as abordagens dos tipos de ações retóricas, das regularidades e com os propósitos comunicativos, traz três abordagens que auxiliam a perspectiva analítica: o conhecimento convencionalizado, que é a integridade que cada gênero possui, no nosso caso seria o editorial como um veículo direto de comunicação entre a revista e o leitor; a versatilidade, que seria a descrição do gênero em seu comportamento em ação efetiva de uso; e a tendência à inovação, que permeia a natureza dinâmica que o gênero possui em sua especificidade em diferentes situações de uso ou mesmo em seu aspecto de tratamento pelo usuário. E, segundo Bhatia (1997 [2001]), esses gêneros estão adequados e situados por simularem, respostas às situações retóricas detentoras de certa similaridade determinada pela comunidade discursiva.

3 METODOLOGIA

Sobre o corpus que será analisado, temos os editoriais das revistas da Editora Abril: *Mundo Estranho* e *Super interessante*. Utilizaremos o total de treze editoriais, sendo 7 da *Mundo Estranho* e 6 da *Super*. A escolha destes editoriais ocorreu pelo fato de a revista *Mundo Estranho* ter originado da revista *Super Interessante*, pois a primeira surgiu como um caderno especial da *Super* e, devido ao seu grande sucesso, emancipou-se.

A nossa inquietação está na comparação destes editoriais com o intuito de perceber as regularidades entre estas produções escritas, bem como as diferenças na configuração de conteúdo ou mesmo estrutural. Quanto à escolha dos editoriais a serem analisados, consideramos verificar: os textos publicados dentro do período de no máximo um ano de publicação, nos detendo nas numerações entre os meses de Novembro de 2012 e junho de 2013; a peculiaridade dos textos no trato com o público leitor, como o acesso que tínhamos às publicações através de assinatura mensal. Essa escolha, de certa forma, é válida pelo fato de percebermos que a análise se dará pela verificação das categorias de análise instituídas por Bhatia (2008), Miller (2012), entre outros, e sua percepção de

análise na esfera jornalística, apesar de o gênero discutido ser diferente do que normalmente é abordado por esses autores nas análises.

As categorias que serão abordadas para análise são: as funções comunicativas em ação no gênero, os parâmetros de situação social, o estilo e a construção do interlocutor em consonância com o público leitor. Sendo como critério de classificação a perspectiva da recorrência dentre as duas revistas e as numerações que publicam e a estrutura²¹ a ser apresentada, por percebermos que essas características são essenciais na definição dos objetos que analisaremos.

Desta forma, na revista *Mundo Estranho* serão analisados os editoriais (sob o rótulo *Ao Leitor*) das edições: 131,132,133,134,139,140 e 141. E da revista *Super Interessante* serão analisados os editoriais (sob o rótulo *Escuta*) das edições: 314,315,316,317,319,320

4 ANÁLISE DOS DADOS:

Antes de trabalharmos com a análise de fato dos editoriais das duas revistas, é interessante termos algumas informações sobre elas, principalmente àquelas repassadas por órgãos da mesma editora as quais elas pertencem, no caso o site Publiabril. E para esse órgão da Editora a Revista *Mundo Estranho* é considerada:

“A única revista para garotos do país. Irreverente, divertida e com uma linguagem visual forte, nasceu como um filhote da Superinteressante, especialmente voltada para aqueles leitores que queriam mais **curiosidades**. Com uma leitura rápida, clara e objetiva, tratando assuntos complexos de maneira **simples e divertida**, atraiu uma faixa de leitores mais jovens. Mundo Estranho **instiga** o adolescente que busca **conhecimento geral**, tornando-se uma ponte entre as revistas infantis e as adultas.”
(www.publiabril.com.br/marcas/mundoestranho/)

²¹Compreendemos que um gênero deve-se levar em conta, em principal, a ação social que o gênero textual ou do discurso exercem, no entanto, as considerações sobre a estrutura nesse viés de análise serão importante, pois a estrutura contribui para o desempenho da ação social. E segundo Miller (2012) “To return, then, to the idea of genre as social action, rhetorical studies has tended to highlight two dimensions of genre, the intention/exigence dimension and the form/substance dimension, with genre somehow mediating these polarities” (p. 67)

E a própria revista Super interessante se considera:

“a maior revista jovem do País. Ela inova nas pautas com abordagens criativas para os temas que todos estão discutindo e antecipa tendências, contando para o leitor, em primeiríssima mão, aquilo que vem por aí. Superinteressante é a revista essencial para entender este mundo complicado em que vivemos, ajudando a separar a verdade do mito, o importante do irrelevante, o novo do velho – tudo de forma surpreendente, provocativa e ousada.” (www.publiabril.com.br/44)

4.1.PROPÓSITOS COMUNICATIVOS:

4.1.1 A AUTOPROMOÇÃO NOS EDITORIAIS

O propósito da autopromoção foi um critério bastante recorrente nos editoriais tanto da ME, quanto da Super. As publicações, representadas pela pessoa dos diretores de redação, utilizam desse recurso de autopromoção de maneira desmedida. Cremos que essa utilização seria uma maneira encontrada pelas revistas, pertencentes ao mesmo grupo de publicação, de intensificar uma propaganda de si mesmas e dos produtos inerentes à revista ou mesmo um autoelogio. A seguir verificamos alguns exemplos de autopromoção utilizados nas duas revistas:

Exemplos referentes à revista Mundo Estranho :

1. *“A edição de abril, A Disney que Ninguém Vê, é a que mais circulou em 11 anos de Mundo Estranho. Foram 144.323 exemplares.” Ed.141*

Na afirmação acima, percebe-se que a edição da revista que está mencionada foi tão bem aceita pelo público-leitor que foi considerada a mais vendida da história da revista, denotando qualidade em suas reportagens, expressa em números através da venda de uma de suas edições.

2. *“[...] Foi dele também a palavra final que deu à ME o troféu de Revista do Ano no Prêmio Abril de Jornalismo em 2011.” Ed. 140.*

A declaração acima demonstra mais uma vez como a revista se autopromove, denotando seu reconhecimento através da premiação em que é contemplada. Ao Valorizar, também, a integração entre as esferas maiores do Grupo Abril com a direção editorial da revista (o “ele” aí representado seria o Editor Geral do Grupo Abril, Roberto Cívita, falecido no mês de publicação da revista) para a conquista deste prêmio.

3. *“E, seguindo o nosso ritual mensal, está nas bancas nosso novo especial: A volta ao mundo em 260 burradas. “Ed,139*

Acima percebemos mais uma promoção de um dos produtos pertencentes à marca *Mundo Estranho*. Denotando, mais uma vez, a visão já defendida sobre esse propósito comunicativo a que o editorial se prontifica. Como também ao fato de que essa propaganda seria uma situação recorrente no gênero editorial que a revista veicula em sua publicação mensal, confirmamos essa possibilidade através do enunciado “seguindo o nosso ritual mensal”.

4. *“Em 2012, publicamos 14 edições (duas em julho e duas em dezembro). Nossa produção de especial subiu de três para dez. Resumindo: o volume de circulação das revistas com o título Mundo Estranho cresceu 24% entre os anos 2011 e 2012.” Ed. 134*

O fragmento acima mostra mais uma representação de autopromoção a que a revista *Mundo estranho* se propõe, visto que há uma comparação entre aumento de especiais, bem como o aumento na circulação dos produtos em um espaço de tempo tão curto, comprovando isso com um uso de números estatísticos.

Exemplos da revista *Super Interessante* que confirmam a ideia de autopromoção:

- 1 *“Com uma reportagem criativa e inédita [...], um infográfico revelador [...] e uma edição primorosa [...]. Garanto que é uma matéria diferente de tudo que você já leu. Ed.320*

No fragmento acima podemos destacar a efetivação do recurso de autopromoção. O que se confirma através do uso de adjetivos como qualificadores dos elementos que, pertencem a uma das reportagens da revista e que funcionam como um vangloriar de sua própria produção editorial. Bem como a declaração de que a matéria produzida pela *Super* será um diferencial para quem lê.

- 2 *“Ficamos orgulhosos quando a equipe do TED nos convidou para trabalharmos juntos num projeto. [...] É a primeira vez que o TED faz uma colaboração deste tipo com uma revista, ‘e estamos adorando começar com uma publicação brasileira’, diz Deron Triff, do escritório nova-iorquino do TED. Ed.319*

Na declaração acima, temos mais uma demonstração de autopromoção da publicação, pois ela se orgulha de ter sido convidada para ser a primeira revista a trabalhar em um projeto com a Equipe do TED (uma famosa fundação sem fins lucrativos que promove conferências de divulgação de ideias ligadas à tecnologia e a aspectos ligados a ciência e cultura).

E, o que confirma esse recurso de autopromoção é o fato de a empresa utilizar-se da fala de um representante da organização como fundamentação do que está sendo divulgado, como também enaltecendo a imagem da Super.

- 3 *“Já somos a maior revista mensal da Abril, temos a marca mais amada entre todas as revistas do País e somos um dos veículos publicitários mais admirados.” Ed.134*

No enunciado acima, a autopromoção se manifesta de forma clara e explícita, pois agora a revista faz afirmações de impacto e confiança como: “a maior revista”, “a mais amada entre todas as revistas do país”, “um dos veículos publicitários mais admirados”, o que configura uma promoção de que seus produtos, no caso as reportagens que produz são tão boas que eles não se incomodam em se autovangloriar.

4.1.2 TRATANDO DO ASSUNTO DA REVISTA

Outro propósito que encontramos na análise dos editoriais foi o que mais comumente é encontrado nos textos jornalísticos, que é o de discussão sobre o assunto mais importante a ser tratado na revista, normalmente se trata da reportagem de capa.

Tratando de assuntos a serem tratados na revista Mundo Estranho:

- 1 *“Boa sorte, tá? Agora vamos falar da edição atual. Do mesmo jeito que tem música-chiclete, tem piada-chiclete. E todas as vezes que eu pensava na reportagem de capa desta edição, me lembrava do Didi Mocó repetindo: “Eu vou popotizar você! Ele queria, claro, hipnotizar alguém. Pois bem: também vou hipnotizar você” Ed.131.*

A edição 131 da Mundo Estranho tem como assunto principal a Hipnose e todas as prerrogativas que remetem ao controle da mente, fala também de elementos que configurem algum tipo de influência mental. Por isso, o interessante a observar como propósito é a maneira como o assunto é tratado no decorrer do editorial, como no exemplo acima, de forma lúdica e cômica (observável não só no uso da transcrição da fala de Didi Mocó, como na questão mais simplificada da linguagem para um melhor entendimento, que se adequa ao público a que se direciona).

- 2 *“E, para não dizer que deixei de falar da edição da revista, fica aqui uma história. A P&R sobre os oito imortais, página 36, foi fruto da insistência do leitor Pedro Lemos Ferreira, de Contagem (MG).” Ed. 141*

No fragmento acima, é possível observar essa exposição sobre o assunto a ser tratado na revista, no entanto ela não aprofunda muito, como normalmente faz em outras edições, e conseqüentemente se espera, pois outros assuntos foram tratados e o foco, e confirmamos nossa impressão ao vermos a declaração “para não dizer que deixei de falar da edição da revista”, não se aplica efetivamente em falar da revista, mas sim de manter uma relação entre a revista e o leitor demarcada pela exposição da motivação do assunto tratado na edição da revista. Percebemos, também, que a relação leitor e revista é bem estreita, mas trataremos disso mais à frente.

A seguir teremos alguns exemplos de editoriais que abordam de assuntos a serem tratados na *Super Interessante*:

- 3 “Esta edição fala muito sobre esse assunto: o valor das coisas. É esse o tema central da reportagem de capa. [...] Você vai ver que o governo tem culpa, assim como as empresas e sua alma monopolista. Ed.317

O excerto do editorial inicia com uma conversa breve e interativa do editor com o leitor. A partir desse mote, o assunto é introduzido de maneira bem tímida, inicialmente tratando dos custos que se tem ao comprar a revista, fazendo, inclusive, uma autocrítica e ao seguido de um agradecimento ao leitor por acreditar no produto adquirido. Em seguida, o editor trata do assunto diretamente falando sobre o assunto de capa e desperta curiosidade no leitor ao fazer afirmações que permeiam o pensamento comum a todos os que se indignam com os preços dos produtos de consumo.

- 4 “É sobre isso a matéria de capa desta edição, que começa na página 38.” ed.320

A edição a que esse fragmento se refere é a que fala sobre a questão política do Brasil. O diretor de redação inicia seu texto com a argumentação sobre o mundo ideal, no âmbito político, que ele desejaria que sua filha (ainda na barriga de sua esposa) encontrasse. Assim, é possível perceber que o editor primeiro contextualiza o leitor acerca do assunto, através de associações cotidianas e depois delimita que o assunto que já foi preliminarmente comentado seria o foco da reportagem de capa. Bem como ao falar da filha o diretor estreita ainda mais a sua relação com o leitor.

Agora, após observar como as recorrências que demonstramos se apresentam nas duas publicações para formar a diferença que esse gênero apresenta, tentaremos detalhar em um quadro ocorrências:

Revista Mundo Estranho	Revista Super Interessante
Os assuntos ficam em segundo plano e quando tomam o primeiro plano possui um aspecto mais lúdico e diluído no texto.	Os assuntos geralmente se prestam em primeiro plano e sua determinação é dada através das expressões: "É sobre isso a matéria de capa" e "Este é o tema central da reportagem de capa"
O assunto, quando é tratado no editorial, é diluído no decorrer do texto funcionando mais como uma opinião pessoal do autor.	Já na revista Super, apesar de o assunto ser posto logo à prova de forma objetiva muitas vezes essa abordagem inicia como a opinião pessoal do autor ou da revista. Ou mesmo essa é a intenção que é pretendida ao leitor.

4.2 O ESTILO E INTERAÇÃO

A escrita editorial é um dos elementos determinantes na definição da identidade e da postura que as publicações podem retratar. Essa maneira pode definir o público ao qual se direciona, o grau de proximidade que deseja alcançar e como as percepções ideológicas podem influenciar ou mesmo se aproximar da realidade de quem lê. Ou seja, a linguagem que é trabalhada no decorrer dos textos deve estar adequada ao público leitor a que a revista está sendo direcionada. Trataremos a seguir de um elemento bastante interessante que apareceu como um diferencial: o estilo. Verificaremos que as duas publicações adequam sua linguagem de acordo com o espectador que lhe é fiel. Vejamos a seguir alguns exemplos em fragmentos de editorias das duas publicações da revista Mundo estranho:

- 1 *“Tudo porque, tchan: é o mês de férias e você, se tiver sorte, terá mais tempo livre para se dedicar a leitura de sua revista favorita.” Ed.139*
- 2 *Dá um trabalhão. Agora mesmo, acabamos de começar a seleção para a Turma do Fundão; A TdF é um grupo de leitores que participa da rotina da revista, sugerindo pautas, detectando tendências de comportamento, resenhando livros, filmes, games etc. Ed.139*
- 3 *“Vamos por ordem cronológica. A primeira, no qual certamente você teve participação: quebramos um recorde de vendas.” Ed.141.*

Nesse momento passamos a tratar do estilo que é empregado na elaboração do texto com a intenção de atrair determinado público ou mesmo de se aproximar de um leitor idealizado, isso se dá pelo linguajar simples e de fácil apreensão, ou seja, o estilo que tratamos é na verdade a linguagem de tom simples e de fácil compreensão. Percebemos que, com essa investida, quem escreve o editorial tenta se aproximar do leitor através do estilo de escrita que é mais descolado e livre. Essa é uma estratégia que o programa editorial da revista adota, visto que o público dela é jovem e irreverente.

Percebamos que nos fragmentos acima, pertencentes ao editorial de alguns números da revista *Mundo Estranho*, é palpável a ideia de jovialidade adotada pela escrita da editora.

A interação também se efetiva através dos elementos constitutivos do estilo direcionados ao público leitor, o que é essencial para um estreitamento das relações entre os participantes. Outra forma de interação praticada pela publicação é a solicitação participativa dos leitores, através de um programa interativo chamado Turma do Fundão, mostrado no exemplo 2.

Outra maneira que sustenta a interação é como a editora se despede do leitor no corpo do texto com um: “Divirta-se.” Essa atitude na escrita nos faz perceber que a pessoa institucional da revista, que comumente encontra-se mais ativa nesse gênero textual, dá lugar a um sujeito mais pessoal e interativo, funcionando como convite à leitura da revista.

A representação imagética que identifica a diretora de redação foge do convencional, pois em vez de uma foto traz uma imagem caricatural da diretora, o que leva o teor da revista mais ligada ao lúdico aproximando-se mais uma vez do público leitor, composto por adolescentes.

Já na revista *Super Interessante* temos um direcionamento bem diferente ao abordado na ME. Isso se deve ao fato de o público leitor ser diferente e mais maduro que o da outra revista. No entanto, apesar de diferenciado, o estilo adotado pelo editor na escrita do texto também é aproximativo do público. A estratégia identificada por nós como fator de aproximação do leitor é a divulgação de fatos pessoais ou mesmo o compartilhamento de opiniões gerais do assunto abordado no texto. Vejamos alguns exemplos:

4 “No momento em que escrevo em que escrevo este texto, Aurora está aconchegada do lado de dentro do útero quentinho de minha esposa. Mas, quando você estiver lendo isso, ela provavelmente vai estar aqui do lado de fora do mundão.” Ed.320

- 5 “Você deve ter notado que esta revista custa R\$13. Não é pouco, eu sei. É mais que boa parte das revistas - e olha que muitas delas têm papel mais grosso, mais brilhante, uma atitude mais arrogante, mais de quem sabe de tudo. Se você desembolsou R\$ 13 para ler estas linhas, é porque, de alguma maneira, você enxergou valor aqui neste trabalho que nós fazemos.” Ed.317.
- 6 “Enquanto você lê estas linhas mal-traçadas, à sua volta, uma quantidade astronômica de informação é produzida. Ed. 315

O interlocutor é presumido através das questões relativas ao estilo de escrita que se adequa com a idade do público – alvo a que as revistas se direcionam, sendo inclusive, em alguns momentos exposto no próprio editorial, através do pronome “você”, que remete não só a uma intimidade entre os participantes (escritor-leitor) como também um direcionamento da informação escrita de um para outro. No corpo do texto a saudação de despedida é uma marca para quem se destina o texto, através da inscrição “Abraços!” Há também uma exposição de fatos pessoais de integrantes da revista, o que nos sugere uma tentativa de interação e aproximação com o leitor. Seja pelo uso do recurso de temporalidade simultânea com o uso de expressões como “quando você estiver lendo isso”, ou mesmo a utilização de expressões conhecidas e presentes no vocabulário de muitos dos leitores como: “do lado de fora do mundão” ou “quantidade astronômica de informação”.

4.3 A ESTRUTURA

É comum na abordagem de gêneros, principalmente na de Miller (2012), vemos que um gênero se configura por sua relação funcional, ou seja, os usos que configuram a identidade do gênero. Mas, apesar de a estrutura ser levada à margem das análises comuns de gêneros, tomaremos aqui as estruturas como constituintes de identidade, pois o uso social do gênero é o mesmo e a estrutura, nesse caso, funciona como mais um diferencial na sustentação do público a que a revista está se direcionando.

Na *Mundo estranho*, a constituição estrutural é permeada não só do texto escrito como também de elementos imagéticos bem atrativos: desenhos, gráficos, figuras e fotos ilustrativas do que está sendo descrito no texto. O texto também possui uma configuração não linear, com direcionamentos e hiperlinks para outros elementos que completem o sentido de frases e palavras. Já na revista *Super Interessante*, há certa polidez e comedimento na exploração de imagens, pois a publicação utiliza uma estrutura textual mais linear e sem qualquer

direcionamento que desvie a atenção que não ao próprio texto escrito. Afinal, uma publicação possuidora de um público leitor-consumidor mais maduro necessita de uma postura mais madura, mas sem enrijecer a estrutura, afinal trata – se de uma revista que se destina a um público jovem.

Assim, podemos inferir que a estrutura textual também se conforma como um indicador de aproximação entre instituição-revista e o leitor. Sendo um elemento atrator, pois o público, de certa maneira, só irá ler se perceber que não terá uma leitura chata, iniciando-se pela aparência do texto, daí o uso de várias imagens, no caso da ME. Quando se trata da Super, essa preocupação com a estrutura não é tanta, pois se vê que o público a que ela se destina é mais amadurecido e fará a leitura pelo conteúdo e a aparência mais comum não incomoda o leitor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os editoriais são gêneros textuais pertencentes à esfera jornalística que normalmente funcionam como uma apresentação da revista e do corpo editorial ao leitor-consumidor de informação. No entanto, ao verificar essas regularidades e categorias apresentadas neste artigo, é possível concluir que o papel deste gênero textual nas publicações de divulgação de informações, no caso das revistas *Mundo Estranho* e *Super Interessante*, de modalidade científica curiosa, não é apenas o de informar o conteúdo da revista, como é de se esperar, mas também é o de estreitar relações entre leitor e editor tornando, assim, a equipe da revista uma grande amiga e companheira em um momento solitário de absorção de informações diferentes mês a mês.

O público-leitor dessas revistas é composto por jovens entre 13 e 30 anos que desejam ter uma leitura distensa e relaxante repleta de curiosidades e informações extraordinárias. É um público “descolado” e “antenido” que procura a revista com o objetivo específico de aprender e divertir através da prática leitora. E os editores, ao saberem disso, utilizam de uma linguagem menos formal e mais próxima do utilizado por seus leitores no intuito de ter firmada essa relação de intimidade.

Diante de tais visões que as revistas apresentam de si, verificaremos algumas regularidades nas categorias propostas para a análise. A primeira delas é a produção do editorial, pois nas duas revistas quem produz o texto é o diretor de redação. Outra regularidade que encontramos nas duas publicações é o propósito comunicativo, ou seja, quais funções a que este gênero se presta em seu uso efetivo. Observando os objetos de cada publicação, encontramos o propósito de autopromoção das revistas ou mesmo do grupo o qual pertencem, a maneira de abordagem dos assuntos a serem tratados no interior da publicação, tentativa de aproximação

entre a revista e o leitor seja através da linguagem ou pelo uso de recursos visuais, ou ainda explorando questões afetivas. Percebe-se que os editoriais nessas publicações apresentam como objetivo transformar a leitura em um momento de interação e, por que não dizer diversão.

Desta forma, o presente trabalho tentou observar como ocorreram os movimentos de interação entre esses participantes do discurso e verificar como o gênero editorial, apesar de ser um gênero com uma estabilidade mais fundamentada, pode, mesmo em uma mesma linha editorial, estabelecer diferenças e semelhanças adequando – se ao público leitor a que se destina, sempre com a intenção de que todos os participantes aproveitem cada edição da publicação e que estejam cada vez mais próximos da revista para continuarem a consumi-las não como um elemento de comunicação comum, mas como um meio de informação que proporcione deleite.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BHATIA, V.K. **Genre analysis today**. Revue Belge de Philologie et d'Historie, Bruxellas, 75: 629-652. 1997 [trad. Benedito Gomes Bezerra]
- CARVALHO, R.H. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs). **Gêneros: Teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MARTINS, Nilce Sant'anna. **Introdução à estilística: A expressividade na língua Portuguesa**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- MILLER, C. R. Gênero como ação social. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: PPGL-UFPE, 2012
- MUNDO ESTRANHO. São Paulo: Abril Editora, 01. nov. 2012
- MUNDO ESTRANHO. São Paulo: Abril Editora, n.132. 19. nov. 2012
- MUNDO ESTRANHO. São Paulo: Abril Editora, n.133, 03. dez. 2012
- MUNDO ESTRANHO. São Paulo: Abril Editora, n.134, 01. jan. 2013
- MUNDO ESTRANHO. São Paulo: Abril Editora, n.139, 01. jun. 2013
- MUNDO ESTRANHO. São Paulo: Abril Editora, n. 140, 01. jul. 2013
- MUNDO ESTRANHO. São Paulo: Abril Editora, n. 141, 01.jul. 2013
- SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril Editora, n. 314, jan.2013
- SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril Editora, n. 315, fev. 2013
- SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril Editora, n. 316, mar.2013
- SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril Editora, n.317, abr.2013
- SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril Editora, n. 319, jun. 2013
- SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril Editora, n. 320, jul. 2013
- SWALES, J. M. **Genre analysis: english in academic and research settings**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1990.

MAPEAMENTO DOS FATORES LINGÜÍSTICOS E SOCIAIS RELEVANTES PARA A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA ENTRE VERBO-SUJEITO NA 3ª PESSOA DO PLURAL NO FALAR BRASILEIRO

Maria Lidiane de Sousa Pereira*

Aluiza Alves de Araújo**

Resumo: Neste trabalho, realizamos um levantamento bibliográfico de estudos sobre a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3ª pessoa do plural (3PP) no português falado no Brasil. Objetivamos mapear quais fatores linguísticos e sociais interferem na manutenção e/ou cancelamento das marcas de concordância padrão em um dos fenômenos variáveis mais recorrentes no falar brasileiro. Para tanto, selecionamos sete pesquisas conduzidas à luz da Sociolinguística variacionista (LABOV, 2001, 2008 [1972]) sobre o fenômeno em tela, realizadas na última década, em quatro das cinco regiões do nosso país. Com isso, verificamos que os fatores linguísticos mais influentes para a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP são: saliência fônica, realização e posição do sujeito e paralelismo formal no nível oracional. Dentre os sociais, se destacam: faixa etária, sexo/gênero e nível de escolaridade.

Palavras-chave: Concordância Verbal. Variação linguística. Mapeamento. Fatores linguísticos e sociais.

Abstract: In this work we make a bibliographical survey of the studies about variation in the agreement between verb-subject in the 3rd person plural (3PP) in the Portuguese spoken in Brazil. Our main goal is to map which social and linguistic factors interfere in the maintenance and/or erasing of the standard agreement marks in one of the most recurrent variable phenomenon in the spoken Brazilian Portuguese. To do so, it was selected seven researches conducted by the light of the variationist Sociolinguistics (LABOV, 2001, 2008 [1972]) about the phenomenon on screen, made in the last decade, in four of the five regions of Brazil. With this, we verified that the most influential factors to the variation in the agreement between verb-subject in the 3PP are: phonemic protruding, performance and position of the subject and formal parallelism in the clausal level. Amongst the social, it was highlighted: age, sex/gender and education level.

Keywords: Verbal Agreement. Linguistics variation. Mapping. Linguistics and social factors.

Palavras Iniciais

Em meados da década de 1960, assistimos ao surgimento de diversas áreas pautadas em posturas externalistas para a observação do fenômeno linguístico contra as abordagens imanentistas que impregnaram o cenário da Linguística, pelo menos até a primeira metade do século passado. Dentre tais áreas, podemos citar a Sociolinguística Variacionista, a Pragmática, a Semântica Enunciativa, a Linguística Textual, a Análise

* Mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará. Graduada em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA/2014). E-mail: lidiane_lidiarock@hotmail.com

** Doutora e mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: aluizazinha@hotmail.com

do Discurso, dentre outras (MORATO, 2011). Entre elas, destacamos a primeira, cujo precursor é o linguista norte americano William Labov. Para a referida vertente, analisar como a correlação entre fatores linguísticos e sociais influencia os diversos fenômenos de variação e mudança linguística é tarefa trivial.

Ao longo das últimas cinco décadas, essa área de estudos se tornou, a nosso ver, uma das mais frutíferas para a observação das relações entre sociedade e línguas naturais, entendidas como fenômenos sociais e, portanto, dotadas de inegável heterogeneidade. A partir disso, a Sociolinguística variacionista (LABOV, 2001, 2008 [1972]) assume que, ao lado das chamadas regras categóricas, é possível encontrar inúmeras regras variáveis, as quais permitem que “em certos contextos linguísticos, sociais e estilísticos, falemos de uma forma e, em outros contextos, de outra forma” (COELHO, *et al.*, 2015, p. 60). É, pois, justamente, sobre as regras variáveis que recaem as atenções dos estudiosos vinculados à Sociolinguística variacionista.

No falar brasileiro, o comportamento variável da concordância entre verbo-sujeito na 3ª pessoa do plural (3PP) vem sendo amplamente documentado pelos sociovariacionistas que buscam, sempre com base em dados coletados em situações reais de interação, observar quais fatores linguísticos e sociais interferem no fato de que, ora os falantes usam as marcas de concordância padrão (**Nossos filhos são** o futuro de amanhã), ora não (**Mocinhas de dez anos** que pra mim é crianças)²². Frisamos que sobre esta última variante linguística - forma alternativa de se dizer a mesma coisa, do ponto de vista referencial (LABOV, 2008 [1972]) - recaem, frequentemente, valores negativos.

Diante disso, convém destacar que os valores positivos ou negativos lançados sobre nossas variantes linguísticas nunca são atribuídos por razões que lhe são próprias, visto que não há, do ponto de vista linguístico, nenhuma forma superior ou inferior à outra. Na verdade, o acarretamento de valores às formas variantes ocorre por meio de uma teia extremamente complexa de relações sociais nas quais se evidenciam tensões de poder refletidas nas línguas, pois, como bem nos diz Gnerre (1985, p. 4, *aspas no original*) “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”.

²² Ilustrações retidas de Oliveira (2005, p.117). Destaques no original.

Tendo como pano de fundo esse cenário, realizamos, no espaço deste artigo, um mapeamento dos fatores linguísticos e sociais que têm influenciado a manutenção, bem como o cancelamento das marcas de concordância padrão entre verbo-sujeito na 3PP no português falado pelos brasileiros em quatro das cinco regiões do nosso país. Defendemos a necessidade de oferecer um panorama acerca desses fatores, visto que o uso da variante não- padrão é, conforme já sinalizamos, tida como uma espécie de deficiência. Neste sentido, acreditamos que conhecer os fatores que asseguram o uso de uma ou de outra variante, no uso real da língua, é de suma importância para a quebra de preconceitos.

Para atingir nosso objetivo, realizamos um levantamento bibliográfico de trabalhos sobre o fenômeno em tela. Para a seleção dessas pesquisas, adotamos três critérios: (i) o estudo deveria ter como aporte teórico-metodológico os pressupostos da Sociolinguística variacionista (LABOV, 2001, 2008 [1972]); (ii) o trabalho deveria ter sido realizado com base na linguagem oral²³ de falantes devidamente situados em suas respectivas comunidades de fala e (iii): demos preferência aos estudos desenvolvidos na última década em diferentes regiões brasileiras, foram eles: Oliveira (2005) e Alves da Silva (2005), para a região Nordeste; Sgarbi (2006), no Centro-Oeste; Almeida (2006) e Monguilhott (2009), para a região Sul; Monte (2007) e Rubio (2008), para a região Sudeste.

A respeito da seleção dos trabalhos, frisamos ainda que, embora tenhamos optado por selecioná-los em diferentes regiões brasileiras, não estabelecemos nenhum critério quanto à seleção das pesquisas por estado. Além disso, optamos, de início, por selecionar, no mínimo, dois trabalhos por região. Contudo, até o término deste artigo, tomamos conhecimento apenas do trabalho de Sgarbi (2006), para a região Centro-Oeste e de nenhum estudo para a região Norte do Brasil. Tais fatos podem indicar que, apesar de ser um fenômeno amplamente estudado no português do Brasil, verificamos a carência de trabalhos sociovariacionistas sobre a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP em alguns pontos do país.

²³ Embora tenhamos selecionado apenas trabalhos realizados com base na linguagem oral, é sabido que a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP também vem sendo documentada com base em dados retirados da linguagem escrita dos brasileiros (ALMEIDA, 2010; ALMEIDA; ANTONINO, 2011).

Seguindo critérios metodológicos, dividimos este trabalho em duas grandes seções, além desta introdução e de nossas considerações. Assim, apresentamos, na primeira seção, os principais fatores linguísticos e sociais que se mostraram pertinentes para os estudos que selecionamos. Ressaltamos que, em função do excessivo número de fatores, principalmente de natureza linguística, indicamos, por estudo, apenas os dois primeiros. Na segunda seção, tecemos alguns comentários sobre os resultados obtidos para os grupos de fatores analisados nos estudos que consideramos e sobre algumas das expectativas que os pesquisadores nutriam ao testá-los. Por último, frisamos que, em função das notáveis diferenças entre a constituição das amostras, evitamos estabelecer comparações entre os resultados.

Variação na concordância verbal com a 3PP: olhares sociovariacionistas

Região Nordeste

Oliveira (2005) observou a variação na CV com a 3PP a partir de amostra de fala colhida em Vitória da Conquista – BA. O *corpus* de seu estudo, resultante de atividades de pesquisas em Sociolinguística variacionista realizadas pela Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), foi construído a partir de 48 inquéritos de informantes nascidos e residentes na região. Esses falantes foram estratificados segundo o sexo: 16 homens e 16 mulheres; três faixas etárias: I (15 a 25 anos), II (26 a 49 anos), III (acima de 50 anos) e três níveis de escolarização: I (fundamental), II (médio), III (superior). Esses grupos foram elencados como os fatores sociais testados na pesquisa.

Ao longo dos 32 inquéritos selecionados pela estudiosa, foram coletados 3.200 dados para as ocorrências de variação entre verbo-sujeito na 3PP. Dentre tais ocorrências, 49% apresentavam ausência de concordância padrão, contra 51% da concordância padrão. A partir disso, o pacote de programas computacionais, conhecido como VARBRUL²⁴ selecionou, nessa mesma ordem de relevância, os grupos de fatores linguísticos conhecidos como *saliência fônica e realização, posição e distância do sujeito*

²⁴ O VARBRUL é um pacote de programas computacionais, bastante usado pelos sociovariacionistas que, descreve padrões de variação entre formas variantes e fornece cálculos, apontando a frequência de uso e o peso para cada uma delas (GUY; ZILLES, 2007). Foi introduzido por Rousseau e Sankoff em 1978 (Cf. PINTZUK, 1988). Atualmente, muitos estudiosos têm trabalhado também com o GoldVarb X, uma versão do VARBRUL para o ambiente do *Windows* (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005). Em todos os trabalhos considerados aqui, os autores utilizaram um desses programas.

na oração. Dentre os fatores sociais, foram apontados como relevantes, também nessa ordem, os fatores *níveis de escolaridade* e *faixa etária*.

Para a observação cuidadosa do seu primeiro grupo de fatores selecionado, isso é, a *saliência fônica*, Oliveira (2005) estabeleceu dois níveis: I (formas menos salientes) e II (formas mais salientes). Para o primeiro, foram verificados índices de ausência de concordância padrão mais elevados do que no segundo. Seus dois extremos foram marcados pelos fatores 1a, no primeiro e 2c, no segundo. No primeiro, a autora situou as formas que apresentavam oposição entre vogal oral, vogal nasal e ditongação, sendo o verbo, em sua forma plural, terminado em vogais médias anteriores (*ame/amem, vende/vendem, parte/partem*²⁵ etc.), nele, a concordância não-padrão atingiu um percentual de 68% e peso relativo (PR)²⁶ de 0.73. No segundo, a autora situou as formas que apresentavam acréscimo de segmento e mudança de raiz completa ou não (*é/são, fez/fizeram, tive/tiveram* etc.), tais formais não favoreceram o uso da concordância não-padrão com, 27% com PR 0.20.

Para a segunda variável, *realização, posição e distância entre verbo-sujeito da oração*, os resultados apontaram um percentual de 40% e PR de 0.39 para o uso da concordância não-padrão em sentenças nas quais o sujeito se encontrava marcado anteposto, imediatamente próximo ao verbo (*eles ficam observando*), esses resultados indicam o referido fator como desfavorável ao uso da concordância não-padrão. Por outro lado, o fator sujeito anteposto, presente na pergunta do documentador sem estímulo para a concordância (Doc²⁷.: *você acha que eles vai fazer isso de novo?* Inf.: *vai.*) se mostrou grande aliado ao uso da concordância não-padrão, com percentual de 77% e 0.79 de PR.

A primeira variável social selecionada foi a *escolaridade*. Com ela, Oliveira (2005) descobriu que, em sua amostra, os falantes com ensino fundamental favorecem o uso da concordância não-padrão com 61% de frequência e 0.67 de PR. Em contrapartida, os falantes com ensino médio e superior, não se mostraram aliados ao uso da concordância

²⁵ Todos os exemplos desta seção foram retirados dos trabalhos originais.

²⁶ É denominado de peso relativo a indicação do efeito que cada fator selecionado exerce sobre as variantes observadas. É interpretado como favorável, para uma variável binária, se o valor for superior a 0.50, como inibidor se for inferior a 0.50 e como neutro se for igual a 0.50. Já para uma variável ternária, ou seja, com três variantes, o ponto neutro é 0.33, com quatro é 0.25 e com cinco variantes, o ponto neutro é entendido como 0.20 (SCHERRE; NARO, 2012).

²⁷ Doc. Documentador; Inf. Informante.

não-padrão com 46% e 0.49, para os primeiros e, 34% e 0.28, para os segundos. Com a variável *faixa etária*, foram obtidos os seguintes índices para o uso da concordância não-padrão: 46% e PR 0.38 para a faixa I (15-25 anos), 44% e PR 0.48 para a faixa II (26-49 anos) e 55% e PR 0.60 para a faixa III (acima de 50 anos). Tais números apontam os falantes situados na faixa etária III como favoráveis ao uso da concordância não-padrão, enquanto que os falantes das faixas I e II não atuaram de modo favorável ao uso da referida regra.

Em Alves da Silva (2005), foram observadas três comunidades do interior do Estado da Bahia: Poções (urbana), Cinzento e Morrinho (rurais). Os *corpora* de seu estudo fazem parte do *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*. Tanto para a primeira cidade, como para a segunda e terceira foram selecionados, para cada *corpus*, 12 informantes, estratificados segundo o sexo: 6 homens e 6 mulheres; faixa etária: I (informantes de 20 a 40 anos), II (informantes de 41 a 60 anos) e III (acima de 61 anos) e grau de escolarização: precária²⁸ e analfabetos.

Ao todo, o estudioso registrou 2.100 ocorrências do fenômeno em estudo, dentre as quais 17% apresentavam marcas de concordância padrão e 83% de concordância não-padrão. Tais percentuais indicam que, no momento em que a pesquisa foi realizada, a ausência de concordância padrão entre verbo-sujeito na 3PP figurava como um notável traço linguístico das comunidades investigadas (ALVES DA SILVA, 2005). Traço esse, que estava sendo devidamente influenciado por fatores linguísticos e sociais. Entre os primeiros, foram selecionados, nessa mesma ordem, as variáveis *realização e posição do sujeito* e *concordância nominal*. Dentre os segundos, foram apontados como estatisticamente relevantes, também nessa ordem, o *sexo* e a *faixa etária* do informante.

Para o primeiro grupo de fatores, os dados apontaram que o sujeito anteposto ao verbo (*as coisas foi mudano muito*) foi o fator que favoreceu o uso da concordância padrão, com 18% e PR de 0.54. Em contrapartida, o fator sujeito retomado por um relativo (*os menino que tava não saiu ninguém*) se comportou de modo desfavorável ao uso da concordância padrão, atingindo 12% de frequência e 0.33 de PR. A concordância nominal (*meus meninos vão lá*), também, influenciou a concordância padrão, com frequência de 65% e PR de 0.89. Por outro lado, a ausência de concordância nominal (*os prefeito dava*

²⁸ Por escolarização precária, o autor entende os anos de escolaridade que giram em torno de 1 a 4 anos.

água ao povo) inibiu a concordância padrão entre verbo-sujeito na 3PP, para esse fator, o percentual de concordância padrão foi de 15% com PR de 0.42.

Dentre as variáveis sociais, a primeira selecionada foi, conforme já indicamos, o *sexo* do informante. Ao analisar o comportamento desse grupo de fatores, Alves da Silva (2005) constatou que falantes do sexo feminino não favorecem o uso da concordância padrão, com percentual de 14% e PR de 0.43, enquanto que informantes do sexo masculino se revelaram aliados no uso da concordância padrão, com percentual de 21% e PR de 0.57. O segundo grupo de fatores sociais selecionado para a pesquisa foi a *faixa etária*. Ao analisá-la, o autor verificou que os falantes tidos como jovens (20 e 40 anos), assim como os que possuíam de 41 a 60 anos, favoreceram a concordância padrão. Para eles, os pesos relativos foram os mesmos, 0.54, enquanto que os percentuais de aplicação das regras foram iguais a 26%, para os primeiros e, 16%, para os segundos. Já para os falantes com mais de 61 anos, os resultados apontaram um percentual de 7% e PR de 0.38 para a concordância padrão, o que os indicou como um fator não favorável para a regra em questão.

Região Centro-Oeste

Sgarbi (2006) estudou a variação entre verbo-sujeito na 3PP com base em amostra de linguagem falada em 30 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, a partir de um *corpus* constituído por 30 dos 77 inquéritos que formavam o *Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul – ALMS*, o qual, vale lembrar, se encontrava, até o término da pesquisa, em construção. Os falantes selecionados foram devidamente estratificados, conforme o sexo: (15 homens e 15 mulheres); a faixa etária: I (de 12 a 20 anos), II (de 21 a 30 anos), III (de 31 a 49 anos) e IV (acima de 50 anos); a escolaridade: I (nula), II (Ensino Fundamental Incompleto) e III (Ensino Fundamental Completo) e a procedência: (rural e urbana).

Tal estratificação constituiu o quadro dos fatores sociais testados pela autora, sendo a *procedência* e o *sexo* apontados, nessa ordem, como os mais significativos. Ao lado deles, também foram testadas uma série de variáveis linguísticas, dentre as quais, foram apontadas, também nessa ordem, como estatisticamente relevantes *o sujeito pronominal* e a *distância entre verbo-sujeito em número de sílabas*. Frisamos que, para

essa pesquisa, foi registrado um total de 832 ocorrências do fenômeno de variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP, com 47% apresentando o emprego das marcas de concordância padrão e 53% correspondendo à concordância não-padrão. Posto isso, observemos, primeiramente, os resultados obtidos para as variáveis sociais selecionadas, em função de terem sido apontadas como mais relevantes para o estudo.

A variável *procedência* apontou que os falantes oriundos de zonas urbanas tendem a realizar com maior frequência a concordância padrão do que falantes de zonas rurais. Para os primeiros, foi registrado um percentual de 77% e PR de 0.79 no que concerne ao emprego das formas verbais marcadas, ao passo que os segundos atingiram um percentual de 27% e PR de 0.29, para o uso das mesmas marcas, o que indica que eles não favorecem o uso da concordância padrão. O fator procedência foi seguido pelo fator *sexo*, com o qual foi indicado que, na amostra analisada, as mulheres estavam favorecendo o uso da concordância padrão, com 74% de frequência e 0.77 de PR, ao contrário dos homens que não se mostraram aliados ao uso da concordância padrão, com 28% e PR de 0.30.

Dentre as variáveis linguísticas, *o sujeito pronominal* foi apontado, em termos estatísticos, como a mais significativa. Para os fatores desse grupo, os dados indicaram que a concordância padrão não é favorecida por construções em que o sujeito é tido como não-pronominal (*os filho do dito leru tudim*) e pronominal explícito (*eles me levam sempre para lá*). Para os primeiros, foi registrado um percentual de 40% e PR de 0.43 e, para o segundo, os dados apontaram 49% de frequência e PR de 0.47 para a concordância padrão. Em sentido oposto, foi atestado que, em construções nas quais o sujeito aparece como um termo pronominal não-explícito (*tinham medo de ir por lá...*), a concordância padrão aparece quase que como uma regra categórica, pois esse fator atingiu um percentual para a marcação de concordância padrão igual a 91% de frequência e PR de 0.92.

O segundo fator linguístico selecionado em Sgarbi (2006), a *distância entre verbo-sujeito em número de sílabas* apontou que a ausência de material fônico entre as formas verbais e seus respectivos sujeitos (*os motoristas dizem que na chuva*), atua como item favorecedor para o emprego da concordância padrão com 50% e PR de 0.60. Já para as construções que apresentam uma ou duas sílabas entre verbo-sujeito (*eles já moraram*

numa fazenda), a aplicação da regra de concordância tende a não ser favorecida. Para esse fator, foi registrado um percentual de 40% e PR de 0.48. De igual modo, o fator presença de três ou mais sílabas entre verbo-sujeito (*as meninas lá da vila come bastante*), também não favoreceu o emprego da concordância padrão, com 47% de frequência e PR de 0.24.

Região Sul

Almeida (2006) estudou o comportamento variável da concordância verbal com a 1^a, 2^a e 3^a pessoa do plural na comunidade remanescente de escravos de São Miguel dos Pretos localizada em Restinga – RS. Destacamos que consideramos apenas os resultados obtidos para a última pessoa. Sua amostra foi constituída por 24 informantes: 12 homens e 12 mulheres, estratificados com base em três faixas etárias: I (de 15 a 24 anos), II (de 40 a 64 anos) e III (de 65 a 90 anos)²⁹. Ao todo, foram coletados 1.044 dados para a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP, dentre as quais, 81% apresentavam marcas de concordância padrão e 19% assinalavam a concordância não-padrão. Para essa pesquisa, foram apontadas, nessa ordem, como estatisticamente relevantes, as variáveis linguísticas *saliência fônica* e *posição do sujeito em relação ao verbo*. Dentre as variáveis sociais, apenas a *faixa etária* foi selecionada.

Para a variável *saliência fônica*, as formas verbais menos salientes atuaram no sentido de não favorecer a concordância padrão, ao passo que formas consideradas mais salientes impulsionaram a referida regra. Para as formas menos salientes, os índices e pesos relativos para o uso da concordância padrão foram: 34% e 0.08 (*fale/falem*), 81% e PR de 0.38 (*fala/falam*) e 41% com PR igual a 0.15 (*faz/fazem*). Para as formas mais salientes, foram atingidos os seguintes percentuais e pesos para a aplicação da concordância padrão entre verbo-sujeito na 3PP: 87% e 0.57 (*dá/dão*), 89% e PR de 0.64 (*falou/falaram*), 98% e 0.90 (*fez/fizeram*) e 91% com PR igual a 0.73 (*é/são*). Para a variável *posição do sujeito em relação ao verbo*, o fator sujeito anteposto com ou sem material fônico entre ele e o verbo (*Eles não podem saber*) favoreceu a concordância padrão com 83% e PR de 0.56. Em contrapartida, o fator sujeito posposto ao verbo (*chega eles e...*) não favoreceu o uso da concordância padrão, com 51% e PR 0.13.

²⁹ Em Oliveira (2006), os falantes não foram estratificados em escolaridades diferentes.

No âmbito das variáveis sociais, a *faixa etária* indicou que os informantes da faixa I (de 15 a 24 anos) estavam favorecendo a concordância padrão, com 83% e PR de 0.64, assim como os falantes da faixa II (de 40 a 64 anos) que, também, favoreceram o uso da forma padronizada, com 82% e 0.56. Em sentido contrário, foi observado que falantes da faixa III (acima de 64) não se revelaram aliados ao uso da concordância padrão, com percentagem igual a 79% e PR de 0.38.

Monguilhott (2009) estudou a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP sincrônica e diacronicamente em duas comunidades de fala: Florianópolis – SC e Lisboa, capital de Portugal. Ressaltamos que nos detemos apenas nos resultados obtidos para as análises sincrônicas, realizadas na comunidade de Florianópolis. A amostra usada em seu estudo foi constituída por 16 entrevistas nas quais os informantes foram estratificados segundo sexo: homens e mulheres (jovens e velhos) e escolaridade (superior e fundamental).

Ao submeter 794 ocorrências do fenômeno investigado ao programa computacional Goldvarb X, 80% delas indicaram a manutenção das regras de concordância padrão e 19% a concordância não-padrão. Além dos percentuais referentes à ausência e presença da concordância padrão, foram apontadas como estatisticamente relevantes, nessa ordem, as variáveis linguísticas *saliência fônica* e o *paralelismo formal no nível oracional*. Já entre as variáveis sociais, foram selecionadas, também nessa ordem, a *faixa etária* e a *escolaridade*.

Para a variável *saliência fônica*, Monguilhott (2009) registrou os seguintes índices de concordância para as formas menos salientes: 21% e PR de 0.04 para as formas que não envolvem mudança na qualidade da vogal na forma plural (*conhece/conhecem*) e 83% com peso de 0.48, para as formas que não envolvem mudança na qualidade da vogal na forma plural (*ganha/ganham*), esses resultados indicam que as formas menos salientes não favorecem o uso da concordância padrão. Já para as formas com maior grau de saliência fônica entre singular/plural, os percentuais para a concordância padrão foram os seguintes: 84% com 0.50, para as formas que envolvem mudança na qualidade da vogal na forma plural (*era/eram*), 94% e PR de 0.74, para as formas que envolvem acréscimo de segmentos na forma plural (*diz/dizem*), e 92% com 0.69, para as formas que envolvem acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural (*é/são*). Tais resultados

indicam que, os dois últimos fatores favorecem o uso da concordância padrão, enquanto que o primeiro se mostrou neutro.

As análises realizadas para testar a influência da variável *paralelismo formal no nível oracional* sobre a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP indicaram que os fatores presença da forma de plural explícita no último ou único elemento do sintagma nominal (*as mulheres não tinham direito ao voto*), com 86% de frequência e PR de 0.60; o sujeito nulo com anafórico com presença da forma de plural explícita (*todas as minhas amigas namoravam e vinham as festas aqui*), com 87% e PR de 0.66 e sujeito nulo com anafórico com presença de numeral terminado em /s/ no último elemento (*tem dois ali que tão na biblioteca, tão fazendo trabalho*), com frequência igual a 80% e PR de 0.58 atuaram no sentido de favorecer a concordância padrão.

Em contrapartida, os fatores presença da forma zero de plural no último elemento (*os homi ia assim tarrafeá*), com 52% e PR de 0.10; presença de numeral no último elemento (*os dois so estudo*), com 60% de frequência e 0.13 de PR e sujeito nulo com anafórico com presença da forma de zero plural (*os neto dele chamava ele de tolo, dizia: ah, o vô é tolo!*), com 68% e PR de 0.29, inibiram o emprego da concordância padrão.

O controle das variáveis sociais indicou que os falantes jovens com ensino superior e velhos com ensino superior favorecem o uso da concordância padrão, com índices de frequência iguais a 89%, 88% e pesos relativos de 0.74 e 0.52, respectivamente. Em sentido contrário, os falantes jovens com ensino fundamental e velhos com ensino fundamental inibiram o emprego da concordância padrão entre verbo-sujeito na 3PP, com 72% de frequência e PR de 0.32 e 67% e 0.28, respectivamente.

Região Sudeste

Monte (2007) estudou a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP na comunidade periférica de São Carlos – SP, a partir de dados coletados em 20 entrevistas sociolinguísticas, elaboradas pelo estudioso, com homens e mulheres da comunidade que possuíam escolaridade nula ou cursavam o ensino fundamental pelo EJA e eram oriundos das regiões Norte, Sul e Sudeste da cidade. Alcançando um total de dados igual à 1.000, com 75% apresentando concordância não-padrão e 25%, concordância

padrão, foram testadas variáveis linguísticas e sociais, dentre as quais, a *saliência fônica* e o *paralelismo formal no nível oracional* se destacaram, nessa mesma ordem. Dentre as sociais, o *gênero*³⁰ e a *escolaridade* foram apontadas, também nessa ordem de seleção, como estatisticamente relevantes.

Para a *saliência fônica*, os dados apontaram que formas menos salientes (*fala/falam, quer/querem*) inibiram a concordância padrão, com frequências e pesos relativos iguais a 12%, 14% e 0.13, 0.49, respectivamente. Por outro lado, o maior grau de *saliência* entre as formas singular/plural dos verbos (*vai/vão, falou/falaram, teve/tiveram, é/são*) favoreceram a concordância padrão, com percentuais e pesos relativos equivalentes a 53% e 0.90; 57% e 0.93; 73% e 0.97 e 75% com 0.98, respectivamente. Com a variável *paralelismo formal no nível oracional*, o uso da concordância padrão foi favorecido pelas construções em que havia marcas plurais no último ou único elemento do SN sujeito (*meus pais obrigô eu trabaiá*), com 28% e PR de 0.62. Por outro lado, a concordância padrão não foi favorecida por construções sem marcas plurais no SN sujeito (*e os médico num achava o problema*), com 11% de frequência e PR 0.19.

Os fatores que constituíram a variável *gênero* mostraram que os homens não favorecem o uso da concordância padrão, com 25% e 0.45 de PR, ao contrário das mulheres, para as quais foi registrado 26% de frequência e peso relativo de 0.55. Já o fator *escolaridade* apontou que os falantes sem escolarização não favorecem a concordância padrão, com 19% e PR de 0.40, enquanto que os falantes escolarizados pelo EJA se mostraram aliados ao uso da concordância padrão, com 31% e PR de 0.60.

Em Rubio (2008), a comunidade estudada foi São José do Rio Preto – SP. A amostra da pesquisa foi constituída a partir da seleção de 76 entrevistas provenientes do banco de dados *Projeto Amostra Linguística do Estado de São Paulo*, o ALIP. A estratificação dos informantes se deu com base nas distinções entre gênero (masculino e feminino), escolaridade (I - 1º ciclo do ensino fundamental; II - 2º do ensino fundamental; III - ensino médio e IV - ensino superior) e faixa etária (I - de 7 a 15 anos; II - 16 a 25; III - de 26 a 35; IV - 36 a 55 e V - acima de 55 anos).

³⁰ Usamos o termo *gênero*, em consonância com o trabalho original, para nos referirmos aos falantes do sexo masculino e feminino. Lembramos que, embora esse seja o termo adotado por Monte (2007), ele é usado apenas para fazer distinções biológicas. O mesmo é válido para o trabalho de Rubio (2008).

Dos 2.694 dados coletados, foi verificada a presença da concordância padrão em 70% das ocorrências e, em 30%, a concordância não-padrão. A partir disso, o autor observou a interação entre variáveis linguísticas e sociais sobre o uso da concordância padrão e não-padrão para a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP. Em termos de significância, foram apontadas pelo VARBRUL e, nessa ordem, como estatisticamente relevantes, as variáveis linguísticas: *paralelismo formal no nível oracional* e *paralelismo formal no nível discursivo*. Dentre os fatores sociais, foram selecionadas, também nessa ordem, a *escolaridade* e a *idade*.

Para a variável *paralelismo formal no nível oracional*, a presença de marcas pluralizadas no último elemento do SN-sujeito (*os dois lados deveriam parar porque só um lado querer num adianta, né?*) favoreceu a concordância padrão, atingindo uma frequência igual a 75% e PR de 0.56. Por outro lado, o fator marcas de plural no último elemento do SN-sujeito (*uns elemento tentou cerca ele... prá tirar uma certa satisfação pessoal*) não favoreceu o uso da concordância padrão, com 31% de frequência e peso de 0.17. Já o fator *paralelismo formal no nível discursivo* apontou que o fator verbo anterior com marcas de plural explícitas na fala do documentador favoreceu a concordância padrão, com percentual igual a 84% e peso de 0.64. Em contrapartida, o verbo anterior sem marcas de plural no discurso do falante ou do interlocutor não favoreceu o uso da concordância padrão, atingindo uma frequência de 27% e PR igual a 0.12.

Com a variável *escolaridade*, ficou evidenciado que, quanto maior o grau de instrução possuído pelos falantes, maior a probabilidade de haver a concordância padrão, isso porque, os informantes com ensino superior completo atingiram 87% de frequência e peso de 0.73, para a concordância padrão. De igual modo, os falantes com ensino médio completo também se mostraram aliados ao uso da concordância padrão, com 74% e PR de 0.52. Em sentido oposto, os falantes com o 2º ciclo do ensino médio atingiram um índice de 60% e PR igual a 0.40. Já, entre os que possuíam o 1º ciclo do fundamental, o percentual para concordância foi de 56% e peso de 0.28, dados que os revelam como não favoráveis ao uso da concordância padrão. O fator *faixa etária* indicou que os falantes mais velhos (faixa V: acima de 55 anos) favorecem a concordância padrão, com 73% e PR de 0.57, ao passo que os falantes mais jovens (faixa I: de 7 a 15 anos) não favoreceram a concordância padrão, com frequência igual a 56% e PR de 0.39.

O comportamento variável da concordância verbal com a 3PP e seus condicionadores linguísticos e sociais

Fatores Linguísticos

Ao observarmos a interação entre as variáveis linguísticas relevantes para o comportamento variável da concordância entre verbo-sujeito na 3PP, através dos estudos resenhados anteriormente, constatamos que a *saliência fônica*, a *realização*, *posição e distância entre sujeito e verbo da oração*, assim como o *paralelismo formal no nível oracional*, exerceram forte influência sobre o fenômeno em discussão, favorecendo ou cancelando o uso da forma padronizada. A primeira variável, *saliência fônica*, foi selecionada em praticamente todos os trabalhos analisados, figurando como uma das duas primeiras em quatro estudos: Oliveira (2005), Almeida (2006), Monte (2007) e Monguilhott (2009). A segunda variável, *a realização, posição e distância entre sujeito e verbo da oração*, também se mostrou relevante em quatro estudos: Oliveira (2005), Alves da Silva (2005), Sgarbi (2006) e Almeida (2006) e a terceira variável, *paralelismo formal no nível oracional*, em três deles: Monte (2007), Rubio (2008), Monguilhott (2009).

Posto isso, observemos algumas questões pertinentes acerca das variáveis linguísticas citadas. O princípio de *saliência fônica*, por exemplo, diz respeito ao grau de diferença entre as formas verbais no plural e singular. Desde que começou a ser observado nos estudos variacionistas sobre a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP, com os trabalhos de Lemle e Naro (1977), Naro (1981), Scherre e Naro (1998), para citar apenas alguns, se mostrou bastante produtivo. Ao testarem tal fator, os estudiosos assumem que “as formas mais salientes e, por isto, mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas do que as menos salientes” (SCHERRE, 1989, p.301).

Essa premissa foi adotada em todos os estudos que discutimos e, para os quais, a *saliência fônica* sobre a manutenção ou apagamento das marcas de concordância padrão entre verbo-sujeito na 3PP se mostrou pertinente. Além de testada, tal hipótese foi também confirmada com os resultados obtidos. De modo geral, os dados apontaram uma tendência no sentido de manutenção da concordância padrão, quando a diferenciação

fônica entre a forma verbal no singular e plural é mais evidente e menos provável em ambientes menos salientes ou perceptíveis.

Com a variável *a realização, posição e distância entre sujeito e verbo da oração*, segunda mais relevante para os trabalhos observados, o objetivo era observar, como o próprio nome da variável sugere, a influência da realização, posição e distância entre sujeito-verbo sobre o uso da concordância padrão e/ou não-padrão para a concordância entre verbo-sujeito na 3PP. Essa variável, a exemplo da saliência fônica, tem se mostrado expressiva para os estudos sobre o fenômeno em tela e, também vem sendo amplamente testada, desde o estudo pioneiro de Lemle e Naro (1977).

Por realização, assume-se que o sujeito é realizado quando o falante o marca foneticamente com nomes substantivos, pronomes pessoais etc. A posição se relaciona com a possibilidade de o sujeito ser colocado antes ou depois da forma verbal. Já para a distância entre esses dois elementos, são atribuídos maiores ou menores graus de proximidade, segundo o número de elementos fônicos entre verbo-sujeito. Vale lembrar que, na maioria dos trabalhos, assim como os que discutimos aqui, a posição e o tipo de sujeito são tratados como fatores, nem sempre, unidos à distância entre verbo-sujeito. Contudo, optamos por citar a relevância desses elementos em conjunto dada a notória interdependência entre eles e diante de uma tentativa de simplificação.

No que concerne às hipóteses clássicas para o trato da variável *a realização, posição e distância entre sujeito e verbo da oração*, temos três: (i) o sujeito explicitamente marcado tende a influenciar a ausência de concordância padrão, ao passo que a não marcação fonética desse mesmo elemento contribui para o emprego da concordância padrão; (ii) o sujeito anteposto, ou à direita do verbo tende a favorecer a concordância padrão, ao contrário do sujeito posposto, ou à esquerda do verbo, neste caso, a concordância não-padrão tende a ser favorecida; (iii) quanto menor a distância entre verbo-sujeito, maiores as chances de o falante empregar a forma padronizada, por outro lado, uma distância maior entre eles tende a favorecer a concordância não-padrão. Tais conjecturas, frisamos, foram de fato, confirmadas nos estudos por nós observados.

O *paralelismo formal no nível oracional* foi a terceira variável linguística que mais se destacou nas pesquisas que observamos. Com ela, os estudiosos procuraram medir, basicamente, a influência da presença de marcas explícitas de plural no sujeito

sobre a manutenção ou ausência das marcas de concordância padrão no verbo. Para tanto, a hipótese inicial, levantada por eles, era a de que a presença de marcas plurais explícitas no sujeito favoreceria a concordância padrão. Por outro lado, a sua ausência de marcas plurais no sujeito influenciaria, a ausência de marcas de concordância padrão, também, no sintagma verbal. Hipótese esta que, de fato, vem sendo confirmada.

O paralelismo formal no nível oracional, vale lembrar, é uma das dimensões que constitui a questão do paralelismo. Outra dimensão desse fator nos permite analisar a concordância através do paralelismo no nível discursivo, o que também costuma ser levado a cabo por muitos pesquisadores. O que geralmente é assumido com a observação deste último fator é a possibilidade de “a presença de pluralização no(s) verbo(s) anterior(es) levar a um maior índice de pluralização do(s) verbo(s) seguintes dentro da oração analisada” (RUBIO, 2008, p.50).

Ressaltamos, por último, que a interação entre as variáveis linguísticas testadas pelo pesquisador durante a observação de todo e qualquer fenômeno de variação é de extrema complexidade. Isso sugere, dentre outras coisas, que no trato de um mesmo fenômeno, uma mesma variável pode se mostrar relevante em uma comunidade, mas não em outra. Além disso, a sua observação se torna ainda mais apurada através dos chamados cruzamentos para os quais, por questões de espaço, não temos como dedicar maior atenção. Entretanto, frisamos que esses cruzamentos são de suma importância para as pesquisas, visto que com eles nos é possível medir justamente o peso e a influência de uma variável sobre a outra.

Fatores Sociais

Dentre as variáveis sociais, a *faixa etária* foi a que mais se destacou nos trabalhos que observamos, figurando de forma bastante notória em cinco deles: Oliveira (2005), Alves da Silva (2005), Almeida (2006), Monguilhott (2009) e Rubio (2008). Em seguida, temos os fatores *escolaridade* e *sexo/gênero* presentes de forma significativa em três trabalhos, respectivamente. Aquela se destacou nos estudos de Oliveira (2005), Monte (2007) e Rubio (2008) e esta em Alves da Silva (2005), Sgarbi (2006) e Monte (2007). A primeira delas, a faixa etária, assim como as demais, tem sido de grande valia para a observação dos fenômenos variáveis, isso porque se acredita que, dependendo da

comunidade de fala, é possível identificar notáveis diferenças entre a linguagem de falantes jovens, adultos e idosos (CHAGAS, 2014).

Em seu conhecido estudo sobre a variação na pronúncia do /r/ retroflexo em posição pós-vocálica como em *car*, *card*, *four*, *fourth*³¹ (carro, cartão, quatro, quarto, respectivamente), bem como dos ditongos /ay/ e /aw/ nas cidades de Nova York e em Martha's Vineyard no estado de Massachussets, Labov (2008 [1972]) atestou que os falantes dessas comunidades apresentavam comportamentos notavelmente diferenciados, em relação a esses fenômenos, segundo a influência de suas respectivas faixas etárias. De forma mais específica, os falantes mais jovens considerados no referido estudo, se mostraram mais propícios ao uso das formas inovadoras ou não-padrão, ao passo que falantes mais velhos atuaram no sentido de conservar a forma conservadora ou padrão. Desde então, muitos dos estudos desenvolvidos em consonância com os postulados labovianos, adotam tal hipótese. No caso da variação entre verbo-sujeito na 3PP, mais especificamente, foi defendido, durante um longo tempo, que o uso da concordância não-padrão e inovadora estaria mais presente na linguagem de falantes mais jovens do que na de falantes mais velhos. Tais possibilidades, contudo, vem sendo refutadas.

Em praticamente todos os trabalhos analisados neste artigo, a tendência que observamos foi a de que falantes mais jovens, ao contrário do que se esperava, se mostram mais propícios ao emprego da concordância padrão do que falantes mais velhos. Esses resultados, naturalmente, levaram os pesquisadores a procurar explicações no perfil social dos falantes e uma das explicações mais plausíveis para tais descobertas é a de que os jovens por estarem, em sua maioria, procurando se inserir no mercado de trabalho, ao contrário dos mais velhos, procuram adquirir e usar formas mais próximas do padrão gramatical e geralmente mais prestigiadas.

Além da variável *faixa etária*, o *grau de escolarização*, também, se mostrou relevante para a variação na concordância entre verbo-sujeito na 3PP nas comunidades de fala estudadas pelos autores. A hipótese defendida foi a de que falantes com pouco ou nenhum grau de escolarização estariam usando com frequência significativamente, mais baixa, as formas padronizadas em relação aos indivíduos que apresentam mais escolaridade.

³¹ Ilustrações retiradas de Labov (2008 [1972], p.64).

Essas expectativas costumam ser mantidas até mesmo na observação de fenômenos linguísticos que não são contemplados pela escola (SILVA; PAIVA, 1996), afinal, até na ausência da ação padronizadora de instituições de ensino, é comum que as sociedades elejam, geralmente com base em critérios desprovidos de respaldo científico, formas que devem ser tomadas como modelares. A eleição de tais elementos costuma ter como base a linguagem que supostamente é usada pela camada socialmente prestigiada, encarregada de difundir e assegurar tais marcas entre seus membros, cabendo aos indivíduos de grupos tidos como inferiores, tentarem se apropriar delas da forma que podem, na luta pela ascensão social (BAGNO, 2009).

Os mecanismos de CV são preocupações frequentes no âmbito escolar. Para tais mecanismos, uma série de regras são elencadas, cabendo aos falantes que chegam até nossas salas de aula aprendê-las e empregá-las em suas atividades de interação verbal. Não obstante, os resultados obtidos nos trabalhos considerados aqui apontam para o que nos parece uma tendência. De forma mais direta, vimos que a concordância padrão entre verbo-sujeito na 3PP parece manter relação com o grau de escolaridade possuído pelo falante. Assim, a concordância padrão foi favorecida na fala de informantes com mais anos de escolarização, ao passo que os falantes com pouca ou nenhuma escolaridade não se revelaram aliados no uso da concordância padrão, mas sim, da concordância não-padrão, como no estudo de Oliveira (2005).

Além da *faixa etária* e da *escolaridade*, papel importante também foi atribuído à variável *sexo/gênero* sobre o comportamento variável da concordância entre verbo-sujeito na 3PP. Por exercerem papéis sócio-históricos diferentes, homens e mulheres tendem a apresentar diferenças linguísticas em suas atividades. Assim, nuances nas escolhas linguísticas de homens e mulheres podem ser sentidas em praticamente todos os níveis linguísticos: fonético, morfossintático, lexical, entre outros. Essas e outras constatações podem ser feitas a partir de observações superficiais, desde que cuidadosas. O que interessou, para os trabalhos que analisamos, foi apontar o *quantum* com que o sexo/gênero interfere no uso da concordância padrão e/ou não-padrão.

Sabemos que a questão da influência do sexo sobre a linguagem dos seres humanos costuma suscitar questões delicadas e paradoxais (LABOV, 2001), as quais têm sido constantemente alimentadas em face das descobertas feitas por estudos variacionistas

realizados em comunidades de fala distintas, sobre os mais diferentes fenômenos variáveis. Em meio a isso, a hipótese clássica levantada pelos pesquisadores na observação da CV com a 3PP é a de que mulheres tendem a usar, com maior frequência, formas linguísticas com prestígio social mais elevado, isto é, a concordância padrão, ao contrário dos homens que, não raro, se mostram “menos preocupados com o uso de uma linguagem prestigiosa e até mesmo mais autorizado socialmente ao uso de um linguajar rude, utilizando, com maior frequência, gírias e palavrões” (BAZORRO; AGUILERA, 2014, p.06), o que converge para o uso da forma não-padrão na variação entre verbo-sujeito na 3PP.

A hipótese clássica para a variável sexo/gênero se confirmou em dois dos trabalhos observados: Sgarbi (2006) e Monte (2007). Já em Alves da Silva (2005), ela foi refutada. Ao buscar explicações para tal descoberta, o estudioso observou que as relações mais estreitas nas comunidades estudadas eram estabelecidas pelas mulheres e constatou que “a mulher quer casada quer solteira tende a refletir a fala de seu espaço doméstico, apresentando valores de sua comunidade” (ALVES DA SILVA, 2005, p. 290). Vale lembrar que, no referido estudo, os índices de concordância não-padrão foram bem elevados, 83%. Isso fez com que o autor acreditasse que a ausência de concordância padrão poderia figurar como uma marca linguística das comunidades observadas. Assim, as mulheres, mais centradas em suas atividades desempenhadas em suas respectivas comunidades, se mostram aliadas ao uso da concordância não-padrão, ao contrário do que se esperava, como preservadora do traço de suas comunidades (ALVES DA SILVA, 2005). Em sentido oposto, os homens, supostamente por manterem relações mais ‘abertas’ com outras comunidades de fala, na maioria das vezes, por questões profissionais, realizam também em sentido oposto ao que se esperava, mais a concordância do que as mulheres.

Algumas considerações

Com este trabalho, constatamos que há registros de estudos sobre o comportamento variável da concordância entre verbo-sujeito na 3PP em praticamente todas as regiões brasileiras, o que não significa dizer que eles não possam ou não devam ser intensificados, visto que, para a região Norte, não tomamos conhecimento de nenhuma

pesquisa e, para a região Centro-Oeste, apenas um estudo foi localizado. Também foi possível perceber que esse fenômeno é devidamente regulado por uma série de fatores linguísticos (*saliência fônica, a realização, posição e distância entre sujeito e verbo da oração e o paralelismo formal no nível oracional*) e sociais (*faixa etária, escolaridade, sexo/gênero*).

A esses elementos, procuramos dar maior ênfase, pois são eles que asseguram que a variação, fenômeno próprio das línguas naturais, não acontece de forma aleatória e acontece de forma sistemática. O estudo cuidadoso dessas variáveis ou fatores linguísticos e sociais serve para que possamos conhecer as regras que regem o uso das variantes linguísticas, padrão e não-padrão, nos mais diferentes fenômenos variáveis, sempre em situações reais de interação e que, na grande maioria das vezes, não são contempladas pela tradição normativa. Com isso, estamos dando um passo importante na luta para tentar varrer a ilusão de que o uso das formas não padronizadas retrata uma espécie de incapacidade por parte dos falantes em usar os mecanismos de sua língua mãe. Essa pode, aliás, ser apontada como uma das maiores contribuições dos estudos sociovariacionistas para o estudo da organização e sistematização das línguas naturais.

Devemos lembrar, contudo, que, embora tenhamos apresentado os resultados mais relevantes para cada estudo, tanto no que tange às variáveis linguísticas quanto sociais, focando geralmente os fatores de forma particular, eles mantêm, entre si, uma relação delicada e direta, o que reclama que sejam observados, também, a partir das interações que estabelecem uns com os outros. Isto é possível, como já mencionamos, através da observação criteriosa dos chamados cruzamentos entre eles, estabelecidos pelos autores de cada estudo. Analisar tais mecanismos, naturalmente, não seria possível dentro do espaço que dispomos, contudo, acreditamos ter conseguido oferecer um panorama, ainda que breve, sobre quais fatores interferem na manutenção ou cancelamento da concordância padrão para a concordância entre verbo-sujeito na 3PP. Conhecê-los, reforçamos, é tarefa relevante para a compreensão dos mecanismos linguísticos, sempre com base no uso real.

Referências

ALMEIDA, A. P. de. *A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgletas/defesas/2005/alessandrapreusslerdealmeida.pdf>. Acesso em: 28 Mai. 2016.

ALMEIDA, E. M. *Uso e norma: variação da concordância verbal em redações escolares*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), Faculdade de Letras – UFRJ, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/posverna/doutorado/AlmeidaEM.pdf>. Acesso em: 28 Mai. 2016.

ALMEIDA, G.; ANTONINO, V. A concordância verbal de terceira pessoa do plural em produções escritas de estudantes universitários. *Diadorim*, Rio de Janeiro-RJ, v. 8, 2011, p. 329-350. Disponível em: <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br/index.php/revistadiadorim/article/view/201>. Acesso em: 13 Jun. 2015.

ALVES DA SILVA, J. A. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/11634/1/Tese%20Jorge%20da%20Silva.pdf>. Acesso em 06 Mai. 2016.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 3ª ed. São Paulo-SP, Parábola Editorial, 2009.

BAZORRO, T. A.; AGUILERA, V. A. Sexo e Linguagem: uma análise a partir das sabatinas dos Ministros do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa e Rosa Weber. *Revista da ABRALIN*, v. 13, 2014, p. 13-38. Disponível em: ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/abralin/article/download/38256/23355. Acesso em: 14 Jun. 2015.

CHAGAS, P. A mudança linguística. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística I: objetos teóricos*. 6ª ed. São Paulo-SP, Editora Contexto, 2014, p.141-163.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, C. M. N. de; MAY, G. H. *Para conhecer Sociolinguística*. São Paulo-SP, Editora Contexto (Coleção para conhecer linguística), 2015.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fonte, 1985.

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo-SP, Parábola Editorial, 2007.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change – Social Factors*. Vol. II. Oxford: Blackwell, 2001. Disponível em: <http://www.wiley.com/WileyCDA/WileyTitle/productCd-0631179151.html>. Acesso em: 21 Mar. 2015.

_____. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEMLE, M.; NARO, A. J. *Competências Básicas do Português Mobral*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1977.

MONGUILHOTT, I. de O. e S. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PE e no PB*. 2009. 229f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92838/268683.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 Fev. 2015.

MONTE, A. *Concordância verbal e variação: uma fotografia sociolinguística da cidade de São Carlos*. 2007, 120f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara – SP, 2007. Disponível em: http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/178001?locale=es_ES. Acesso em: 02 Fev. 2015.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à Linguística v.3: fundamentos epistemológicos*, 5ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011, p. 311-351.

NARO, A. J. The social and structural dimension of a syntactic change. *Language. LSA*, V. 57, n. 1, 1981. p.63-98.

OLIVEIRA, M. dos S. *Concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista: variação estável ou mudança em progresso?* Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia. 2005. 190f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10981>. Acesso em: 03 Jan. 2015.

PINTZUK, S. *Programas VARBRUL*. Rio de Janeiro-RJ, UFRJ, 1988.

RUBIO, C. F. *A concordância verbal na língua falada na região noroeste do estado de São Paulo*. 2008, 153f. Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Exatas) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2008. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/175432?mode=full>. Acesso em: 02 Mar. 2015.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONT, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X: A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em 17 Nov. 2015.

SCHERRE, M. M. P. Sobre o princípio da saliência fônica na concordância nominal. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas-RJ, Pontes, 1989, p. 33-47.

_____.; NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. Editora Contexto, São Paulo-SP, 2012, p.147-177.

_____. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (Org.) *Dialetologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguística e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, v.5, p. 509-523, 1998.

SGARBI, N. M. F. de Q. *A variação na concordância verbal entre os falantes do Mato Grosso do Sul*. 2006. 196f. Tese (Doutorado em Ciências e Letras). Universidade Estadual Paulista, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/103490>. Acesso em 16 Jun. 2015.

SILVA, G. M.; PAIVA, M. C. A. de. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro*, UFRJ, 1996, p. 335-378.